



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 35 - Nº 685 - DE 26 DE MARÇO A 8 DE ABRIL DE 2023 - R\$ 5,00

Novos acontecimentos abalam o capitalismo mundial

**É fundamental a defesa do fim da guerra
na Ucrânia e por uma paz sem anexação**

**As manifestações contra a
ditadura de Macron colocam a
classe operária francesa à frente
dos combates na Europa**

**SOMENTE O PROLETARIADO E OS DEMAIS TRABALHADORES,
COM SEU PROGRAMA DE COMBATE AO CAPITALISMO E PELO
COMUNISMO, PODEM MODIFICAR E INTERROMPER A
ESCALADA MILITAR E O CURSO DA BARBÁRIE
IMPULSIONADOS PELAS POTÊNCIAS IMPERIALISTAS**

**A crise econômica no Brasil obriga o governo
Lula a sacrificar ainda mais as condições de
trabalho e existência dos explorados**

**QUE AS CENTRAIS, SINDICATOS E MOVIMENTOS ORGANIZEM UM DIA
NACIONAL DE LUTA, COM PARALISAÇÕES E BLOQUEIOS, COMO
PONTO DE PARTIDA DA DEFESA DO PROGRAMA PRÓPRIO DE
REIVINDICAÇÕES DA CLASSE OPERÁRIA E DOS DEMAIS OPRIMIDOS**

**20 anos da invasão dos Estados Unidos ao Iraque
O proletariado mundial se coloca pela defesa das nações oprimidas
contra toda forma de intervencionismo imperialista**

Convergência de crises

A luta pela superação da crise de direção

Nestes últimos dias, importantes acontecimentos ocorreram quase que simultaneamente. Eis: acordo de pacificação entre Arábia Saudita e Irã, sob a intermediação da China; encontro de Xi Jinping e Putin, na Rússia; quebra de bancos nos Estados Unidos; imposição de Macron da contrarreforma da previdência e gigantescas manifestações, na França; aprovação da reforma do judiciário de Netanyahu em Israel e mobilizações populares contrárias.

Esse conjunto de ocorrências expressa a potenciação da crise mundial. Evidentemente, são de distintas importâncias. O fundamental está em que convergem no mesmo sentido da decomposição do capitalismo e das relações entre países com maior peso na ordem regional e mundial.

A aproximação entre Arábia Saudita e Irã parece ir no sentido contrário, mas, na realidade, se choca com os interesses dos Estados Unidos no Oriente Médio e com a política de hostilidade de Israel. Há pouco, Biden procurou um alinhamento dos árabes em torno à guerra na Ucrânia, o que implicava recrudescer a ofensiva sobre o Irã. É de grande importância as pressões norte-americanas para que os israelenses se alinhem ativamente à coalização imperialista montada para sustentar a guerra na Ucrânia e para neutralizar a aproximação entre China e Rússia.

Sem dúvida, o epicentro da convergência dos sucessivos acontecimentos se acha na guerra de dominação na Ucrânia, que entrou em seu segundo ano e indica a continuidade da escalada militar na Europa e na Ásia. Eis por que a esperada reunião entre Xi Jinping e Putin teve um significado particular.

Os Estados Unidos impulsionam francamente a guerra comercial e promovem um ciclo de rearmamento na Ásia, que indica uma preparação para uma guerra no Indo-Pacífico. É sintomático que o Japão tenha se lançado como importante instrumento norte-americano do belicismo em curso. E, na Europa, essa linha de confrontação é expressa pelo rearmamento da Alemanha.

Os perigos latentes ao embate de forças militares na Ucrânia são reconhecidos pelas partes em um conflito, que é o maior desde o fim da Segunda Guerra Mundial e da Guerra da Coreia. Os próprios analistas que servem à burguesia referem-se ao esfacelamento da ordem mundial do pós-guerra. É de grande importância histórica o desmoronamento e liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que abriu caminho para os Estados Unidos recorrerem a uma nova partilha, que substitua a partilha de Potsdam e Ialta.

No último período, principalmente desde a eclosão da guerra na Ucrânia, vem crescendo as ameaças dos Estados Unidos à China, para que não chegue a uma aliança militar com a Rússia. O governo chinês tem sido cauteloso em sua aproximação com o governo russo, limitando-se a não acatar a ditadura das sanções econômico-financeiras norte-americanas à Rússia. Sanções essas cujas consequências desintegradoras e regressivas têm abrangência internacional.

Até onde se pode depreender do noticiário, a China reforçou seus laços comerciais e tecnológicos com a Rússia e

aproveitou para reafirmar sua proposta de paz, apresentada na ONU durante as discussões em torno ao marco de um ano de guerra. Tal iniciativa tem a virtude de ressaltar que o prolongamento da guerra se deve à estratégia norte-americana de se utilizar dos ucranianos como bucha de canhão e impor o cerco da OTAN à Rússia.

Tudo indica, porém, que crescerá entre as massas europeias a aspiração de fim da guerra. A bandeira de paz tende a se potenciar. E a China se guia por esse caminho.

Pesará daqui para frente nas decisões de Biden a crise interna nos Estados Unidos, que se ampliou com a quebra dos bancos Silicon Valley Bank e Signature Bank. A repercussão na Europa se fez sentir imediatamente com a falência do Credit Suisse. Cresce a reprovção da população norte-americana aos gastos estratosféricos com a guerra na Ucrânia. E, na Europa, se torna mais visível que a confrontação militar, a escalada bélica e as sanções econômico-financeiras são pagas, em grande medida, pelos assalariados.

É nesse marco da crise europeia que os explorados franceses vêm protagonizando o mais vigoroso e massivo movimento para pôr abaixo a contrarreforma previdenciária. O que obrigou o republicano Macron a pôr às claras o caráter ditatorial de seu governo e o esfacelamento da Assembleia Nacional. As manifestações, com piquetes, bloqueios, resistência à repressão policial e politização crescente das massas, colocaram o proletariado francês na trincheira de frente dos explorados de toda a Europa. Embora se concentrassem na reivindicação trabalhista, é perceptível o seu vínculo com a crise mais geral do capitalismo e com seu agravamento refletido pela guerra na Ucrânia.

É bem possível que a bandeira de fim da guerra, levantada há pouco na Alemanha, ainda que em um protesto muito minoritário, venha a se potencializar e a galvanizar as massas. A ofensiva da aliança norte-americana-europeia em armar o governo de Zelenski com os tanques e o envio de caças pela Polônia caminham no sentido contrário ao sentimento dos explorados e das tendências de agravamento da luta de classes. Se depender das decisões do imperialismo norte-americano, a guerra vai se prolongar e aumentar os riscos de extrapolar as fronteiras da Ucrânia e da Rússia. Esse é o ponto central da crise mundial.

As respostas terão de vir da classe operária e dos demais trabalhadores. Uma paz sem anexação depende dos explorados unidos se levantarem contra a escalada militar, encabeçada pelos Estados Unidos e contra o cerco da OTAN à Rússia. Nenhuma outra classe, a não ser o proletariado, pode encarnar a bandeira de paz sem anexação, que expressa a luta dos oprimidos contra a guerra de dominação, pela derrocada do capitalismo e pelo comunismo.

A crise de direção é profunda. A classe operária necessita reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista. Nesse combate, o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) está à frente. Trata-se de a vanguarda com consciência de classe fortalecer sua campanha internacionalista pelo fim da guerra de dominação na Ucrânia.

Banco Central desconhece a posição do governo

As exigências do capital financeiro se impuseram. Lula e a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) não foram atendidos para que se iniciasse uma redução da taxa Selic. O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) decidiu manter a taxa de juro em 13,75% ao ano. É uma das mais altas do mundo.

O argumento dos monetaristas é simples: a inflação persiste. O que exigiria do governo federal um rigoroso ajuste fiscal. Mas, com a troca de presidente da República, o problema está em como conciliar as heranças deficitárias de Bolsonaro e as aspirações de Lula em não desencantar muito rapidamente os pobres e miseráveis que o elegeram, sob a promessa da volta dos empregos e redução das desigualdades sociais.

A previsão de baixo crescimento – estima-se que será abaixo de 1% – é um sinal que assombra os petistas e aliados. Lula conseguiu um acordo de transição com os partidos do Centrão, que lhe permitiu manter o Bolsa Família no valor de R\$ 600,00 e outros assistencialismos. Foi também garantida uma folga orçamentária para tocar obras paradas e para distribuir um percentual aos parlamentares nos moldes do Orçamento Secreto de Bolsonaro. Mas, ficou patente que o Teto de Gastos deveria ser substituído por um outro mecanismo fiscal que desse segurança aos credores da dívida pública.

Lula assumiu, portanto, a herança deficitária de Bolsonaro e a tarefa de buscar o superávit primário, ou seja, gastar menos do que o Tesouro arrecada. Isso nas condições de alta inflacionária e de explosão do custo de vida.

Uma das primeiras medidas foi a de eliminar parcialmente a desoneração do imposto sobre os combustíveis que recaiu sobre a arrecadação dos estados. Gasolina em alta alimenta a elevação dos preços. Como o governo não pode cortar nada em um orçamento já cortado, o déficit primário continua servindo aos banqueiros e a toda sorte de especuladores de argumento para o Banco Central sustentar a política de juros altos.

Principalmente os monetaristas esperam o que se denominou como um novo “arcabouço fiscal”, que se traduz por “âncora fiscal”. Cabe, portanto, ao

ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentar o seu projeto ao Congresso Nacional. O que, certamente, será motivo de agravamento da crise política. O próprio governo e os petistas se encontram divididos.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto – um homem do capital financeiro e agente do bolsonarismo – aproveitou o atraso da apresentação do “arcabouço fiscal”, a oneração parcial dos combustíveis e a persistência inflacionária para justificar a Selic de 13,75%. E deixou assentado que os juros estratosféricos continuarão sendo mantidos, caso o governo não seja capaz de assumir duras medidas fiscais que façam a inflação caminhar no sentido da meta fixada em torno de 4%.

A separação entre os poderes que decidem sobre a política fiscal e a monetária foi um artifício implantado em favor do capital financeiro. Esse é o sentido da famosa disputa em torno à “autonomia da Banco Central”, que acabou se impondo na ditadura civil de Temer.

No fundo da correlação de força entre as frações da burguesia, se acha a monumental dívida pública, que, por seu volume e por seu elevado parasitismo, se tornou um poderoso obstáculo à capacidade do Estado de intervir na economia em favor das forças produtivas, que há muito deixaram de crescer na magnitude necessária e se acham no atoleiro da estagnação.

O fenômeno da “desindustrialização” identificado por setores da burguesia nacional é um dos sintomas de regressão das forças produtivas, que expressam o desenvolvimento econômico do capitalismo. A persistência da alta taxa de desemprego, a redução relativa dos empregos industriais e a escalada do subemprego resultam em maior empobrecimento dos explorados e impulso à miséria de um grande contingente de brasileiros.

Nesse marco, o governo Lula se move sobre a base da contradição entre os interesses gerais da burguesia, os imperativos particulares do capital financeiro e a necessidade esmagadora das massas oprimidas. Já não há espaço, como nas duas gestões anteriores (de 2003 a 2011),

em que Lula pôde manejar com certa liberdade a política econômica e o assistencialismo populista.

A prevalência dos objetivos do capital financeiro é dada pelo processo de desintegração do capitalismo, que é de ordem mundial. Não foi por simples coincidência que o Banco Central se utilizou da preocupação com a crise bancária que se esboçou nos Estados Unidos, com a quebra do Silicon Valley Bank e do Signature Bank. De fato, não ocorreu um simples “susto bancário”. A repercussão no sistema bancários suíço se fez sentir na derrocada do Credit Suisse, e a intervenção de bilhões de dólares pelo UBS suíço. O sistema europeu como um todo se moveu para estancar a hemorragia, assim como o fez o sistema norte-americano, seguindo as orientações governamentais. Não se sabe ainda se haverá novos abalos, mas se sabe que é questão de tempo para emergir novas quebras, uma vez que o parasitismo financeiro é gigantesco.

O Banco Central dos Estados Unidos optou por uma elevação da taxa de juro mais baixa, caso contrário a possibilidade de contenção da crise bancária seria bem menor. O que não levou o Banco Central do Brasil a reduzir a Selic. Ao contrário, serviu de alerta do Copom no sentido de que o Brasil precisa se preparar para o pior. Em outras palavras, proteger em primeiro lugar os credores da dívida pública.

A situação interna do País se mostra grave diante do amplo endividamento e da perigosa inadimplência da população. No início do ano, quando Lula tomava posse, 70 milhões de brasileiros se declaravam inadimplentes com os bancos. Destes, 5,3 milhões já não tinham como pagar absolutamente nada. A taxa de desemprego, que vinha diminuindo com o fim da pandemia, chegando a 7,9% no final de dezembro de 2022, voltou a subir, indo a 8,4%.

Neste exato momento, as montadoras anunciaram que têm em estoque de veículos para quarenta dias de venda. Recorreram a férias coletivas. Certamente, virão mais demissões. A Selic a 13,75% fortalece as tendências de queda econômica e aumento do desemprego.

Protege os banqueiros parasitas da dívida pública e prejudica a economia como um todo.

Lula e os setores industriais que o apoiam não se mostraram politicamente capazes de impor a Campos Neto uma redução na taxa básica de juro. Mas, mesmo que tivessem êxito, o fundamental não mudaria, uma vez que se acha no peso parasitário da dívida pública e no predomínio do capital financeiro.

Os governos burgueses podem ter variantes distintas de política econômica, no entanto, diante do processo de desintegração do capitalismo, de alguma forma e em alguma proporção, estão obrigados a descarregar as brutais consequências sobre a maioria oprimida. Lula, prematuramente, já mostrou que não tem como romper no essencial com

a política econômica do governo ultradireitista de Bolsonaro. Sua debilidade política é tão visível que indica que não poderá retomar sua anterior política burguesa, quando exerceu dois mandatos de Presidente.

É preciso compreender com o máximo de clareza essa situação para organizar a luta da classe operária e dos demais explorados contra as medidas antipopular e antinacional da nova administração de Lula, do PT e dos aliados de centro esquerda e de centro-direita. Somente o movimento operário, camponês e popular, organizado e unido em uma poderosa frente de combate, pode responder à política que sujeita a economia nacional e as condições de existência da maioria oprimida à dívida parasitária e aos oligarcas do capital financeiro, industrial, comercial e latifundiário.

O programa de expropriação do grande capital nacional e imperialista corresponde à tarefa histórica encarnada pela classe operária. Objetivamente, se ergue diante das monumentais contradições do capitalismo e dos governos voltados inteiramente voltados à sustentação da pobreza, miséria e fome da maioria explorada.

É dever da vanguarda com consciência de classe preparar o terreno da luta de classes. Há que enfrentar o governo de conciliação de classes sob a bandeira de oposição revolucionária. Cabe desenvolver o programa próprio dos explorados, trabalhar pela independência dos sindicatos, dedicar esforços por organizar uma frente única anti-imperialista e propagandear a estratégia da revolução proletária.

Lula no Recife: enfermeiros participam massivamente, vão ao prefeito, governadora e cobram do presidente assinatura de MP

No dia 20 de Março, foi realizado um evento pela equipe da presidência, com cara de campanha eleitoral, no Ginásio Geraldão. A pretensão de Lula era a de anunciar “bons programas” como o Programa de Aquisição de Alimentos, convênio das universidades com pescadores para o fornecimento de peixes nos restaurantes universitários e ações de combate aos efeitos das chuvas. O prefeito João Campos, do PSB, colou sua imagem à do presidente, descartando o antipetismo com o qual foi eleito. E a governadora Raquel Lira (PSDB) esteve como convidada de Lula, como parte das movimentações para ampliar a sustentação de seu governo.

O evento, porém, que contava com a adesão entusiasmada do MST e inúmeros sindicalistas governistas do campo e da cidade, foi atravessado por fortes reivindicações da enfermagem, que estava em seu décimo dia de greve. Os cerca de 2 mil enfermeiros nas arquibancadas, em sua maioria técnicos e auxiliares, ficaram de costas durante a fala da governadora e vaiaram a fala do começo ao fim. A governadora tem reprimido as manifestações e não recebe a categoria para negociar. O MST tentou puxar aplausos, tentando quebrar as vaias, mas não conseguiu. Nem mesmo com o “viva” a Eduardo Campos, Raquel conseguiu atrair a plateia. Também foram vaiadas a vice e a secretária estadual de saúde.

Lula tentou conter as vaias – assim como fez na campanha eleitoral com o candidato do PSB ao governo do estado, Danilo Cabral –, ficando ao lado da governadora, mas não funcionou. E, em sua fala, irritado, disse: “Quando vocês estavam vaiando a governadora, vocês estavam me vaiando. Ela não está aqui porque quis, mas porque foi convidada. Poderiam ter vaiado Bolsonaro nos quatro anos em que ele esteve na presidência. Temos de aprender a conviver como adversários, não como inimigos. A governadora pode ser adversária política, mas ela foi eleita e iremos respeitá-la”. As arquibancadas responderam em coro: “Respeita a enfermagem!”. E seguiram exigindo: “Ô, Lula, cadê você, assina logo a MP”.

Na fala do ministro chefe da Secretaria Geral, Márcio Macedo (PT), houve a promessa de que a equipe da saúde e casa civil estão

trabalhando junto com o STF a assinatura da MP do piso”. A Medida Provisória é uma exigência após o STF suspender a aplicação da Lei do Piso da Enfermagem, aprovada em 2022, condicionando sua implantação à regulamentação da origem dos recursos financeiros para o aumento dos salários. Espremido pelas exigências de ajuste fiscal, às vésperas de anunciar a nova “âncora” elaborada por Haddad, o governo caminha no sentido contrário às aspirações dos assalariados do país.

O presidente do sindicato dos enfermeiros reclamou do “esporro” do presidente: “O presidente foi eleito com os votos dos trabalhadores, mas hoje ele ficou contra o trabalhador, ficando ao lado da governadora que não negocia com a enfermagem. Se as coisas chegaram a esse ponto, é culpa do presidente”. Na base da revolta dos enfermeiros está a profunda precariedade e rebaixamento salarial. A Lei 14.434/2022 fixou piso salarial de R\$ 4.750 para enfermeiras e enfermeiros, R\$ 3.325 para técnicas e técnicos em enfermagem e R\$ 2.375, para auxiliares e parteiras. Sem a aplicação da Lei, o salário de auxiliares em Pernambuco não alcança nem mesmo os R\$1.000.

Na noite do dia 20, diante do resultado de uma liminar, o sindicato da enfermagem suspendeu a greve, sem nem mesmo realizar assembleia da categoria, um sinal de fraqueza da direção. Mas novos atos estão marcados. A luta da enfermagem mostrou a necessidade da luta geral por salários. E tem o potencial de ultrapassar a pauta corporativa. Mas, para isso, as Centrais e demais sindicatos precisam romper com o governismo e erguer uma pauta de reivindicações comuns, tendo em seu centro a luta por empregos para todos, por meio da redução da jornada sem redução de salários; salário mínimo vital, superior a R\$6.600 para todos trabalhadores; e revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, do Ensino Médio, dentre outras medidas que retiram direitos. A combatividade da categoria expôs de que lado está o presidente, blindando os políticos burgueses para que continuem atacando o povo.

Após quase duas semanas, ataques seguem no Rio Grande do Norte

Embora em menor quantidade, os ataques ordenados pelas facções contra prédios públicos, ônibus e comércios persistem. O governo burguês de Fátima Bezerra (PT/MDB) continua ignorando as reivindicações dos presos por condições mínimas de existência nos presídios (alimentação digna, retorno das visitas íntimas, ventiladores, vacinação, remédios, fim das torturas e da superlotação etc.).

O governo chama essas exigências dos presos “regalias”, e que seriam usadas pelas facções para melhor se comunicarem com o exterior. Assim, o governo e demais poderes procuram justificar as condições degradantes que existem nas prisões. A resposta do governo estadual e federal tem sido tão somente aumentar o policiamento, com a vinda de cerca de 800 policiais, o que só perpetua a violência nos bairros e fortalece o Estado policial. O repasse do governo federal de R\$ 100 milhões a serem gastos na Segurança Pública é uma panaceia diante do mar de violência no estado.

O fato é que a onda de ataques é consequência do ódio diante das bárbaras condições nas prisões e da decomposição do capitalismo, que empurra uma parte da juventude desempregada e miserável para a criminalidade. Revolta essa que se expressa de forma desordenada, anárquica, a mando das facções e com métodos opostos aos da luta de classes, por vezes não poupando a própria população.

A imprensa burguesa tem aproveitado alguns casos, como a queima de um caminhão de um trabalhador, vans e micro-ônibus,

ou o incêndio de três casas de moradores no bairro de Igapó, para fomentar a população contra os presos e justificar a tortura nas prisões. Nesse sentido, também tem agido a presidenta do Sindicato dos Policiais Penais do RN (SINDPPEN), Vilma Batista, que tem negado que haja maus-tratos nas prisões e afirmado que as facções querem regalias, e chegou a publicar uma foto de quantinhas, supostamente dos presídios, para dizer que não havia comida estragada.

A ausência da classe operária como direção da maioria oprimida, capaz de organizar a luta por emprego a todos, salário mínimo vital e combinação de trabalho e estudo, contribui para que os explorados sejam levados pela campanha moralista da imprensa burguesa, que no fim conflui para a defesa do extermínio de parte da juventude oprimida, e da manutenção da tortura nas prisões.

É nesse sentido que o POR tem atuado com um manifesto (segue abaixo), propagandeando a resposta proletária diante de tamanha crise. Na distribuição do manifesto em uma das fábricas da cidade, que produz massas alimentícias, no bairro da Ribeira, vimos que a maioria dos operários reagiam positivamente. Não à toa, uma vez que também são moradores dos bairros pobres, onde a miséria e a fome alimentam a criminalidade. O que mostra que a classe operária é capaz de dar uma resposta política aos problemas vividos pela maioria oprimida, desde que adquira consciência de classe e constitua sua direção revolucionária.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR) Ataques das facções são consequências das condições de miséria, de fome e da situação degradante nos presídios

O que ocorre no Rio Grande do Norte é mais um sintoma da putrefação do capitalismo

Já são 259 ataques em todo o estado, contra prédios estatais, ônibus e comércios. As informações são de que as duas facções rivais, Sindicato do Crime (SDC) e PCC, se uniram para exigir melhores condições nos presídios.

O fato é que a população foi tomada de surpresa e ficou horrorizada com a “ousadia” dos ataques. Em nível nacional, coube à grande imprensa transmitir as cenas de horrores. E ao governo Lula, ao ministro da Justiça e à governadora do estado a tarefa de reprimir. De pronto, a Força Nacional de Segurança desembarcou em Natal. Estados vizinhos enviaram policiais, na tentativa de estancar os ataques. O gabinete de crise foi instalado, visando a garantir as ordens que vinham da cúpula do Estado. Criou-se uma situação para que toda a população apoiasse as ações dos governantes contra a força da criminalidade, capaz de desfechar uma brutal violência sobre a população, comércio e órgãos estatais.

O importante é entender porque de uma hora para outra explode uma “guerra” que, apesar da repressão, permanece por vários dias. O fato é que por trás da aparente normalidade existe um fermento que cresce a cada dia. A explosão nada mais é do que o sintoma da decomposição do capitalismo, cujo indicador mais evidente é o crescimento da miséria, da fome, da falta de empregos e de uma massa de jovens sem trabalho e sem estudo. Parte dessa

juventude é arrastada para a criminalidade e acaba nos presídios, que estão superlotados.

No Rio Grande do Norte, o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) realizou inspeções nas unidades prisionais, e flagrou situações de torturas físicas e psicológicas nos presídios. Marmitas com comida estragada, fome, contaminação proposital por tuberculose, restrição de visitas íntimas, reclusão por mais de trinta dias em celas de castigo, punição de permanecer várias horas em posição de “procedimento”, além da superlotação, são exemplos do que tem acontecido com os privados de liberdade no RN. No dia 15 de março, as esposas e familiares dos detentos realizaram uma manifestação na Av. Salgado Filho, denunciando as más condições e reivindicando legitimamente melhores condições nos presídios, como o retorno das visitas íntimas, vacinação e alimentação digna. A resposta do governo Fátima foi a de ignorar o pleito e reprimir o movimento por meio da violência policial, chegando a deter uma das esposas.

O governo Fátima (PT/MDB), como um típico governo burguês que é, num ato de extrema arrogância e prepotência, nega que haja tortura e condições degradantes nos presídios, e chama de “regalias” as reivindicações das facções de condições minimamente dignas de existência nas prisões. A postura do governo Fátima

tima de ignorar o que se passa nas prisões e responder com mais e mais policiamento só contribui para perpetuar a barbárie, que se instalou nas ruas e no sistema prisional. As reivindicações que estão sendo levantadas pelos presos e suas esposas por garantias mínimas de existência nos presídios (alimentação digna, retorno das visitas íntimas, vacinação, remédios etc.) têm origem nas condições degradantes em que vivem, são legítimas e devem ser imediatamente atendidas pelo governo.

O fato é que a burguesia e seu Estado, seja sob um governo ultradireitista ou um governo que se diz “dos trabalhadores”, não tem nada a oferecer à juventude pobre e marginalizada a não ser uma política de encarceramento em massa e extermínio. Os relatos de torturas, a superlotação e a imensa quantidade de privados de liberdade sem sequer terem ido a um julgamento (1 em cada 3 presos estão nessa situação) atesta a hipocrisia burguesa de defesa dos “direitos humanos” e o fracasso da política de “ressocialização”.

A burguesia e seu Estado são incapazes de garantir emprego a todos e um salário mínimo vital, capaz de pôr fim à miséria que assola a juventude. O desemprego crônico e as precárias condições de existência empurram parte da juventude oprimida a ser coopta-

da pelo tráfico, e a servir de bucha de canhão para o enriquecimento da burguesia narcotraficante.

O que ocorre hoje no Rio Grande do Norte, também ocorreu em São Paulo e outras capitais. São explosões do ódio que se manifestam desordenadamente, a mando de facções criminosas que comandam os presídios. No Brasil, dados indicam que já são 53 facções espalhadas por todos os estados. A ausência da política revolucionária e a passividade das direções sindicais e populares na defesa das reivindicações dos explorados favorecem o crescimento do crime organizado.

O Partido Operário Revolucionário defende que somente a classe operária, organizada e em luta, é capaz de ir a raiz da barbárie. Trata-se de uma tarefa histórica, que deve ser iniciada desde já, de combate ao capitalismo. O ponto de partida está na defesa das reivindicações mais sentidas das massas trabalhadoras. As bandeiras de emprego a todos, com redução da jornada sem redução de salários, de salário mínimo vital e combinação do trabalho com os estudos são o ponto de partida para defender os explorados, e em particular a juventude oprimida da barbárie capitalista.

Com uma votação apertada, a direção do sindicato dos metroviários colocou fim à greve

Na quinta-feira, dia 23, as linhas estatais do metrô entraram em greve. Durante todo o dia, o governador bolsonarista, Tarcísio de Freitas, procurou enganar a população. Disse que concordaria com a exigência dos grevistas de “liberar as catracas”, mediante o retorno ao trabalho, mas na realidade recorreu à Justiça para obter uma liminar e assim punir o sindicato com uma multa diária de R\$ 500 mil e obrigar a circulação de 80% dos trens nos horários de pico, portanto, uma medida repressiva para pôr fim à greve.

Há muito tempo que os metroviários vinham ensaiando uma greve. O sindicato anunciava o dia da paralisação e, em cima da hora, desmarcava. O descontentamento é grande, porque há três anos o governo não paga o abono salarial. Os trabalhadores exigem a reposição do equivalente à participação nos lucros de 2020 a 2022. Reivindicam melhores condições de trabalho, mais contratações, fim das terceirizações, revogação das demissões de 2019 e não punição aos grevistas. Durante todos esses anos, o governo do PSDB e, agora, o dos Republicanos alega que não há recursos para pagar o abono salarial e atender as demais reivindicações. A intransigência de Tarcísio obrigou a assembleia a aprovar a greve.

O governo e a grande imprensa fizeram uma enorme propaganda, acusando os metroviários de prejudicar a população, quando Tarcísio mentia descaradamente sobre a liberação das catracas. A direção do sindicato, mesmo diante dessa pressão, procurou manobrar, não acatando prontamente a medida judicial, obrigando o governo a apresentar uma contraproposta.

A proposta do governo foi submetida a uma assembleia híbrida (presencial e virtual), na manhã de sexta-feira, causando uma enorme divisão entre os grevistas. Com uma diferença de 21 votos (1480 a 1459) e 62 abstenções, a proposta foi aprovada e a greve encerrada.

Trata-se de uma vergonhosa contraproposta: pagamento em abril de abono salarial de R\$ 2000 e a instituição do PPR (Programa de Participação nos Resultados) de 2023 a ser pago somente em 2024. A presidente do sindicato, Camila Lisboa, com o discurso demagógico de que “A gente acha a proposta muito ruim, um desrespeito com a categoria que trabalhou durante a pandemia, que está sofrendo nas estações com pouquíssimos funcionários. A gente merece muito mais do que isso.”, mas acabou defendendo a proposta do bolsonarista Tarcísio. Em coro, vários dirigentes do sindicato se revezaram na defesa da proposta governamental.

Mais uma vez, os metroviários enfrentam uma multa gigantesca. O que serve para pressionar a direção do sindicato a aceitar contrapropostas irrisórias. Não há, como se vê, real direito de greve no Brasil. Em grande medida a responsabilidade recai sobre a burocracia sindical, que não tem interesse em organizar um movimento para derrubar a lei antigreve. Para agravar, os burocratas vêm adotando as assembleias híbridas, de maneira que a virtualidade é uma forma que favorece a pressão das camadas mais desorganizadas e despolitizadas dos trabalhadores. O fato, porém, dos metroviários terem paralisado por 31 horas é um indicador de sua força. Trata-se de constituir uma direção classista, que eleve a capacidade de organização dos trabalhadores, resista à repressão do Estado e ganhe a confiança dos demais trabalhadores.



Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O trotskismo diante da tarefa de construir o partido revolucionário

RECONSTRUIR O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA, A IV INTERNACIONAL

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XIX - Março de 2023

☎ (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | www.pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas

São Paulo - ABC

Distribuição do Boletim Nossa Classe de março na Mercedes

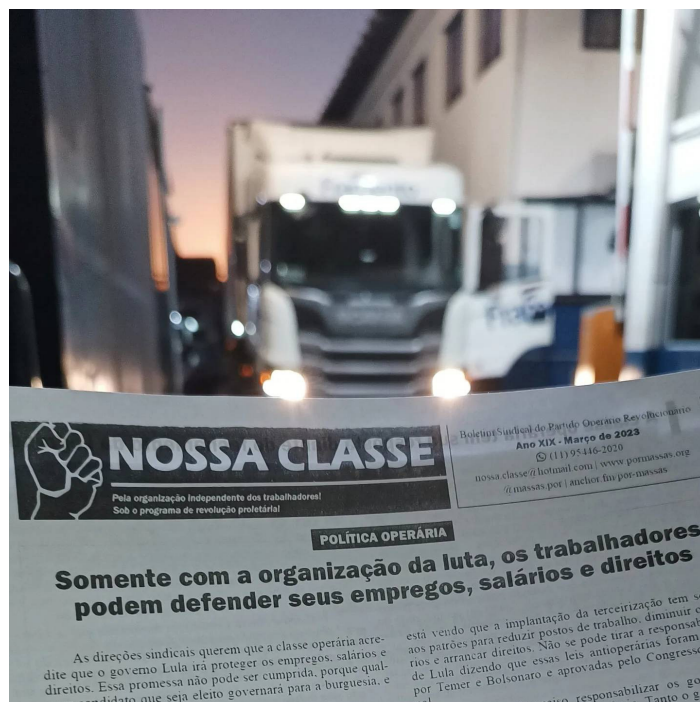
O Boletim Nossa Classe chegou mais uma vez às mãos dos operários e demais trabalhadores da Mercedes-Benz, no último dia 14 de março. Os distribuidores do Boletim também divulgaram o jornal Massas. O jornal Massas é oferecido mediante contribuição financeira necessária ao lançamento de uma nova edição, e isso é informado pelos distribuidores aos operários, que param para melhor ver e folhear o jornal e, então, decidirem se adquirirão e contribuirão financeiramente com a edição seguinte. O oferecimento do jornal Massas tem sido feito, mais recentemente, nas saídas de turno de trabalho. Ou seja, depois de cumprirmos o turno de trabalho, de realizarem a venda da sua força de trabalho aos capitalistas da multinacional e se dirigirem aos ônibus fretados que os levam para casa.

Nesse dia em que estivemos novamente na Mercedes-Benz, foi desfechado um novo ataque à atividade realizada pelos distribuidores. Quando uma distribuidora, depois de realizar a entrega próxima de outra portaria, juntou-se aos dois que, então, finalizavam a distribuição nas imediações da portaria principal, os jornais Massas, que começaram a ser então oferecidos juntamente com o restante dos boletins, foram bruscamente arrancados das mãos desses dois distribuidores por uma dupla, que passou em meio ao ligeiro fluxo de operários e operárias, sendo levados dois jornais de um dos distribuidores e alguns boletins de outro. O distribuidor que teve os jornais arrancados de uma de suas mãos correu para explicar ao indivíduo que o jornal Massas, ao contrário dos boletins Nossa Classe, eram entregues mediante contribuição financeira, ou seja, eram vendidos. Como tudo foi muito rápido, só houve tempo de se expressar de forma totalmente imprópria e inadequada, assim: Esse jornal é vendido! Porém, o indivíduo, emparelhado com o outro que tomara os poucos boletins, ambos no ritmo rápido dos operários que se deslocavam já pelo pátio, em meio aos ônibus estacionados, não parou mas, alcançado, alertado e tocado no ombro esquerdo, arremessou para o alto os dois jornais e, ao mesmo tempo, gritou: Aqui é PT! Tudo leva a crer que se trata de um operário alinhado com a política do governo ou de uma representante do sindicato na fábrica.

Minutos antes daquele ataque, mas depois de um operário adquirir um jornal Massas oferecido a ele, um outro agente da burocracia no interior da fábrica, conhecido por investidas recentes contra a distribuição do Nossa Classe na Mercedes, havia passado pelos distribuidores, recebido um boletim oferecido a ele e, sem parar, olhado para trás e gritando com o boletim na mão, ainda próximo dos distribuidores, em seu deslocamento em direção às catracas da portaria da fábrica: “São os falsos profetas!”

Devemos explicar esse fato, esse ataque, de tipo relativamente incomum em muitos anos de distribuição do Boletim Nossa Classe na fábrica, como uma das ações gangsteris da direção burocrática, antidemocrática e traiçoeira do sindicato e que, em vez de fazer valer a organização sindical operária, de mobilizar e organizar os operários e demais trabalhadores para lutar por suas reivindicações,

submete-os a acordos malditos impostos pelos capitalistas em negociatas a portas fechadas, para preservar, ou até aumentar, os lucros desses mesmos capitalistas, diante da crise estrutural do capitalismo e das sucessivas crises dela decorrentes, fundadas na anarquia da produção capitalista, e despejam-nas sobre as costas de todo o proletariado, com a exploração e superexploração dos operários, operárias, trabalhadores e trabalhadoras. Essa direção concilia e colabora com os capitalistas durante o processo de destruição de empregos de toda espécie (que os burocratas, numa mentira deslavada, em uníssono com esses exploradores e superexploradores do trabalho, dizem ser preciso fazer para garantir a continuidade da produção da fábrica e a estabilidade no trabalho aos que nela ficam, depois das demissões realizadas, e até que nova crise se instale e exija novas demissões). Aceita os PDVs, demissões voluntárias, que significam vender o emprego por uma importância financeira um pouco maior para, depois, mostrar sua verdadeira face de horror, de desemprego, subemprego e informalidade. Defende as terceirizações, que precarizam os empregos; os fechamentos de fábricas, os rebaixamentos salariais diante da sempre brutal elevação custo de vida, as extinções de direitos trabalhistas. Ao mesmo tempo, essa burocracia tenta calar todas as vozes contrárias, que luta contra a política conciliadora e traidora, que se coloca por organizar as oposições classistas para recuperar o sindicato para as tarefas que lhe cabe, entre elas a defesa das reivindicações e organização da luta classista e independente dos operários e demais trabalhadores, contra os capitalistas e seus governos.



O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

Nota do Boletim Nossa Classe

As montadoras enfrentam uma crise de superprodução, resultante das dificuldades de venda em função das enormes taxas de juros para o financiamento, da elevação do número de inadimplentes que muitas vezes acabam devolvendo os carros, do monopólio dos chips e da enorme concorrência entre as fabricantes de veículos. Para preservar seus lucros, descarregam a crise sobre a classe operária. Impõem o lay-off, as férias coletivas, demite, terceirizam boa parte da produção, fecham fábricas e transferem para os estados que oferecem mais subsídios. Em menos de dois anos, a Ford encerrou suas atividades no Brasil, a CAOA e Toyota fecharam fábricas. A Mercedes demitiu 3600 metalúrgicos e na Volks já ultrapassam 2000, bem como impuseram a terceirização em vários setores. Durante a pandemia, usaram o quanto puderam a Medida Provisória, que reduziu os salários e suspendeu os contratos. Sem dizer dos enormes subsídios estatais que sempre estiveram à sua disposição.

Nesse momento, em São Paulo, a General Motors, de São José dos Campos, a Hyundai, de Piracicaba, e a Volks, de Taubaté, decretaram férias coletivas. A Mercedes de São Bernardo do Campo colocou 300 metalúrgicos em férias coletivas durante todo o mês de abril. Em Goiana, a Stellants, proprietária da Fiat, Jeep, Peugeot e Citroën, fez o mesmo. As justificativas são: ajuste dos estoques e a falta de suprimentos. Depois das férias coletivas, vêm as demissões.

O plano das multinacionais, agora, é exigir a queda dos juros para ampliar o mercado de vendas no país. Têm a seu favor o governo Lula, que pressiona o Banco Central (BC) a reduzir a taxa Selic. E, fundamentalmente, contam com o apoio das burocracias sindicais, que tomaram esse pleito e procuram pressionar o BC, haja vista o ato das direções das centrais de 21 de março, que se recusam a defender os empregos e os salários diante das medidas antioperárias das montadoras e que não estão pela revogação da reforma trabalhista e a lei da terceirização.

O Boletim Nossa Classe vem rechaçando a política de conciliação de classes da burocracia sindical, que tem submetido os sindicatos ao governo de frente ampla de Lula. E defendido a convocação de assembleias para organizar a luta por empregos, salários, direitos trabalhistas e pelo fim das contrarreformas trabalhista, previdenciária e terceirização. Defende a redução da jornada, sem redução de salários. Faz campanha pela unidade da classe operária com os demais explorados em torno à aprovação de um programa próprio de reivindicações, bem como seus métodos de luta direta. Diante de mais esse ataque à classe operária, é preciso se colocar pela convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como um primeiro passo em defesa das reivindicações e pela independência de classe dos explorados.

São Paulo

Chega de defender os pleitos dos capitalistas A tarefa dos sindicatos e centrais é a de organizar a luta em defesa dos empregos, salários e direitos, e contra as reformas antioperárias

As centrais sindicais e os sindicatos realizaram no dia 21 de março atos, em apoio ao pleito dos capitalistas e do governo Lula de redução da taxa de juros. Em São Paulo, os burocratas sindicais se colocaram em frente à Fiesp e discursaram contra a elevação da taxa Selic. A classe operária deve rechaçar essa política patronal da direção sindical. O papel dos sindicatos é o de defender por meio da greve, da ação direta, as reivindicações dos trabalhadores. As reivindicações da classe operária se chocam totalmente com os interesses dos patrões. Os capitalistas - patrões - e seus governos são os responsáveis pela crise econômica. São eles quem aumentam os preços dos alimentos, do gás, da energia etc., causando mais inflação e queda do poder de compra dos salários. Os mesmos empresários que causam a crise, aumentando os preços, agora estão exigindo do governo a redução da taxa de juros para aumentar seus lucros e depois, continuar explorando, demitindo e pagando um salário de miséria aos trabalhadores.

As direções sindicais estão apoiando o governo burguês de Lula, por isso, fazem tudo para impedir que a classe operária se levante em luta por suas reivindicações e enfrentem o governo e a burguesia em geral. Devemos exigir que as centrais e sindicatos rompam com o governo e convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios. Parar o país para impor aos patrões e aos governos as reivindicações próprias da classe operária que são: redução da jornada sem redução de salários; emprego a todos, dividindo as horas necessárias para produzir nacionalmente entre os trabalhadores, empregados e desempregados; um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter a família trabalhadora; revogação das reformas da previdência e trabalhista. E levantar a bandeira: fábrica fechada é fábrica ocupada. Nem chefe, nem patrão. Impor o controle operário da produção. Estatizar sem indenização todas as fábricas que ameaçarem fechar.



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Rio Grande do Sul

Burocracia bloqueia a oposiç3o de disputar sindicato de Gravataí

Nos dias 23 e 24 de março, ocorreram as eleições para diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí, mas a Oposiç3o Metalúrgica não pôde inscrever a chapa. A atual direç3o do sindicato, no controle há mais de 20 anos, impôs um conjunto de regras que impossibilita a participaç3o de qualquer oposiç3o nas eleições. Exige que a chapa, para se inscrever, tenha 67 membros, enquanto o sindicato possui 1.000 sócios em uma base de 15.000 metalúrgicos. Ao contrastar com Porto Alegre, percebemos quão absurda é tal exigência, pois Porto Alegre possui uma base de 35.000 me-

talúrgicos, dos quais 10.219 são associados ao sindicato e a exigência para composiç3o de chapa é de 40 membros!

Diante da burocratizaç3o e autoritarismo da direç3o do sindicato, a Oposiç3o Metalúrgica realizou uma campanha na porta das maiores fábricas denunciando as regras impostas pela atual diretoria para impedir a inscriç3o da chapa opositora.

O POR esteve presente, apoiou e contribuiu com a campanha dos companheiros da Oposiç3o Metalúrgica, que não puderam concorrer às eleições. Entendemos que, além da denúncia aos obstáculos

impostos pela burocracia nas eleições, é preciso também erguer a bandeira pela independência dos sindicatos em relaç3o ao Estado e pela unidade sindical da regi3o, pois a divis3o em várias entidades vinculadas à diferentes centrais anula as nossas forças na luta. É necessário também denunciar a subordinaç3o das direç3es sindicais e populares à manutenç3o da governabilidade de Lula e Alckmin, que resultam na completa passividade, diante de ataques às condiç3es de vida da classe operária e demais explorados, como a aprovaç3o do irrisório aumento no salário mínimo.

São Paulo

Seguranças terceirizados da FATEC paralisam o trabalho reivindicando os salários atrasados

Trabalhadores terceirizados de algumas unidades da FATEC realizaram uma paralisaç3o por falta de pagamentos. As empresas VH3 segurança e Vigilância Eirelli deixaram repetidas vezes de pagar os salários e vales dos seguranças das FATECs de Campinas, Piracicaba, Mogi Mirim e Itapira.

A direç3o do Centro Paula Souza, que administra as FATECs e ETECs, respondeu que as empresas foram pagas em dia. Numa tentativa de tirar o corpo fora do problema. No entanto, omitem que é responsabilidade do contratante de uma empresa terceirizada o pleno funcionamento do trabalho, dos pagamentos etc. A direç3o do Paula Souza também é responsável pelos atrasos, mesmo que tenha repassado os valores para a terceirizada.

O SINTEPS (Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza) “denunciou” a terceirizaç3o nas redes sociais, porém uma de suas diretoras já foi candidata pelo PSDB, que tem vasto histórico de apoio às terceirizaç3es e privatizaç3es dos serviços

públicos. O sindicato dos seguranças na prática não existe. Como se vê os trabalhadores terceirizados estão a “deus-dará”, não tendo nenhuma entidade que defenda seus interesses.

O problema principal é a precarizaç3o do trabalho que vem massacrando os explorados no país, principalmente nos últimos anos com a lei de terceirizaç3o das atividades meio (Dilma); terceirizaç3o das atividades fim (Temer) e reforma trabalhista (Temer), além da imensa destruiç3o de postos de trabalho com o fechamento de inúmeras fábricas, o que tem obrigado os operários a procurar uma colocaç3o no trabalho informal ou terceirizado, se sujeitando aos salários baixíssimos e condiç3es precárias. É preciso exigir dos sindicatos a unificaç3o das lutas em curso e a convocaç3o imediata de um Dia Nacional de Luta, que tenha por eixos a revogaç3o das contrarreformas, o fim da terceirizaç3o com efetivaç3o de todos os terceirizados e a defesa dos empregos, salários e direitos.

Rio Grande do Norte

Greve dos trabalhadores em educaç3o

Fortalecer a greve, com manifestaç3es de rua, e unidade com os demais trabalhadores

Os trabalhadores em educaç3o do estado estão em uma nova etapa na luta pelo pagamento do Piso salarial, atualizado em 14,95%, pois decidiram rejeitar a política de parcelamento, adotada pelo governo Fátima (PT/MDB). Esse fato é importante, pois demonstra que a categoria decidiu seguir o rumo da independência de classe, e não se sujeitar aos joguetes governistas, circunscritos ao parcelamento. O que está colocado agora é o fortalecimento da greve, na luta pela integralidade.

Apesar de aprovarem o pagamento integral do piso, na assembleia de 14 de março, os educadores aceitaram a proposta de parcelamento do retroativo de janeiro a março a ser pago de agosto a outubro deste ano, sendo que nem o retroativo do ano passado foi pago. A Corrente Proletária entende que a decis3o pelo parce-

lamento do retroativo nada mais é do que uma concess3o ao governo, o que implica uma pequena abertura para a SEEC ludibriar os trabalhadores com mais propostas rebaixadas. Por isso, é importante o fortalecimento da luta com os métodos históricos dos explorados: a aç3o direta, com atos de rua, piquetes etc. Portanto, a organizaç3o política é importante para defender a decis3o dos trabalhadores.

Por que é importante a luta pela integralidade?

O governo Fátima (PT/MDB) verificou que a política de conciliaç3o de classes da direç3o sindical facilitou a imposiç3o de sua política de parcelamento, de modo que todos os anos lhe foi con-

veniente impor o parcelamento aos trabalhadores em educação, mesmo depois de uma resistência inicial, como a greve de 2022. No entanto, a categoria vem percebendo os limites dessa política, sobretudo porque o parcelamento não possibilita compensar as perdas do aumento do custo de vida. Na prática, os ganhos que deveriam ocorrer foram todos anulados frente a corrosão salarial exercida pela inflação.

Tal situação tem se agravando na medida em que paira sobre os trabalhadores em educação a comprovação de que a via do parcelamento é a via da derrota. O retroativo ainda não pago (parcelado) de 2022 e uma “campanha salarial” restrita ao Piso expressam os limites dessa política. Percebem, então, a necessidade de dar um basta a esse ciclo mentiroso do governo, e rejeitar sua política de parcelamento, como primeiro passo. A bandeira da integralidade surge, pois, como uma resposta contra a enrolação do governo Fátima, e em defesa da reposição das brutais perdas salariais.

A luta pelo piso integral aparece como uma condição importante para os trabalhadores organizarem sua campanha salarial, em que a categoria decide, em assembleias democráticas, qual o verdadeiro percentual de reajuste que atenda as reais necessidades de uma família trabalhadora. E a importância da unidade com a classe operária e demais explorados, de modo a viabilizar a luta pelo Salário Mínimo Vital, que seja suficiente para o sustento de uma família.

A política da direção do SINTE-RN (PT)

As assembleias são burocráticas e manobradas pela direção do SINTE-RN (PT), bem como por falas derrotistas de seus membros e aliados. Mas a burocracia foi obrigada a se posicionar pela aprovação da greve, depois de três assembleias, dando assim mais tempo ao governo Fátima (PT/MDB). Essa direção apoia o governo do PT e sua política de parcelamento, como fizeram os governos anteriores.

O papel do centrismo (PSTU) e seu fracasso como oposição à direção do SINTE-RN (PT)

Diante da nova proposta do governo, de persistir na política do parcelamento, a Comissão de Negociação reuniu-se com a direção

sindical e decidiu elaborar uma contraproposta, a pedido do governo, para submetê-la à assembleia do dia 14/03. No entanto, tal Comissão apenas alterou a segunda parcela da proposta do governo (7,22%), que em vez de ser em dezembro passaria a ser paga em agosto, além de colocar o pagamento do retroativo para ser quitado este ano, de junho a dezembro. Ao elaborar tal contraproposta, a Comissão de Negociação flagrantemente nega a integralidade e acata a política de parcelamento.

Trata-se de um grande erro da Comissão. Um dos integrantes da Comissão é militante do PSTU e demonstrou, na prática, como esta organização política é caracterizada pelo seu movimento centrista e, portanto, oportunista, uma vez que teve de voltar atrás da própria decisão de aceitação do parcelamento, ao observar a reação do plenário da assembleia, para não se desmoralizar perante a aguerrida atitude da categoria, que defendeu a integralidade. Na prática, a política centrista do PSTU age à sombra da atual direção sindical (PT), não tendo, portanto, uma política à altura como oposição sindical, que seja capaz de quebrar o burocratismo e o derrotismo da direção do SINTE-RN.

Política da Corrente Proletária na Educação

A Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) desde o início da luta tem colocado para os trabalhadores a importância da integralidade, como ponto de partida para realizar uma campanha salarial própria, com independência de classe, e lutar pelo reajuste decidido em assembleia democrática. Também apontou a necessidade de uma luta unitária, uma vez que a reivindicação é nacional, começando pela unidade entre os trabalhadores do estado e dos municípios do RN. Durante a greve, a Corrente Proletária tem realizado atividades de greve em algumas escolas no centro de Natal e numa escola da Zona Norte da Cidade, assim como em São Gonçalo do Amarante, com o objetivo de convencer a categoria pela adesão à greve e pelo seu fortalecimento, tendo como eixo a luta pelo pagamento integral do Piso e pela rejeição ao parcelamento. Além disso, tem realizado plenárias semanais, todos os sábados, para debater a política revolucionária na greve e tirar encaminhamentos práticos.

Rio Grande Norte - São Gonçalo

Trabalhadores em educação conquistam o Piso integral em São Gonçalo do Amarante

A greve da educação de SGA conseguiu arrancar a integralidade do piso de 14,95% para maio, porém com retroativo parcelado em seis vezes até novembro. Apesar de ser uma proposta rebaixada, devido ao parcelamento do retroativo, os trabalhadores, ao defenderem a integralidade, mostraram o caminho certo para a conquista de seus direitos. No entanto, o restante da pauta não foi sequer negociado pelo prefeito.

Nota-se que os trabalhadores acabam fazendo uma comparação com as demais lutas, a exemplo da greve da educação estadual contra as propostas rebaixadas de parcelamento do governo Fátima (PT/MDB), bem como do prefeito de Natal, Álvaro Dias (Republicanos), em que se acumulam dois anos sem repasse do Piso. Por isso, os trabalhadores em educação de SGA decidiram em assembleia aceitar a proposta do prefeito por aparentemente ser mais “vantajosa” em relação às lutas contra outros governantes.

Essa situação acaba enfraquecendo a organização de um movimento que construa uma campanha salarial própria dos trabalha-

dores em educação, que deveria ser organizado para além do Piso, principalmente porque o repasse de 14,95% é insuficiente para repor as perdas salariais.

A fortaleza da greve está em sua organização, pois uma categoria organizada é capaz de arrancar não só o piso integral, mas também as demais reivindicações. Isso significa que o método da ação direta (greves, atos, piquetes, ocupações etc.) é o verdadeiro caminho por onde os trabalhadores devem percorrer e acreditar em sua própria força, contrapondo-se ao método institucional-parlamentar, cultivado pela direção sindical, na ocasião do ato na Câmara Municipal, como se fosse possível “convencer” os vereadores a lutarem pela reivindicação dos educadores.

Assim, o prefeito decidiu negociar devido à força da greve, além do fato de pretender ser candidato a reeleição municipal de 2024. Por isso, os trabalhadores sentiram que foi só com a greve que o prefeito se apresentou e negociou com a categoria. Viva a luta dos trabalhadores em educação de SGA pelo piso salarial integral!

Ceará

Campanha Salarial da rede estadual ainda indefinida por enrolação do governo Elmano Freitas/PT

Fortalecer a luta nas ruas até a conquista das reivindicações!

No dia 22 de março, ocorreu a paralisação da rede estadual de ensino e manifestação na Assembleia Legislativa convocada pelo Sindicato APEOC. A paralisação teve boa adesão, porém, apenas 400 professores estiveram presentes no ato em frente a ALCE.

Desde janeiro, o governador Elmano de Freitas/PT vem protegendo o pagamento do reajuste salarial do Piso Nacional de 14,95%. Em janeiro, o governador havia anunciado que cumpriria a Lei do Piso, mas até agora não enviou nenhuma mensagem de reajuste à Assembleia.

O governo Elmano Freitas (PT/PCdoB/PSOL) realizou algumas reuniões com o sindicato APEOC (PCdoB/PT/PSOL), para discutir a pauta dos precatórios e a campanha salarial de 2023. O encontro ocorrido com a Secretária da Educação, Eliana Estrela, no dia 01/03, foi divulgada como data final, tanto pela Apeoc quanto pelo governo do estado, para resolver a forma de pagamento do Piso e as demais reivindicações da categoria. A Apeoc chegou a dizer que faltava apenas alguns ajustes para finalizar as negociações. Neste sentido, criou-se uma grande ilusão na categoria de que o governador Elmano anunciaria em breve, numa live, que pagaria o Piso Nacional aos professores com repercussão na carreira e avançaria nos demais pontos. Contudo, nenhum anúncio ocorreu e tudo não passou de mais uma demagogia do governador.

A resposta da direção da APEOC foi a de convocar novo encontro para discutir a mesma pauta, e assim permitir que o governo fizesse chacota com a categoria. A direção colaboracionista não

convocou nem assembleia, nem zonais; e apenas depois de muito impasse resolveu convocar a paralisação do dia 22/03 a fim de forçar novas negociações.

A Corrente Proletária na Educação/POR esteve presente no ato e divulgou seu boletim com os seguintes pontos: 1) defesa do pagamento imediato do Piso Nacional; 2) imediata convocação dos professores do cadastro de reserva; 3) seleção e efetivação dos professores substitutos; 4) estabilidade no emprego a todos; 5) fim da terceirização; 6) eleições para diretores em todas as escolas; 7) reajuste do vale-alimentação para R\$ 20,00; 8) direito de planejamento domiciliar aos professores e 9) pagamento imediato da progressão horizontal.

Após a pressão do ato na ALCE, uma nova audiência, desta vez entre a APEOC e o próprio governador Elmano, foi agendada para 5 de abril.

A Corrente Proletária defende a convocação imediata da assembleia da categoria, assim como os zonais para que o magistério estadual discuta a necessidade de fortalecer a luta e se preparar para a greve em caso de rejeição das reivindicações por parte do governo do estado. Nada de reuniões a portas fechadas com o governo e sem a presença da base! É preciso estar de olho nas manobras de conciliação e lutar com todas as forças pela independência política de nosso sindicato. Não há outro caminho para a vitória senão o fortalecimento da luta e dos métodos próprios dos explorados.

Rio de Janeiro

Segue o caos nos transportes coletivos Levantar a bandeira da estatização dos transportes coletivos, sob o controle dos trabalhadores

Desde janeiro, as passagens dos transportes coletivos no RJ vêm aumentando mês a mês. No dia 7/1, houve o primeiro aumento na passagem dos ônibus de 4,05 para 4,30. No mês seguinte, a Supervia, empresa responsável pelo serviço de trens, anunciou um aumento de 5,00 para 7,40 e, agora, no mês de março a Agetransp (Agência Reguladora dos Transportes) anunciou o aumento na passagem do metrô de 6,50 para 6,90.

O governo do estado, junto a essas empresas reguladoras e administradoras dos transportes, além de dizer que só conseguirão fazer com que o transporte funcione através do reajuste, ainda criaram uma “tarifa social” no Bilhete Único, com o argumento de que pessoas com baixa renda continuariam pagando o mesmo valor ou menos. O que aconteceu de fato foi que nem todos os passageiros usam o cartão de passagens (Bilhete Único), nem tinham ele habilitado para o transporte intermunicipal, que era a exigência para que a tarifa social pudesse ser usada. A maioria não tinha essa habilitação, porque trabalha dentro do seu próprio município. O serviço para essa habilitação foi tão precário quanto é o transporte. Aconteceu parte pela internet e parte no Centro do Rio. Os trabalhadores que não tinham acesso à internet, ou que eram idosos e não sabiam usar o site foram até o posto presencial e enfrentaram superlotação, muitos não conseguiram concluir seu cadastro. Os que tentaram pela internet não conseguiram, em muitos casos, porque o site apresentou problemas. A realidade é que boa parte dos trabalhadores não está pagando a tal “tarifa social”, tendo de aceitar os aumentos abusivos.

Qualquer problema mínimo na cidade, qualquer chuva fraca, faz parar o transporte. Os ônibus BRT's que atravessam a cidade

seguem sem ar-condicionado, com superlotação, sem portas e com horários desregulados. Os trens da Supervia quebram, descarrilam e atrasam diariamente, além de ter estações sem luz, sem adaptações para cadeirantes e sem escadas rolantes. O metrô é o único que funciona minimamente bem, mas escancara a realidade social em seu mapa: sua circulação é majoritariamente na zona sul da cidade (onde se concentram a maioria dos bairros de pequena e grande burguesia). Soma-se a isso, o fato de que as barcas (outro modal da cidade que liga Rio de Janeiro a Niterói) ameaçaram parar o seu funcionamento no dia 3 de março, alegando que não conseguiriam manter o intervalo entre uma barca e outra. Apesar de a paralisação não ter ocorrido, moradores da Ilha do Governador e da Ilha de Paqueta, que se utilizam das barcas, tiveram de arcar com horários irregulares no último mês, bem como a diminuição da frota.

Como se vê, a situação dos transportes coletivos no Rio de Janeiro é dramática. O proletariado carioca e fluminense segue pagando um preço muito alto para se locomover, e um preço mais alto ainda nas condições de organização e luta para enfrentar esses problemas. Diante dos aumentos abusivos, os sindicatos do setor e os movimentos populares, estudantil etc., seguem na passividade. Está mais que na hora de organizar um grande movimento pelas condições de vida das massas no estado e no país. O problema dos transportes pode ser o ponto de partida. Mas, para isso, é preciso superar as ações conciliadoras dessas direções, que estão em sua maioria preocupadas que qualquer movimento reivindicatório respingue no governo Lula.

Campanha da Corrente Proletária/ POR pelo fim da Reforma do Ensino Médio e do ensino a distância



Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário
Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Mais informações e contato: ☎ (11) 95446-2020

pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas

Nº 13/2023 | APEOESP | 20 de março

Um só movimento nacional para pôr abaixo as contrarreformas: trabalhista, previdenciária e do ensino médio

Que as centrais e sindicatos rompam com a política de conciliação de classes e se coloquem pela independência dos organismos dos trabalhadores diante dos governos

Estamos próximos dos três meses de governo Lula. Não há disposição do governo e do Congresso Nacional de revogar as reformas antitruabalhadoras e antipopulares impostas por Temer e Bolsonaro. O ministro do Trabalho, o ex-dirigente da CUT, Luiz Marinho, procura enrolar com a comissão tripartite (empresários, sindicalistas e governo) para revisar pontos negativos da reforma trabalhista. O ministro da previdência, o ex-ministro do trabalho em mandatos anteriores de Lula e Dilma, Carlos Lupi, sequer anuncia reparos na reforma da previdência. O ministro da Educação, o ex-governador petista do Ceará, Camilo Santana, diante da pressão da burocracia sindical, ressuscitou o fracassado Fórum Nacional da Educação.

Como se vê, trata-se de uma orientação do governo Lula de cooptar as direções sindicais visando a conciliação entre capital e trabalho. Como se fosse possível estabelecer um consenso na revisão das contrarreformas, que fosse bom tanto para os trabalhadores, como para os governos e capitalistas. As direções das grandes centrais, a CUT e Força Sindical, consideraram uma vitória a criação da comissão tripartite. A CNTE, que iniciou a campanha pela revogação da reforma do ensino médio, rapidamente se colocou por engrossar a suposta consulta popular do ministro da Educação, utilizando a bandeira de “Revoga Já” e elogiou a atitude do Ministro de recriar o Fórum. A direção da UNE, que realizou os atos de 15 de março, não fará nada que contrarie a governabilidade de Lula. A Apeoesp, o maior sindicato da Educação, já se somou à farsa do “Revoga Já”, e se

recusou a convocar a paralisação e assembleia geral de trabalhadores da Educação e estudantes, seguida de um ato unificado, no dia 22 de março.

Está aí o grande obstáculo para erguer um poderoso movimento nacional. As direções sindicais e estudantis estão até a medula comprometidas com a sustentação do governo burguês de frente ampla de Lula. Suas reclamações não vão além de exigir maior participação no governo. A remoção desse obstáculo dependerá do combate dos trabalhadores. Conta para isso o enorme descontentamento tanto nas fábricas quanto nas escolas. E o agravamento das condições de trabalho e ensino – desemprego, subemprego, baixos salários, eliminação de direitos, dificuldades para alcançar uma aposentadoria e o fracasso da reforma do ensino médio, e do PEI. O caminho está na construção das oposições sindicais classistas e de luta, voltadas a independizar os sindicatos diante dos governos burgueses, que inclui o de Lula.

O que significa defender nas assembleias que as direções dos organismos dos trabalhadores rompam com a política de conciliação de classes, abandonem a farsa das comissões tripartites e se coloquem no terreno próprio de luta dos explorados. Que organizem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e fim das contrarreformas de Temer e Bolsonaro. Será por meio da experiência com essas direções diante do governo Lula que a maioria oprimida se colocará por construir suas verdadeiras direções sindicais, estudantis e políticas. ■

Sem paralisação das escolas e sem luta nas ruas, a reforma do ensino médio não será revogada, não será conquistado o reajuste de 14,95% do Piso, não haverá a reposição das perdas salariais, não se colocará fim ao PEI e à farsa da Nova Carreira, e não se conseguirá a efetivação dos professores e funcionários contratados

O dia 22 de março deve ser um primeiro passo para construir um poderoso movimento de professores, funcionários e estudantes em defesa das reivindicações. Para isso, é preciso exigir que as direções sindicais se coloquem por unificar o movimento. Não dá para a UNE e UBES convocarem atos no dia 15 e os professores no dia 22 de março. Para piorar, a CUT está chamando o dia 21 de março como “dia de manifestação pela redução dos juros e democratização do CARF”, reivindicações que nada têm a ver com as necessidades dos explorados. A proximidade das datas obviamente dissipa as forças e divide o movimento.

Não dá para as direções sindicais e estudantis continuarem com a ladainha do “Revoga Já!” e com a bandeira da “interrupção do PEI”, enquanto não mobilizam de fato os trabalhadores, com os métodos de luta que realmente podem levar o movimento à vitória. Não dá para ficar com o discurso de “aplicação correta da jornada do piso”, quando Tarcísio já decretou que será na forma de abono. Ao contrário, é urgente canalizar o descontentamento generalizado nas escolas para o movimento de rua.

Uma direção sindical classista não pode se apegar às pressões do governo e das direções de escolas, que ameaçam diariamente os professores com os decretos que impedem os

professores de se manifestarem coletivamente em defesa do emprego, da estabilidade, do salário e dos direitos que foram arrancados pelo Plano de Carreira do PSDB. O direito de greve e paralisação tem de ser defendido à morte, porque é a única forma de enfrentar as medidas autoritárias e antitributadoras dos governantes. O que temos visto na direção da Apeoesp, inclusive de correntes que se colocavam no campo da oposição, é a desmobilização e o reforço do imobilismo, que só servem ao governo.

As ações coletivas, bem organizadas desde as escolas, fortalecem os professores como um setor que luta para conquistar as suas justas reivindicações. Enquanto permanecerem isolados nas escolas, mais e mais pressões do governo e de seus porta-vozes recairão sobre o professor como indivíduo. Para isso, é fundamental rechaçar a política das direções de convocar atos simbólicos, de representantes sindicais e aposentados. Prática essa que vem se naturalizando na CUT e sindicatos, a exemplo dessa manifestação das centrais no dia 21 de março. Ou, então, de convocar assembleia aos sábados, para não configurar a paralisação das escolas. Mais ainda, de realizar reuniões on-line, como tem feito o Sinpeem. Essa é uma política de derrota e anulação do instinto de luta dos trabalhadores. ■

Revogar a reforma do ensino médio e o PEI! Rejeitar o EaD e a terceirização, porque são instrumentos de avanço da privatização!

A reforma do ensino médio foi o mecanismo para o governo aprofundar a utilização do ensino a distância (EaD). Aproveitou a pandemia, quando as escolas foram fechadas, para instituir as aulas on-line e as plataformas digitais. Após o retorno presencial das aulas, parte do currículo (aulas de “expansão”) e APDs continuaram por meio do EaD. Com o “Novo Ensino Médio” e a proliferação de itinerários, os professores têm recorrido aos pacotes virtuais com sugestões de temas e aulas. E as faculdades privadas se tornaram empresas de cursos à distância de formação de professores, que acabam reproduzindo essa excrescência do capitalismo no interior das escolas. Situação que se repete com a imposição do PEI, com o agravante de expulsar o aluno-trabalhador.

Pôr em marcha as reivindicações e bandeiras que unificam os trabalhadores e a juventude oprimida

O POR vem fazendo uma campanha nas escolas, por meio do Boletim da Corrente Proletária na Educação e do Boletim Juventude em Luta, em defesa:

- Revogação imediata das contrarreformas trabalhista e previdenciária, da Lei do Teto de Gastos, da Lei da Terceirização e da reforma do ensino médio;
- Fim do PEI e abertura de todas as salas e turnos fechados;
- Eliminação do ensino a distância e de todos os instrumentos que potencializam a privatização da Educação;
- Reajuste salarial de 14,95%, como determina a Lei do Piso. Não ao abono! Não ao parcelamento!
- Reposição das perdas salariais, como única forma de recompor o poder de compra dos salários. Que nenhum trabalhador receba menos do que o salário mínimo do DIEESE;
- Revogação imediata do Plano de Carreira do PSDB;
- Fim da terceirização nas escolas e efetivação de todos os terceirizados;
- Defesa das condições de ensino e trabalho, reduzindo o número de alunos por sala.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Reunião no pátio da Escola Liberali com alunos e professores do ensino médio

Militantes do Boletim Juventude em Luta e da Corrente Proletária na Educação realizaram no dia 21 de março uma reunião sobre “Novo Ensino Médio” (NEM), com estudantes e professores da E.E. Prof. Carlos Henrique Liberali, na Zona Leste de São Paulo. A atividade permitiu perceber o grande descontentamento com a implantação dessa contrarreforma educacional. Além de explicar o conteúdo dessa reforma, a reunião objetivou convocar para a manifestação do dia 22, na Avenida Paulista. Vários professores se colocaram pela paralisação, mesmo sabendo que levariam falta.

Os estudantes, de pronto, se colocaram contra o NEM, pela expressão “uma bosta!”. Os militantes expuseram o caráter regressivo da Reforma do Ensino Médio, que foi imposta no contexto de outras contrarreformas, como a trabalhista e a previdenciária, visando a substituir as disciplinas científicas pelos “itinerários formativos”, avançar na precarização da educação pública (criando componentes curriculares lecionados por professor sem formação na área) e ampliar o lucro das empresas por meio da venda de materiais (apostilas, livros) e plataformas digitais (EaD).



Os estudantes fizeram diversas críticas aos “itinerários”, mostrando que o NEM não passa de uma farsa. Um estudante, entretanto, expressou a ideia de que o itinerário é interessante. Antes mesmo de concluir a fala, diversos estudantes o questionaram, dizendo que não tem como ser “melhor”: “me diz, o que tem de interessante?”. O aluno considerou basicamente a possibilidade de escolha, o que rapidamente foi respondido. Vários colegas mostraram que não é possível colocar na escola a vontade do indivíduo, afinal a escola teria de ter centenas de salas para abrigar os vários interesses. Uma estudante chegou a criticar a indisciplina de alguns colegas nas salas de aula. Um ponto que nos chamou atenção foi que a vice-direção não permitiu a participação de uma estudante simpatizante da Corrente Proletária, alegando indisciplina, como “matar aula”. Porém, ao longo da discussão, uma estudante relatou que está no terceiro ano e já matou aula para ter aula de Biologia em outra sala, pois não tem professor de Biologia. Outro questionamento foi a respeito das diferenças da escola pública a particular. Perguntaram se a culpa pela precarização da educação não é da própria comunidade escolar. Uma estudante relatou que saiu da escola que era PEI, porque passava oito horas copiando textos.

Como se vê, há vários problemas, que envolvem a responsabilidade pela educação, a falta de professores, a ausência de formação adequada por parte de professores, a diferença entre o ensino público e o privado etc. Os militantes verificaram que é preciso discutir cada um desses problemas e que a juventude está à mercê do que é divulgado nas redes sociais. Procuraram, nessa reunião, centrar na campanha pelo fim do NEM. É preciso mostrar que a revogação dessa reforma não significa defender esse ensino que existe nas escolas, totalmente desvinculado da realidade. E enfatizaram a necessidade de constituir os grêmios estudantis livres do controle das direções das escolas.

São Paulo

Manifestação do dia 22 de março, contra o NEM ataca Tarcísio e Bolsonaro, mas blindo o governo Lula

A manifestação do dia 22, pela revogação do Novo Ensino Médio (NEM), seguiu a tendência geral dos movimentos nesses primeiros meses de governo Lula, manifestações burocratizadas sendo utilizadas para blindar o governo federal.

Em São Paulo, a manifestação convocada principalmente pela APEOESP poderia ter sido massiva, mas as direções sindicais se colocaram contra a paralisação das escolas. No carro de som, enquanto a manifestação estava parada na Av. Paulista, só puderam falar as burocracias sindicais e estudantis, todas alinhadas com o governo de frente ampla de Lula, além dos parlamentares que tiveram microfone livre para fazer demagogia com os problemas da população. Não faltaram lembranças de como a vida era difícil sob o governo Bolsonaro e críticas ao governo estadual de Tarcísio, enquanto ao governo Lula, que é a quem se dirige diretamente a reivindicação de revogação dessa odiosa reforma, sobram elogios e complacência, “ainda está arrumando a casa”, “teve pouco tempo” etc. As falas das direções estudantis UBES, UPES etc. expressaram o quanto os estudantes precisam lutar para varrer com essas direções traidoras. Não passam de pequenos burocratas falsificadores, carreiristas, protetores de um governo burguês. No geral, ficou claro que da boca para fora defendem o “Revoga já!”, mas que na prática estão dispostos a aceitar os remendos na reforma que Lula e Camilo Santana já sinalizaram. Os estudantes devem superar suas direções, que controlam o movimento com rédea

curta, devem se utilizar dos métodos de luta históricos da classe operária, as manifestações massivas e classistas, os bloqueios, as ocupações etc.

O POR interveio na manifestação com manifesto, banca de materiais, suas bandeiras e intervenção no carro de som. Em nossa intervenção, defendemos a vinculação da luta contra a reforma do ensino médio com a luta necessária pela revogação das malditas reformas trabalhista e previdenciária. Fomos a única intervenção que defendeu a estratégia proletária para a educação, uma educação pública, gratuita, laica, vinculada a produção social e sob o controle de quem estuda e trabalha, além de defender o fim do vestibular. Concluímos com a ideia de que a revogação só poderá ser fruto da luta, não devemos confiar nas canetadas do governo.

A manifestação seguiu até a Praça da República onde se dispersou, deixando apenas indicada uma possível greve da educação para o dia 26 de abril, o que deixa claro que essas direções políticas não estão de fato pela revogação, pois não se faz luta com manifestações de mês em mês. A isso respondemos que precisamos de uma greve sim, mas não só da educação, precisamos de uma greve geral, que será preparada com a convocação imediata de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios. Lutemos sob a bandeira de “Um único movimento pela revogação das reformas do ensino médio, trabalhista e previdenciária”!

Colocação do POR ao canal Mesa e Debates

Boa tarde eu sou militante do Partido Operário Revolucionário. Estamos aqui na manifestação distribuindo o panfleto “Um só movimento nacional para pôr abaixo as contrarreformas: trabalhista, previdenciária e do ensino médio”, que traz a linha do partido para esse movimento. E qual é a linha do partido? A unidade dos trabalhadores, a unidade dos professores, pais, estudantes, com os métodos seus próprios de luta. Essas contrarreformas só serão derrubadas através dos movimentos de ruas. Para isso, as direções sindicais devem convocar as assembleias, plenárias e organizar um Dia Nacional de Luta, um dia nacional com paralisações e com bloqueios, para que se possa ter uma poderosa manifestação.

Essa manifestação de hoje, que ocorre também em outros estados, tem como base a luta pela revogação da “Novo Ensino Médio”. Trata-se de uma reforma que começou a ser feita no governo da Dilma Rousseff em 2016, e que provocou, naquele momento, grandes manifestações de estudantes, ocupando as escolas, o que obrigou tanto o governo do estado quanto o governo federal a suspender a reforma do ensino médio. Quando o governo golpista de Temer assumiu, sancionou em 2017 a reforma, que tem como conteúdo a privatização, a eliminação de disciplinas, eliminação das ciências, e a introdução de um conjunto de “itinerários”, que não trazem absolutamente nada para os alunos. Por isso, o descontentamento é grande em todas as escolas. O que deve ser aproveitado pelas direções sindicais e políticas para transformá-lo em luta. Nesse sentido, o ato político de hoje deve ser o primeiro passo, não para remendar o “Novo Ensino Médio”, mas no sentido de revogar, pôr abaixo essa reforma. Isso porque além de ser de privatista, traz também o avanço do ensino a distância, que é uma excrescência do capitalismo. Primeiro, o ensino a distância estava limitado às universidades, hoje o ensino a distância avançou na Educação Básica, através do PEI e, agora, pelo “Novo Ensino Médio”. Por isso, a manifestação de hoje tem de ser um primeiro passo no sentido de rejeitar a farsa da consulta que o Ministro da Educação está propondo, através da internet. Como eu disse, todas as contrarreformas, que inclui essa da educação, só poderão ser derrubadas nas ruas, por meio da união dos trabalhadores da educação, pais e estudantes.



São Paulo - Manifestações dos estudantes contra o “Novo Ensino Médio”, em 15 de março

A manifestação foi o primeiro passo. É preciso avançar, com o método da ação direta, e ligando a luta pela revogação da reforma do ensino médio com o combate ao EaD, ao ensino de tempo integral e à privatização

A UBES convocou um ato pela revogação do “Novo Ensino Médio” (NEM), que se realizou no dia 15 de março. O ato contou com estudantes do ensino técnico, universitários, alguns professores, mas, em grande maioria, com os estudantes secundaristas das mais diversas regiões da cidade, que são os mais afetados por essa contrarreforma, que ataca duramente o ensino público e a juventude operária.

Apesar do ato ter sido maior do que o esperado, devido ao fato de ter sido convocado em cima da hora e sem paralisação, não foi capaz de refletir toda a disposição de luta que temos visto nas escolas, onde a juventude tem rechaçado completamente o NEM.

O ato marchou do MASP até a ALESP, fechando apenas uma faixa da Av. Paulista. As falas no carro de som e as palavras de ordem articuladas pela direção do ato demonstraram um conteúdo apenas formalmente de choque com a contrarreforma. O ali-

nhamento das entidades do movimento estudantil com o atual governo Lula deixa evidente que não haverá uma luta consequente para que se revogue o NEM, apenas algumas modificações, que já foram mencionadas pelo Ministro da Educação.

O combate pela retirada integral da contrarreforma e da BNCC passa por ligar essa reivindicação à derrota do ensino a distância, do ensino de tempo integral e da mercantilização. Os estudantes terão de recorrer aos métodos da classe operária, a exemplo das ocupações, que o próprio movimento estudantil utilizou em 2015 e 2016.

O POR esteve presente com o Boletim Juventude em Luta, chamando os estudantes a se organizarem para combater esse e outros ataques à educação e lutar pela revogação do NEM. Deixou claro a necessidade de uma posição independente diante do novo governo de frente ampla de Lula.

Pernambuco

Ato pela revogação do Novo Ensino Médio amarrado ao governismo

Na capital pernambucana, o ato nacional do 15 de março convocado por direções do movimento estudantil pela revogação do Novo Ensino Médio refletiu o burocratismo imobilista das direções reformistas. Só foi chamado de véspera, sem mobilização prévia nas escolas e universidades. E ainda teve a convocação de dois locais diferentes, no mesmo horário, puxados pela UJS/PCdoB e PT, de um lado e, de outro, pela Correnteza/UP. Diante da demanda reivindicada, o ato foi esvaziado. Composto por entidades representativas de estudantes secundaristas, universitários e de nível técnico, sindicalistas, sobretudo da educação básica, movimentos sociais, parlamentares e partidos, a manifestação se deu com ausência dos estudantes, professores e trabalhadores da base que estavam em aula/expediente em uma tarde que demandava paralisação integral e adesão, mas que não foi uma condição imposta pelas lideranças das organizações que construíram o ato.

Concentrado em frente à Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano, na Rua da Aurora, o ato iniciou-se com falas de lideranças denunciando mais esse desmonte da educação pública proposta pelo Novo Ensino Médio (NEM), seguiu em marcha até o Palácio Campo das Princesas, sede administrativa do poder executivo em Pernambuco, onde os representantes das organizações cobraram da governadora, Raquel Lyra (PSDB), um posicionamento sobre a reivindicação dos 34% do orçamento deliberado pelo governo federal para os gastos com a rede de ensino público que se encontra sucateada sem merenda, infraestrutura, fardamento e outros subsídios básicos para o funcionamento das aulas.

Na ocasião, a governadora recusou-se a receber as lideranças das entidades estudantis UME, UBES, UNE e UEP, que produziram um documento expressando as demandas dos estudantes e os desmandos do governo. Nesse sentido, esse e todo o momento canalizou a manifestação para a oposição ao governo estadual, desviando o choque com o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, comprometido com a implementação do Novo Ensino Médio, aprovado por Temer. O conteúdo das direções burocráticas é de que cabe ao movimento, no máximo, fazer cobranças à burocracia estatal. Apesar de ter havido, em 2016, um forte movimento de ocupações de escolas e universidades pela não aprovação do NEM, as direções não convocam a retomada desses métodos de organização independente e combativa do Movimento Estudantil. Tampouco defendem a unidade junto aos trabalhadores pela revogação, não só do NEM, como das demais contrarreformas (trabalhista, previdenciária, lei da terceirização), que atingem duramente as condições de vida de trabalhadores e estudantes com alta no custo de vida, desemprego, precariedade no trabalho, evasão escolar, fome e miséria.

O POR atuou com a distribuição do boletim “Juventude em Luta” da Corrente Proletária Secundarista, tirando a máscara do Novo Ensino Médio, convidando os estudantes a não nutrir ilusão na democracia burguesa e se organizarem sob a política proletária, com métodos próprios de luta pelo fim das reformas e da barbárie capitalista.

Ceará

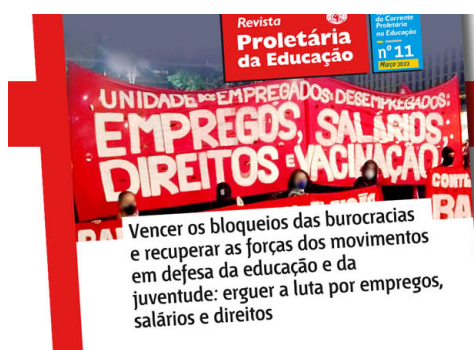
Ato pela revogação do novo ensino médio marcado pela conciliação e boicote da burocracia sindical

O ato de 15 de março, pela revogação do “Novo Ensino Médio” (NEM) ocorreu na praça da Gentilândia, no Benfica. Reuniu cerca de 400 estudantes, em sua maioria secundaristas, que saíram em marcha pelas ruas do bairro. A manifestação foi convocada pela UBES, movimentos sociais e correntes políticas. A burocracia estudantil procurou, a todo instante, separar a luta pela revogação da reforma do ensino médio da luta contra o EaD e pelo fim do ensino privado.

A fraca mobilização do dia nacional de luta contra o NEM se deveu ao pouco empenho da direção da UBES (PCdoB/PT) em mobilizar os estudantes e, principalmente, ao boicote da burocracia sindical (CNTE e Sindicatos de trabalhadores em educação) que não convocaram as escolas para a paralisação e

não unificaram a luta nas ruas entre estudantes e professores. A razão para isso é evidente: as burocracias governistas sabem que não podem mobilizar o professorado e a juventude contra o governo burguês Lula/Alckmin, precipitando, assim, o seu desgaste prematuro.

A Corrente Proletária Estudantil/POR interveio com sua coluna, bandeiras, faixa, manifesto e palavras de ordem. Procurou vincular a luta pela revogação com a estatização do ensino privado e o fim do EaD. A unidade com a FOB permitiu a constituição de um bloco classista na manifestação. A tarefa da juventude é lutar pela independência política das entidades estudantis frente ao novo governo burguês e impulsionar uma poderosa corrente revolucionária nas escolas e universidades.



Revista Proletária na Educação



As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

Rondônia

Dia nacional de luta pela revogação do “Novo Ensino Médio”

Em Porto Velho, o ato do dia 15/03 pela revogação do “Novo Ensino Médio”, convocado pelas entidades estudantis e sindicais - Sindicato dos Professores da Unir, Universidade Federal de Rondônia (Adunir), SINASEFE, DCE da Unir e Grêmios Estudantil do Instituto Federal de Educação (IFRO). A manifestação aconteceu em frente ao IFRO com expressiva participação de estudantes secundaristas, também da Escola Estadual Brasília e de professores.

No ato, estiveram presentes também alguns diretores do SINPROF, da CTB/RO, professores da Unir e dirigentes do sindicato dos professores da universidade. Os estudantes bloquearam a avenida em frente ao Instituto por diversas vezes, mas eram desencorajados por professores, que os chamavam a desbloquearem a avenida.

Os manifestantes mostraram disposição de luta, mas que não vem sendo aproveitada pelas direções sindicais e estudantis. Não

houve uma boa convocação nas escolas secundaristas e Sintero, que reúne os trabalhadores da educação, não tem se empenhado na campanha pelo fim da farsa do “Novo Ensino Médio”. Mais ainda. O Sintero, que em Rolim de Moura e nas diversas regionais, realizou a partir do dia 7 de março os debates das etapas regionais da abertura do “1º Simpósio Relações Étnico-Racial” coordenado pelas Secretarias de Gênero e Etnia do sindicato, sequer discutiu essa campanha nacional de revogação. A Adunir e o DCE, embora vários professores e estudantes que integram a diretoria destas entidades façam pesquisas estabelecendo críticas, não se colocaram por divulgar o ato nos campi.

A Corrente Proletária da Educação/POR interveio no ato com boletim nacional. E defendeu o fortalecimento dessas manifestações de rua, convocando diretamente os trabalhadores da educação e os estudantes, para pôr abaixo mais essa contrarreforma educacional.

São Paulo - Francisco Morato

Construir grêmios livres com independência de classe, com a democracia operária, para lutar por nossas reivindicações

Denúncia de uma escola na região de Francisco Morato

A diretora pediu para que as funcionárias passassem nas salas de aula para informar que não teria a manifestação dos estudantes contra a reforma do ensino médio, marcada pela UBES no dia 15 de março. Mas um estudante, que quer participar do grêmio e que sabia da manifestação, foi questionar a conduta mentirosa da diretora. Usando do autoritarismo, além de não aceitar a reclamação do estudante o proibiu de participar das eleições do grêmio da escola.

Eis aí o papel de muitos diretores de escolas, que são serviçais do governo. Estão nas escolas para defender a farsa do “Novo Ensino Médio” e criar grêmios estudantis submissos à direção. Mas já se deparam com uma juventude que não aceita o autoritarismo e que está vivendo as consequências da implantação de uma reforma educacional anticientífica e privatista. Essa parcela de estudantes tem se mostrado disposta a participar dos grêmios e questiona os grêmios montados pelas direções de escolas, por serem porta-voz do governo. Portanto, percebe a importância da autonomia dos grêmios e está disposta a construir grêmios livres. A denúncia desse estudante de Morato expressa o descontentamento que vem se generalizando com a reforma do ensino médio, que eliminou disciplinas e criou a enganação dos itinerários.

O fato é que há uma disposição de luta contra o NEM. Uma luta que vem ganhando corpo entre os professores e estudantes. Os professores, que foram obrigados a assumir as aulas de itinerários, vivem diretamente a rejeição dos estudantes e, ao mesmo tempo, a pressão por parte das direções e diretorias de ensino. O exemplo da diretoria de Ensino de Caieiras, que cobra resultados dos projetos (temas dos itinerários), para mostrar ao governo seu êxito e o quanto os alunos estão interessados, só serve para aumentar a rejeição nas escolas.

O fundamental é aproveitar esse descontentamento para transformar em luta coletiva. As manifestações de rua ocorridas em 15 e 22 de março são o primeiro passo. O problema é que as direções sindicais e estudantis têm utilizado esse descontentamento para a campanha de pesquisa online do “Revoga Já”.

A Corrente Proletária e o Boletim da Juventude em Luta insistem que o fim da reforma do ensino médio dependerá da unidade dos trabalhadores da educação, pais e estudantes. Uma unidade em torno às assembleias e as manifestações de rua, para erguer uma poderosa greve nacional. Para isso, é importante a luta pela construção dos grêmios estudantis livres e direções sindicais classistas.



São Paulo – ABC

Por que construímos a chapa “Lutar com independência!”?

Está ocorrendo o processo eleitoral à próxima gestão do SinTUFABC, o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFABC, que reúne em sua base pouco mais de 700 trabalhadores. Nesse processo, nos somamos à construção da chapa “Lutar com independência!”, composta por integrantes da direção atual e/ou anteriores, e por trabalhadores que nunca estiveram na direção do sindicato.

Trata-se de uma frente de lutadores dispostos a manter o sindicato vivo, atuante e com independência frente aos governos. Isso tendo em vista o histórico de baixa participação sindical da categoria e o conseqüente histórico de chapas únicas nas eleições anteriores – que será diferente na presente eleição tendo em vista a articulação dos governistas. Por se tratar de uma frente nestas condições, a chapa reúne ativistas independentes e militantes de diversas organizações (POR, PSTU, POM e Emancipação Socialista) e já expressa contradições.

Para composição da chapa, estabeleceu-se os seguintes critérios: 1) ser filiado ao SinTUFABC; 2) ser atuante nas lutas; 3) defender publicamente as conquistas e os interesses históricos das classes trabalhadoras. Como princípios orientadores da chapa, considera-se a independência de classe, a democracia operária, e o combate às opressões e as discriminações.

Em seu programa, além dos critérios e princípios mencionados, constam bandeiras políticas como a posição contrária à ter-

ceirização, o Teto de Gastos Públicos/Sociais, e as contrarreformas administrativa, trabalhista, previdenciária e do Ensino Médio; a posição contrária à repressão aos ativistas; a defesa de voltar a se organizar na central sindical a que o SinTUFABC é filiado (CSP-Conlutas) para organizar a mobilização junto a outras categorias, visto que a direção não tem participado dos organismos da central; a promoção de Formação Política, incluindo debates com a categoria sobre as centrais sindicais; a defesa da autonomia universitária; dentre outras.

A participação da Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) na construção da chapa tem em vista a tarefa de garantir a organização sindical dos trabalhadores no SinTUFABC. Sabemos que erguer uma direção classista é uma grande e árdua tarefa. E entendemos que nossa participação nessa chapa poderá servir para avançarmos nela. Atuar como fração revolucionária na direção do sindicato permitirá uma maior aproximação com a categoria e sua organização, o que poderá contribuir para projetar a teoria e a prática revolucionárias diante dessa frente. Nosso papel será o de impulsionar a luta de classes dentro das universidades, defendendo um sistema único de ensino, público, gratuito, laico, científico e vinculado à produção social e a estratégia de poder dentro da universidade: governo tripartite baseado nas assembleias universitárias, formadas por estudantes, professores e funcionários, com o voto universal.

São Paulo

Intervenção do POR no ato dos cinco anos do assassinato de Marielle e Anderson

O ato foi chamado pelo PSOL com o objetivo de cobrar do governo Lula a retomada das investigações e punição dos mandantes do assassinato de Marielle e Anderson. Esperava-se que o ato tivesse uma boa participação, mas não foi o que ocorreu. Estavam presentes as representações dos mandatos de vereadores do PSOL e da UP, algumas mães que também tiveram seus filhos assassinados, representantes do movimento negro, de mulheres e de LGBTs.

O POR interveio com um Manifesto intitulado “A burguesia e seus governantes são incapazes de revelar os mandantes do crime. Somente o proletariado e os demais explorados, unidos e em luta,

podem apurar e punir esse crime de classe, constituindo um tribunal popular”. E com uma fala, onde lembrou o dia 14 de março de 2018, dia do assassinato. Lembrou também que havia uma grande greve dos trabalhadores da educação do município de São Paulo contra a reforma da previdência. Na passeata da greve, os manifestantes denunciaram o assassinato da vereadora do PSOL. Mostrou que a justiça burguesa é incapaz de punir os crimes da burguesia. E que somente a classe operária organizada e em luta pode julgar e punir os crimes de classe. Ressaltou que para isso é preciso fortalecer o partido revolucionário, o POR. Defendeu a constituição do Tribunal Popular. Essa bandeira tem de fazer parte da luta do conjunto dos oprimidos por salário, emprego, direitos, educação e saúde públicas. E se colocou pelo fim da guerra na Ucrânia. Encerrou com um VIVA a luta dos oprimidos por sua libertação e fim da burguesia assassina!



R\$ 35
ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS**Órgão do Partido
Operário Revolucionário**

(11) 95446-2020

www.pormassas.org

@massas.por

anchor.fm/por-massas

MANIFESTO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR)**Cinco anos do assassinato de
Marielle Franco e Anderson Gomes****A burguesia e seus governantes são incapazes de revelar os mandantes do crime
Somente o proletariado e os demais explorados, unidos e em luta, podem apurar e
punir esse crime de classe, constituindo um Tribunal Popular****14 de março de 2023**

No dia 14 de março, completam cinco anos desse brutal assassinato, ocorrido no centro do Rio de Janeiro. Depois de muita denúncia, a Justiça ordenou a prisão do policial Ronnie Lessa e do miliciano Adriano da Nóbrega. Lessa continua preso, e Adriano foi morto, em uma ação de queima de arquivo. A partir daí, a Justiça não deu mais nenhum passo para chegar ao mandante do assassinato. Agora, com a eleição de Lula, o PSOL, partido que fazia parte a vereadora Marielle, vem cobrando a promessa do petista de desvendar esse crime bárbaro. Lula fez um gesto nomeando a sua irmã, Anielle Franco, para o cargo de ministra da Igualdade Racial. Mas, já são dois meses de governo e os mandantes continuam impunes, apesar do Ministro da Justiça, Flávio Dino, ter acionado a Justiça para encontrar os responsáveis.

Marielle foi assassinada porque vinha denunciando a ação das milícias nas favelas do Rio de Janeiro, a violência policial contra os negros, e exigindo providências da parte do governo. Lembremos que Marielle e seu motorista Anderson foram cravejados de bala quando voltavam de um encontro intitulado “Jovens Negras Movendo Estruturas”, onde havia feito um pronunciamento na região da Lapa.

À época, a imprensa deu destaque ao acontecimento. O golpista Temer e seu ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, prometeram que o crime seria prontamente apurado. A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmem Lúcia, lamentou a morte de uma mulher e ressaltou que a justiça seria feita. O governador, Luiz Fernando Pezão, disse que esta-

va profundamente sentido pela morte de uma “guerreira”. Desde a Câmara de Deputados, Rodrigo Maia, clamou justiça para punir os autores da execução. Tudo não passou de encenação e de discurso de politikeiros diante do funeral. Depois de cinco anos, o STF, o Congresso Nacional e os governantes expuseram sua verdadeira face de impotentes perante mais um crime de classe.

O assassinato de Marielle e Anderson é apenas mais um de centenas de assassinatos contra as lideranças dos movimentos populares, camponeses e indígenas, ocorridos nesses cinco anos. Basta lembrar os recentes assassinatos de camponeses pobres - Raniel Barbosa, Rodrigo Hawerth, Patrick Gasparini Cardoso e outros - ocorridos em Rondônia, promovidos pela milícia rural, composta por policiais civis e militares. Basta lembrar os 19 camponeses assassinados somente no ano passado. Basta lembrar os 182 assassinatos de indígenas, ocorridos em 2020. Basta lembrar que a cada dez mortes ocorridas durante operações policiais, na favela do Complexo da Maré em 2022, nove foram execuções sumárias. E basta lembrar de João Pedro, de Maria Júlia e de tantas crianças e jovens vítimas de ações policiais. Até março, os dados indicam que já são mais crianças baleadas do que em todo o ano de 2022. Esse é um pequeno retrato da barbárie capitalista.

A violência bárbara e reacionária brota da propriedade privada dos meios de produção e da exploração capitalista do trabalho. A burguesia diante das manifestações das lideranças sindicais, populares, camponesas e indígenas usa o

aparato do Estado, polícia e milícias, para silenciar os protestos dos opositores. Nos bairros pobres das grandes cidades, São Paulo, Rio de Janeiro etc., a polícia, sob o argumento de combater o tráfico, executa os considerados “suspeitos” e acaba assassinando quase que diariamente jovens e crianças. A podridão que toma conta das polícias e de todo aparato policial expressa tão somente a decomposição do sistema capitalista.

Marielle foi mais uma vítima entre essa multidão de vítimas que têm suas vidas ceifadas pela única razão de defender o direito à terra, ao trabalho, à moradia, à igualdade racial e ao fim da brutal opressão social. Portanto, não é possível isolar o caso Marielle desse mar de sangue que jorra nas favelas, no campo, nas terras indígenas e nas ruas das grandes capitais. Não é possível fazer dessas vítimas uso eleitoral, para acobertar a raiz de classe da violência burguesa e de seu Estado policial.

A Justiça burguesa, guardiã da propriedade privada dos meios de produção e protetora dos interesses da classe dominante, não tem interesse em resolver um crime de classe, como esse de Marielle e de tantos outros que marcam a história da luta dos oprimidos no Brasil. O Judiciário não fez justiça diante da Chacina de Corumbiara, em 1995, de Eldorado dos Carajás, 1996, que completa vinte e sete anos, e que todo ano o MST lembra o ocorrido com as manifestações do “Abril Vermelho”. É preciso repetir incessantemente que o Judiciário está a serviço do Estado burguês. A burguesia e suas instituições jamais poderão combater sua própria violência, que é reflexo de sua ditadura de classe exercida sobre a maioria oprimida. O combate ao assassinato de Marielle e dos demais lutadores, bem como da juventude e crianças, se fará por meio da luta de classes, erguendo um movimento nacional contra os responsáveis por esses crimes políticos, que são de classe.

Nesse sentido, as direções sindicais e populares, bem como os partidos que se reivindicam da luta dos explorados, ao invés de continuar lamentando as mortes, devem organizar o combate, que se dá com os métodos próprios

dos trabalhadores, greves, manifestações, bloqueios etc. É obrigatório vincular os crimes de classe da burguesia com o programa de reivindicação dos explorados e a sua estratégia revolucionária de poder.

O Partido Operário Revolucionário comparece nesses cinco anos do assassinato de Marielle e Anderson com a política do proletariado, que é a da defesa do Tribunal Popular. Ressalta que não há como erradicar a violência reacionária pela via da Justiça burguesa e do Parlamento. Não há como democratizar os aparatos repressivos, nem eliminar a corrupção que tomou conta da polícia, visivelmente manifestada na proliferação das milícias. Os governantes, por sua vez, não têm como pôr em prática as leis punitivas criadas por eles mesmos. Por isso, o POR rechaça toda a hipocrisia e oportunismo eleitoral que vêm à tona, quando de acontecimentos tão violentos como esse que vitimou Marielle.

Está aí por que o POR defende e trabalha pela constituição do Tribunal Popular, organismo criado no seio da luta de classes, sob a direção dos explorados, para julgar e punir os crimes da burguesia contra os trabalhadores e seus lutadores. Também não desvincula a luta contra esses assassinatos da luta pelo fim do capitalismo, raiz da violência reacionária e da opressão. Trata-se de um combate que se dará por meio da revolução proletária, que colocará fim à propriedade privada dos meios de produção e implantará a propriedade social. O POR chama a vanguarda com consciência de classe a se colocar nesse terreno, fortalecendo os métodos revolucionários do proletariado, para extirpar a violência reacionária, que recai inteiramente sobre a maioria oprimida.

Marielle e outros tantos lutadores foram vítimas da barbárie capitalista!

Trabalhem para pôr em pé o Tribunal Popular!

Lutemos, desde já, para sepultar o capitalismo e erguer a sociedade socialista!

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas
(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Encontro de Negros/as, Indígenas e Quilombolas do SINASEFE

A Corrente Proletária-POR participará do II ENNIQ do SINASEFE, no dia 22 de março. Ao mesmo tempo em que a direção tem alegado restrições financeiras para realizar as plenárias deliberativas presenciais, se dedica à construção desses encontros setoriais de vários dias de duração, ampla participação, porém não deliberativos. Em seu manifesto, a Corrente Proletária faz um chamado à construção de uma pauta classista, que seja capaz de unir a maioria nacional na luta contra toda forma de opressão. Para isso, parte do pressuposto marxista que a base material de todo tipo de discriminação é de classe.

A situação de vida da maioria oprimida no Brasil é de desemprego, subemprego; salário de fome; negação aos direitos básicos, como saúde, educação e aposentadoria; miséria e fome nos campos e florestas. Disso deve partir o debate do Encontro, caracterizando que toda essa violência é descarregada com mais força sobre os homens e mulheres negros e indígenas. A Corrente Proletária faz um chamado à organização própria dos explorados, com os métodos de ação direta, em defesa da revogação das contrarreformas, pelo

salário mínimo vital, por empregos a todos e entrega das terras a camponeses e indígenas. Denuncia o governismo e capitulação das direções sindicais e dos movimentos ao governo de frente ampla, que é de continuidade das medidas econômicas de ataque de Temer e Bolsonaro. Não revogará nenhuma contrarreforma, privatização e manterá o salário mínimo miserável. A categoria, com a campanha salarial, tem a primeira lição sobre o beco sem saída ao qual o governismo conduz. Sem nenhuma luta, as direções aceitaram um ajuste nos salários de 9%, quando as perdas são de mais de 60%.

Diante disso, a Corrente Proletária defenderá no Encontro que se exija das centrais, sindicatos e movimentos que organizem um Dia Nacional de Luta, com bloqueios e paralisações e com uma pauta unificada: em defesa do salário mínimo vital, que atenda uma família trabalhadora; por emprego a todos, por meio da redução da jornada, sem redução de salário; pela efetivação dos trabalhadores terceirizados; pela revogação imediata das reformas trabalhista e previdenciária, lei da terceirização, teto de Gastos e da reforma de ensino médio; por terra aos camponeses e indígenas.

Rondônia

Intervenção da Corrente Proletária no I° Simpósio Relações Étnico-Raciais

No dia 07 de março, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (Sintero), como parte da organização do I° Simpósio Relações Étnico-raciais no Estado, iniciou os debates, nas diversas regionais da entidade, objetivando eleger delegados para a realização da etapa estadual, no dia 20 de abril. Os debates se estenderam nas 11 regionais e versaram sobre os seguintes temas: “políticas afirmativas”, enfrentamento à violência contra as mulheres; diversidades em uma perspectiva humanitária; mundo do trabalho e a importância das políticas públicas para a juventude e masculinidades em debate - Campanha Laço Branco. Como se vê, um encontro voltado à defesa da política reformista do PT e aliados.

Ainda integrando a programação de março, no dia 16/03 o sindicato convocou uma reunião com a secretária do governo federal de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, para tratar das políticas públicas étnico-raciais. Em Porto Velho, compareceram aproximadamente 40 pessoas dos mais diversos se-

tores, até da burocracia do governo do estado. As pessoas presentes eram sempre diretores ou dirigentes de alguma organização como dos terreiros de umbanda, membros do PT, da CTB, da Central de Movimento Popular, Movimento Negro, CUT, Movimento de Mulheres, Defensoria Pública etc.

A militância da Corrente Proletária da Educação interveio com um Boletim, mostrando a importância da luta contra a opressão. Ressaltou a necessidade da constituição dos comitês de base nos bairros pobres e a tarefa das direções sindicais de organizar a luta contra a opressão, que é sempre de classe. Enfatizou que somente a classe operária e os demais explorados podem travar um verdadeiro combate a todas as formas de discriminação. Que nenhum governo burguês poderá erradicar a opressão, porque implica a luta contra o capitalismo, raiz de toda a opressão. Encerrou defendendo que somente com o socialismo é possível erradicar essa chaga do capitalismo.

São Paulo – Morato

Política eleitoral do PSOL

Como parte do Dia Internacional das Mulheres, o PSOL realizou, no município de Francisco Morato, um debate, visando a mostrar a importância da mulher na política, referindo-se à participação das mulheres nas eleições. Tudo voltado para as eleições municipais do próximo ano e o apoio à governabilidade de Lula.

A intervenção da Corrente Proletária estava em choque com a política desses partidos reformistas e eleitoreiros. Destacou a importância da mulher na defesa do programa proletário de emancipação da classe operária e demais oprimidos, que inclui a grande maioria de mulheres exploradas. Mostrou a importância da unidade de mulheres e homens oprimidos em defesa das reivindicações, como emprego, salário, direitos, e fim das reformas trabalhista, previdenciária e terceirização. Ressaltou que a história

deixou muitas lições no 8 de março (Dia Internacional das Mulheres), entre elas, a defesa da independência de classe, dos métodos próprios de luta e da constituição dos organismos de base. Combateu o eleitoralismo, enfatizando que as reivindicações serão arrancadas pelas próprias forças dos explorados e não como uma concessão de um governo burguês. A assessora do vereador Agnaldo, após a intervenção do POR, como não poderia deixar de ser, criticou a intervenção, considerando que se tratava de uma fala radical.

A importância da participação se dá pelo fato do Partido Operário Revolucionário ir propagando seu programa junto aos trabalhadores, em particular entre as mulheres pobres e extremamente oprimida.

Balço da Plenária da CNTE

Direção da CNTE mais uma vez na contramão das necessidades dos que estudam e trabalham

Aconteceu, entre os dias 17 e 19 de março, a 4ª Plenária Intercongressual da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Vale lembrar que a direção da Confederação está há anos nas mãos da mesma corrente política majoritária, a Articulação Sindical/PT. Como era de se esperar, a Plenária acabou servindo ao objetivo de firmar o apoio ao novo governo. E isso, num contexto em que emerge do chão de escola uma enorme insatisfação em relação ao chamado “Novo Ensino Médio”, quando, também, os trabalhadores da Educação estão se movimentando em função da questão do piso salarial. Ou seja, um contexto propício para a mobilização nacional, em defesa das reivindicações dos que estudam e trabalham.

Desde a abertura, o atrelamento ao governo petista se mostrou evidente. Os vídeos institucionais e falas dos convidados apontavam para uma separação radical entre a situação da educação nos governos Temer/Bolsonaro e nos primeiros meses do novo governo. Como “prova”, anunciaram com estardalhaço o reestabelecimento do Fórum Nacional de Educação (FNE), bem como o chamado do ministro Camilo Santana, ex-governador petista do Ceará, para uma consulta pública sobre o “Novo Ensino Médio”. Os oradores, um a um, tomavam o microfone para evocar tais medidas como suposta demonstração do caráter “democrático-popular” da administração recém-empossada. Como se vê, o palco foi montado para um teatro, em cujo centro estava o intuito de blindar o governo Lula.

Algumas contradições, no entanto, acabaram vindo à tona. Sobre o “Novo Ensino Médio”, a ideia de “reformular” (implícita na referida “consulta”), e não “revogar” a contrarreforma, deixou um clima de constrangimento. Afinal, a ideia veio se somar às declarações do próprio governo apontando para a não revogação de outras medidas antipopulares aprovadas no período Temer-Bolsonaro, principalmente as contrarreformas trabalhista e previdenciária. Esse quadro tornava difícil firmar a argumentação sobre a “virada” favorável de Lula, denunciando, ao contrário, a preservação dos fundamentos estabelecidos pelos governos direitistas. Ainda nesse tema, outro tópico que gerou “atritos” foi o da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O texto-guia da Plenária colocava a proposta de “reformulação”, enquanto alguns oradores, inclusive da própria Articulação/PT, se posicionavam pela sua revogação, junto com o “Novo Ensino Médio”.

O reestabelecimento do Fórum Nacional de Educação provocou um choque com o Fórum Nacional Popular da Educação, que fora criado justamente devido a uma medida do governo golpista de Michel Temer e seu ministro, Mendonça Filho, que desarticulou o FNE e eliminou a chamada “participação social” – isto é, manteve na composição apenas os representantes do governo e do setor privado. Agora, com a retomada do Fórum original, o “popular” se tornou inócuo. Contudo, o que fazer com os cargos e posições na estrutura burocrática? Eliminar o órgão alternativo, numa canetada, poderia provocar descontentamentos. A solução foi manter ambos, uma nítida acomodação burocrática, com o discurso de que cada um poderia contribuir, à sua maneira, com a construção do novo Plano Nacional da Educação, que deve vigorar a partir de 2025.

O terceiro assunto que merece menção é o da participação e do peso de setores privatistas, a exemplo do reacionário “Todos pela Educação”, dentro da gestão atual do MEC. Na prática, esse debate conduzia a outro, mais amplo, da caracterização do governo. Prevaleceu, entre os governistas, a tese de que se tratava de um governo “em disputa”, e que o caminho seria o de pressionar, ocupar posições e combater os desvios. Nesse aspecto, foi evocada a lembrança da fala do próprio presidente no encontro com as centrais

sindicais, ocorrido no dia 18 de janeiro, em que Lula apontou para a necessidade de que os movimentos pressionassem o governo. A lembrança de que o petista clamou pela conciliação entre capital e trabalho, contudo, convenientemente não foi evocada, claro. Tudo para mascarar o fato de que a política educacional do governo está sendo condicionada e determinada pelos interesses dos capitalistas da educação, particularmente pelos grandes monopólios.

Estão aí os fatores que explicam a repetição do caráter burocrático, autoritário e completamente desvinculado das bases da 4ª Plenária. “Repetição”, porque essas têm sido as marcas principais dos fóruns da CNTE há muitos anos. A restrição às intervenções nas plenárias e os filtros nos Grupos de Trabalho compareceram como imposições no sentido de impedir ao máximo a projeção de qualquer política oposicionista. A existência de um texto-guia - na verdade, a tese da direção – já indicava a possibilidade apenas de adendar/modificar a linha majoritária, quando o correto seria permitir o livre confronto de teses, com as divergências sendo votadas pelos delegados, como manda o princípio da democracia operária. O resultado foi que só foram levadas à plenária final as propostas de emenda que continham um conteúdo de acordo com a linha da direção, de modo que a votação se revelou uma mera formalidade – como já é tradição na CNTE, lamentavelmente.

A novidade, ainda mais lastimável, foi o papel das oposições, em particular a maioria ligada ao PSOL, que atuaram concretamente como quinta-coluna da Articulação Sindical. Já haviam indicado esse caminho em São Paulo, na Apeoesp, onde anunciaram há pouco a debandada para a situação, firmando uma chapa de “unidade” com a burocracia petista, sob o argumento esdrúxulo de combate ao “fascismo” – não há nenhum indício de uma chapa da direita para disputar a direção do sindicato. O estilhamento da oposição é uma virada histórica, que fará o combate à burocracia sindical retroceder.

E as consequências não tardaram a aparecer. Sem uma oposição à altura, do ponto de vista prático, o encontro não serviu para organizar nacionalmente o movimento pela revogação do “Novo Ensino Médio” e da BNCC, o mesmo valendo para a questão do piso salarial. O Plano de Lutas aprovado contém uma indicação de um Dia Nacional de Lutas para o dia 22 de março, que já vinha sendo preparado, contudo, sem paralisações, tornando a resolução vazia politicamente – o que obrigará a vanguarda com consciência de classe a intervir nos atos desse dia no sentido da defesa de uma política de enfrentamento com o governo, de independência de classe e de defesa das reivindicações que atendam às necessidades dos trabalhadores e da juventude oprimida. A Corrente Proletária na Educação/POR participou da 4ª Plenária Intercongressual da CNTE com essa linha, mas não pode reverter a política burocrática, governista e imobilista da direção.

A próxima atividade de peso da Confederação, aprovada no Plano de Lutas, está marcada somente para o dia 26 de abril, uma suposta greve nacional da Educação (vale lembrar que rejeitaram na plenária final a proposta de indicar às centrais um dia de greve geral, que fosse além da Educação). Além de muito distante no calendário, e considerando o histórico conciliador da direção da entidade, e a política de blindagem ao atual governo, somando tudo, as perspectivas não são positivas para os explorados. Cabe manter a luta desde as bases contra a política burocrática das direções, em favor de um plano de lutas efetivo, que permita o movimento avançar e obter vitórias. É a própria realidade, com o avanço da decomposição da Educação – reflexo da desagregação do capitalismo, que exige uma ação incisiva e unitária dos oprimidos, com um programa próprio e com os métodos da classe operária.

Manifesto distribuído na Plenária da CNTE

Tarefa urgente: organizar a luta nacionalmente pela revogação da reforma do ensino médio, com paralisações e manifestações

Delegados(as),

Brasília, 17 de março de 2023

O período que vivemos está marcado por uma brutal ofensiva do grande capital em todas as frentes. Destaca-se o prolongamento da guerra na Ucrânia, que acaba de completar um ano, e o acirramento da guerra comercial entre EUA e China, aspectos que trazem consequências nefastas para as massas do mundo todo, incidindo sobre o preço das mercadorias, além da ameaça direta de uma conflagração que ultrapasse os limites atuais, se convertendo numa possível III Guerra. Biden e sua aliança militarista conseguiram desfazer o discurso de neutralidade de Lula, submetendo o nosso país à sua linha, principalmente com a condenação da Rússia, como se esta tivesse impulsionado a guerra, e não o cerco promovido pela OTAN. Em outras palavras, mal assumiu o cargo, o presidente brasileiro já se viu obrigado a se curvar diante do amo imperialista.

Na raiz de todos esses fatos, se encontra a crise estrutural do capitalismo. As forças produtivas altamente desenvolvidas estão em choque com as relações de produção monopolistas, e com as fronteiras nacionais. Os acordos do pós-Segunda Guerra estão superados. O grande capital necessita abocanhar mais mercados, fontes de matéria-prima e, sobretudo, destruir forças produtivas. Precisa eliminar antigas conquistas da classe operária e dos trabalhadores em geral. Essa movimentação já vem de alguns anos. No Brasil, o governo de Dilma Rousseff teve de ser derrubado por um golpe institucional, em 2016, justamente porque o PT não era capaz, no comando do Estado burguês, de ir tão a fundo e na velocidade que era exigida pelo capital financeiro, nas contrarreformas. Temer e Bolsonaro cumpriram esse papel sujo, revelando o verdadeiro conteúdo do golpe.

As contrarreformas trabalhista e previdenciária, a Lei do Teto de Gastos, a Lei da Terceirização e a reforma do ensino médio/BNCC constituíram um conjunto de ataques sem precedente. Avançam a miséria, a fome e o desemprego/subemprego. A média salarial foi brutalmente rebaixada e os novos contratos são cada vez mais precarizados. O fechamento de fábricas provoca o temor não só entre os demitidos, mas entre os que conseguiram se manter no emprego, pois sabem que podem ser os próximos. Muitos votaram no PT, inclusive, iludidos pela promessa de mudança nesse quadro. O fato, no entanto, é que o governo burguês de frente ampla de Lula não tocará no essencial em nenhuma dessas medidas antipopulares e antinacionais.

Chama a atenção o caso da contrarreforma educacional, aprovada após cerca de um mês de governo da ditadura civil de Temer. A chamada reforma do ensino médio, que foi seguida pela promulgação da Base Nacional Comum Curricular, constitui um duro ataque aos trabalhadores em educação e aos estudantes. Sua essência é privatista e destruidora do ensino público. No seu centro estão o ensino a distância (EaD) e o ensino de tempo integral. No primeiro caso, trata-se de uma excrescência do capitalismo, que só serve para baratear os custos operacionais e com folha de pagamento de professores e funcionários, além de se colocar como um negócio extraordinário – vendem-se apostilas, plataformas digitais e toda a parafernália tecnológica, com a vantagem de passar a imagem de estar supostamente modernizando o ensino; no segundo caso, do ensino integral, é uma medida que só serviu para fechar escolas, turnos e salas, principalmente do noturno, expulsando o aluno-trabalhador e dificultando a atribuição de aulas e a constituição de jornada dos professores.

Do ponto de vista do currículo, o “Novo Ensino Médio” tem provocado o ódio dos estudantes e dos professores ao novo formato, que amplia progressivamente, do primeiro ao terceiro ano, o peso dos denominados “itinerários formativos”. As denúncias

nesse sentido já conformam um verdadeiro escândalo. Disciplinas como “trilhas radicais”, “brigadeiro caseiro” e “pegada ecológica” mostram a que nível chegou a decomposição do ensino, ao ponto de obrigar o ministro Camilo Santana/PT a se pronunciar e a instituir uma “consulta” sobre o tema. Chama a atenção a atitude do ministro, completamente avessa aos interesses da maioria explorada, de não indicar o caminho da revogação da contrarreforma, deixando aberta apenas a possibilidade de “remendar” a Lei, ou seja, manter a essência privatista e de aprofundamento da falência da educação brasileira.

A CNTE e os sindicatos da educação não podem cair nessa armadilha. A tal “consulta” serve apenas para enganar os incautos. O ódio crescente de trabalhadores e estudantes é plenamente justificado, o ensino vai de mal a pior. E não se trata somente da questão educacional: as condições de vida da juventude, com um altíssimo nível de desemprego, entre outros fatores, conduzem à falta de perspectiva. É assustadora a estatística de jovens que nem estudam, nem trabalham – os chamados “nem nem”. Segundo a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), é essa a realidade de 35,9% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos (relatório de 2022). Em outras palavras, a questão do currículo foi só a gota d’água, a raiz do descontentamento é mais profunda. Nosso objetivo imediato deve ser instigar e converter esse ódio instintivo em ação política consciente, organizada, e não arrefecer a insatisfação, para blindar o governo atual, como tem feito a direção da CNTE.

A nossa política deve ser a de erguer a mobilização nacional de estudantes e suas famílias, professores e funcionários, e demais oprimidos numa coluna unitária em defesa da revogação do “Novo Ensino Médio”. Não queremos participar de nenhuma “consulta” fraudulenta! A tarefa consiste em levantar um conjunto de reivindicações, que atenda às reais necessidades dos oprimidos do país, como a defesa dos empregos, salários, direitos e pela revogação de todas as contrarreformas, além da luta pelo fim da guerra na Ucrânia, por uma paz sem anexações e sem os ditames do imperialismo. É preciso colocar também os métodos para a mobilização ser vitoriosa: é urgente a convocação de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações, bloqueios de avenidas e manifestações massivas, isto é, empunhando o método da ação direta. Os estudantes devem retomar o caminho das ocupações de escola, como ocorreu com as ondas de 2015 e 2016. O Dia Nacional deve ser preparado desde as bases, com a realização das assembleias presenciais e com a formação dos comitês de luta, aplicando o princípio da democracia operária.

Estão aí as tarefas que precisam ser aprovadas na 4ª Plenária Intercongressual da CNTE. Fica claro que a condição para isso é que a entidade se coloque numa posição de independência diante dos governos, que inclui o governo Lula. Blindar o governo, como pretende a direção da Confederação, está na contramão dos interesses da maioria, pois levará à manutenção do quadro geral de decomposição da educação e de todas as consequências daninhas à juventude e aos trabalhadores. Não!. Nosso caminho não pode ser esse. Nossa política deve ser a da independência de classe e da defesa de um sistema único de ensino público, gratuito, laico, para todos e em todos os níveis, sob controle de quem estuda e trabalha, pela estatização de toda a rede privada de ensino, sem indenização. É com essa linha que a militância da Corrente Proletária na Educação/POR participa desta Plenária da CNTE. Chamamos a vanguarda com consciência de classe a aprovar esse conjunto de resoluções.

FASUBRA

Plenária Nacional da FASUBRA não serviu para organizar a luta

Nos dias 10 e 11 de março em Brasília, ocorreu a Plenária Nacional (PN) da FASUBRA (Federação de sindicatos de trabalhadores técnico-administrativos em educação das instituições de ensino superior públicas do Brasil), contando com a participação de 165 delegados. Os principais temas foram: Conjuntura e campanha salarial; aprovação da Proposta de Programa de Gestão de Desempenho (PGD) da FASUBRA; e aprovação do Regimento do Congresso da FASUBRA.

A análise de conjuntura e o posicionamento em relação à campanha salarial estiveram interligados. Aqueles que se colocaram por rejeitar a proposta de reajuste apresentada pelo governo partiram da caracterização de que os 9% oferecidos são insuficientes para repor nossas perdas salariais e que não houve campanha salarial, sendo necessário organizar a luta para arrancar do governo um reajuste maior. Já aqueles que defenderam aceitar a proposta, a colocaram como uma grande conquista, fruto da campanha eleitoral para eleger o governo de frente ampla, e das negociações para incluir a rubrica de reajuste para servidores durante o governo de transição, além de adotarem o discurso governista segundo o qual não há possibilidade de um ajuste maior. Colocaram a necessidade de encerrar a campanha de 2023 e iniciar a de 2024, haja vista que a LOA de 2024 é discutida e aprovada este ano. A Plenária votou por ampla maioria não apenas aceitar a proposta do governo, mas também que as entidades de base realizassem assembleias com a orientação de aprovar a proposta do governo.

Ainda sobre a conjuntura, a Corrente Proletária /POR entregou por escrito, à mesa da plenária, algumas propostas de encaminhamento, as quais constavam no Boletim elaborado e distribuído aos delegados da PN. Contudo, no momento dos encaminhamentos, as propostas não constaram na sistematização feita pela direção. O método burocrático não se limitou apenas às nossas propostas, outras delegações também reclamaram do mesmo problema.

Em relação à Minuta da Proposta da FASUBRA para o PGD, a mesa informou que a direção recebeu contribuições de 12 das 47 entidades filiadas, mas não conseguiu sistematizá-las. Assim, propuseram realizar uma reunião virtual com as entidades filiadas para encaminhar essa pauta, considerando que a próxima Plenária Nacional será após o ConFASUBRA, e que o governo publicará uma nova Instrução Normativa (IN) sobre o PGD em breve. A partir de intervenções do plenário, abriu-se as inscrições para intervenções sobre encaminhamento. A Corrente Proletária/POR interveio expondo alguns problemas do PGD, o qual precede a contrarreforma administrativa, é contrário ao PCCTAE, por exemplo substituindo a jornada de trabalho pelo controle de produtividade, divide e enfraquece a categoria etc. Junto a isso, expôs que é um erro discutir a proposta da FASUBRA para o PGD pressupondo sermos favoráveis ao PGD, sem antes discutir e definir a posição da categoria em relação ao programa; e que a PN deveria ter um posicionamento explícito pela revogação do Decreto de Bolsonaro, que instituiu o PGD. A mesa manobrou o encaminhamento. Primeiro, afirmando que o PGD já foi discutido em várias plenárias. De-

pois, dizendo que não caberia votar a revogação do Decreto, pois a FASUBRA já se coloca pela revogação, o que não é verdade. De fato, o PGD chegou a ser pautado nas últimas PNs, no entanto, em nenhuma delas houve discussão de conteúdo. E a FASUBRA não se coloca pela revogação do Decreto do PGD. Basta ver que ao propor realizar uma mesa virtual para encaminhar a proposta, a direção está objetivando atender o prazo estipulado pelo governo à publicação de uma nova IN, sendo que na IN SGP-SEGES/ME Nº 2/2023 está determinado que o governo de frente ampla publicará a nova IN nos termos do Decreto de Bolsonaro.

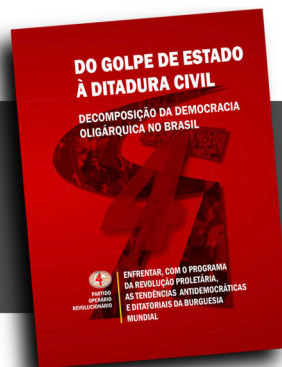
Quanto ao Regimento do Congresso da FASUBRA, além das datas do evento, que ficaram definidas entre os dias 17 e 21 de maio, deliberou-se sobre o período de eleição de delegados; e sobre o formato das assembleias. O Regimento foi entregue impresso no momento da plenária aos delegados, quando a mesa justificou que não enviou antes porque a direção nacional (DN) ainda precisava avançar em algumas questões em que não havia consenso.

A principal delas, diz respeito a realização da eleição à próxima DN por meio das urnas eletrônicas da Justiça Eleitoral. Defendida por um setor da atual direção, essa proposta implicava reduzir o período de eleição de delegados de 3 a 28 de abril para 3 a 20 de abril, uma vez que para garantir as eleições com as urnas eletrônicas a Justiça Eleitoral exige o envio do colégio eleitoral (delegados do ConFASUBRA) até o dia 24 de abril. Por 80 votos, contra 79, ganhou a posição de reduzir o período de eleição de delegados. Além de antidemocrática, visto que ignora a realidade de entidades que precisam realizar diversas assembleias, muitas vezes em lugares de difícil acesso, a votação prescindiu de uma discussão sobre a utilização das urnas da justiça eleitoral, questão que envolve inclusive o envio de dados de lutadores à justiça burguesa.

Outro ponto discutido foi a proposta da Resistência/Psol (Coletivo Travessia), através do SinTUFSCar, de incluir no Regimento a possibilidade de eleição de delegados em assembleias híbridas, nos locais onde o Estatuto da entidade reconheça esse formato. O parecer da assessoria jurídica da FASUBRA é de que o Estatuto da FASUBRA não permite assembleias virtuais ou híbridas. Colocou-se uma questão de ordem sobre seguir o parecer da assessoria jurídica, ou abrir à discussão. Ganhou a proposta de seguir o parecer, ou seja, de que as assembleias à eleição de delegados para o próximo ConFASUBRA devem ser presenciais.

Como se vê, a plenária nacional da FASUBRA não serviu para organizar a luta pela reposição das perdas salariais dos servidores e contra o PGD. Ao contrário serviu à conciliação de classes com o governo de frente ampla recém-eleito. A submissão ao calendário imposto pela Justiça Eleitoral, mesmo que apertada, foi expressão disso. A virtualidade, tão nociva à luta real, tem avançado com as reuniões virtuais e pode avançar ainda mais com as assembleias virtuais, que por enquanto foram impedidas. Isso tudo mostra que está na ordem do dia a constituição das oposições sindicais classistas, que defendam a independência de classe e a democracia operária; que varram das entidades de luta as direções conciliadoras capituladoras.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Paraná

Universidades Estaduais paralisam pela reposição de 42%

Os professores e técnicos de seis universidades estaduais fizeram uma paralisação na quarta, 15 de março para reivindicar a reposição de 42% que o governo do Paraná deve ao funcionalismo público. Este índice é o resultado de do arrocho imposto pelos sucessivos governos desde 2016.

Foi um passo importante, pois indica a possibilidade de quebrar uma trajetória de capitulação iniciada já nos anos anteriores à pandemia quando os sindicatos docentes – seções sindicais do ANDES – ficaram a reboque da APP-Sindicato (maior sindicato do Estado que representa os professores e técnicos das escolas estaduais) que, em vez de impulsionar a luta unificada do funcionalismo pela reposição integral, tem buscado acordos na paralela com o governo, rebaixando para isso a reivindicação a índices “digeríveis” pelo governo, levando contudo dessa forma, as derrotas sucessivas, a ponto das perdas estarem chegando aos 42%.

Esta capitulação se acentuou no início de 2020 quando, diante da decretação do estado de pandemia, esses sindicatos docentes resolveram cancelar as mobilizações já organizadas pela reposição integral – para se descolarem da APP – com o pretexto de que “em meio a essa histeria da crise do coronavírus, não é o momento para pautar a campanha salarial”. A adesão à política burguesa de “distanciamento social” foi assumida para manietar o movimento e justificar o imobilismo por mais de dois anos.

Este “passo adiante”, contudo, pode se frustrar se as direções das AD’s não impulsionarem a luta das universidades pelos 42% com os métodos da ação direta: greves, ocupações, manifestações etc. Existe o perigo dessas direções recuarem na disposição de impulsionar uma verdadeira campanha salarial devido à anunciada defecção da APP, que já vem sinalizando a falta de disposição de brigar pelos 42%, indicando a sua disposição de engolir um índice menor. Se de fato a APP e o Fórum das Entidades Sindicais

puxarem a campanha salarial para trás, certamente enfraquecerá o movimento estadual, que precisa da unidade mais ampla.

Contudo, não se pode admitir a premissa – no fundo imobilista – de que sem a APP seria impossível uma luta efetiva, pois: 1) Até agora a subordinação dos sindicatos docentes ao humor [na verdade ao interesse da burocracia] da APP não resultou em luta nenhuma e sim, na perda de 42% do poder aquisitivo dos salários; 2) Na história do movimento estadual foram diversas as ocasiões em que somente as universidades enfrentaram o governo, e muitas vezes apenas os docentes; 3) A necessária busca da unidade com o funcionalismo deve ser para preservar nossos direitos e não para abdicar deles, de modo que não se pode renunciar à reposição integral com o pretexto da defecção da APP. Nesse sentido, a movimentação das universidades poderá indicar o caminho aos outros setores do funcionalismo, mostrando a via correta, a única que pode nos permitir avançar.

Ao Comando Sindical Docente (instância de coordenação dos sindicatos docentes) cabe o papel de assumir a dianteira nesta campanha salarial, indicando para os docentes que somente uma poderosa greve poderá arrancar a reposição salarial. Para isso, é necessário que imediatamente sejam convocadas assembleias com a finalidade de se preparar para o enfrentamento.

Esta postura também será importante para reposicionar as universidades estaduais em relação ao governo, após a brutal regressão que sofreram antes e durante a pandemia pela imposição da Lei Geral das Universidades (LGU), feita pelo governo e pela Assembleia Legislativa cúmplice. Esta LGU liquidou os restos de autonomia e condena as universidades estaduais a um severo enxugamento e a funcionarem de acordo com critérios empresariais, capitalistas. A reversão desta situação só pode ser o resultado de um movimento político que se sobreponha ao controle das burocracias universitárias colaboracionistas.

Campanha salarial dos Servidores Públicos Federais de 2023

Acordo de 9% entre governo e representantes do funcionalismo mantém arrocho salarial

Direções sindicais capitulam ao governismo e, sem qualquer mobilização ou luta, aceitam proposta rebaixada, ante perdas inflacionárias superiores a 60%

O imobilismo das direções sindicais nos últimos anos, sob o governo Temer e Bolsonaro esteve diretamente ligado à estratégia de subordinar qualquer luta contra a destruição de direitos e arrocho salarial ao eleitoralismo. Sob a pandemia, os rumos da resposta à crise pandêmica e econômica ficaram nas mãos da burguesia, coube aos sindicatos apenas se alinhar à ala capitaneada pelos governadores que aplicou parcialmente o isolamento social, enquanto deixou o patronato e Estado de mãos livres para demitir, fechar postos de trabalho, reduzir salários e destruir ainda mais direitos trabalhistas e sociais. Nas eleições, uma frente amplíssima se conformou em torno da candidatura de Lula/Alckmin, sobretudo no segundo turno, arrastando centrais, sindicatos e movimentos sociais. A direção do ANDES-SN capitulou ao governismo, usa a estrutura sindical na campanha, parabenizou o governo pela vitória e prestigiou a posse do presidente e ministros. Uma direção classista defenderia a independência política e organizativa dos explorados e suas entidades perante o governo burguês. Se ampararia no cenário de crise política, com o assédio da ultradireita golpista, e crise econômica para mostrar como o novo governo já nasce amarrado ao imperialismo, ao

capital financeiro e às oligarquias políticas. Como, para garantir a governabilidade, precisará agradar seus aliados burgueses e ainda atrair os setores do poder econômico que estiveram na base da candidatura de Bolsonaro, como o agronegócio. As condições de continuidade com as contrarreformas e arrocho salarial, portanto já estavam dadas. Qualquer alteração nesse curso não virá por iniciativa do governo, mas sim da luta contra ele, com os métodos da ação direta, o que reforça a necessidade de erguer uma oposição revolucionária, à esquerda, disposta também a enfrentar a oposição golpista da ultradireita.

É sobre esta base que se instalou a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), saudada, por si só, como uma grande vitória por parte das direções que compõem o SINASEFE. A reivindicação já começou rebaixada. As perdas superam os 60%, mas se decidiu apresentar o pedido emergencial de apenas 27%, correspondente apenas ao governo Bolsonaro. No dia 16 de fevereiro de 2023 ocorreu a primeira rodada de “negociação”, em que o governo apresentou a proposta de reajuste nos limites da Lei Orçamentária Anual, totalizando R\$11,2 bilhões, dentro do qual constava um reajuste de R\$200 no auxílio-alimentação (excluindo,

portanto, os aposentados) e um reajuste salarial que poderia variar de 7,8% a 9%, conforme o início de vigência, de 01 de março a 01 de maio. Mas, na formalização da proposta, apareceu apenas o primeiro índice. Na segunda rodada de “negociação”, as direções sindicais agiram como conselheiras do governo, mostrando como ele poderia, dentro do orçamento estatal, ampliar um pouco o valor. O governo simplesmente não ofereceu mais nada, ou seja, confirma-se que a mesa serve mais à enrolação do que a uma real negociação.

Após desmarcar a rodada de 07 de março, a terceira mesa ocorreu no dia 10 de março. Nela se mostrou que a proposição de reajuste imediato em março era mentirosa, por ausência de viabilidade em relação aos trâmites. O governo passou condicioná-lo à aprovação do Congresso Nacional. E reafirmou a mesma proposta de 9% a partir de 01 de maio e reajuste de R\$200 do auxílio-alimentação dentro da rubrica destinada ao reajuste salarial. Somente após esse momento, as direções resolveram convocar as assembleias ou plenárias de base. Até então o que se chamou de “luta” não passou de lives, tuitaços e atos esvaziados de delegações de sindicalistas em Brasília.

Mesmo o exitista David Lobão, diretor do Sinasefe, disse que o governo podia ter dado pelo menos mais 1 ou 2%, e afirmou ter aprendido uma “lição” de que terá que ter muita mobilização, pressão e luta para conquistar a reposição em 2024. Ora, um dirigente sindical que não sabe que sem luta e mobilização não há negociação real nem merece o cargo que ocupa. Evidentemente, as promessas em torno de 2024 só servem para ocultar a capitulação ao governismo.

A direção do Andes-SN seguiu a mesma linha, só orientou que as seções sindicais chamassem a rodada de assembleias após a proposta de 10 de março. Na reunião de 16 de março, o cenário foi de impotência, fruto de todo o processo de imobilismo e capitulação. A política da direção levou a categoria a um quadro de total passividade e conformismo, sem nenhuma confiança em sua organização e métodos de luta. Das 69 seções do Andes, somente 25 compareceram. Sendo que 7 nem mesmo realizaram assembleias de base. Da consulta às seções sindicais, 04 mantiveram o índice de 27%, sem aceitar a proposta do governo; 22 seções aprovaram o índice de 9%, uma aprovou 8,4% e 1 seção aprovou o índice de 13,5%. Ou seja, com base em uma consulta muito pouco representativa, a entidade aprovou os 9%, se juntando à FASUBRA, que aprovou em plenária a proposta do governo e orientou assembleias de base para referendar a decisão, e ao SINASEFE que, antes mesmo das assembleias, fez uma plenária

nacional híbrida em 03/03, divulgada às vésperas, com ausência de seções, que serviu para assinar um cheque em branco, deliberando “aceitar a melhor proposta apresentada”.

Assim, no dia 20 de março, as entidades que integram o FONASEFE já definiram o acordo com a proposta. O governo desmarcou a reunião de “negociação” que selaria o acordo e impôs que cada entidade respondesse individualmente. De joelhos, as entidades pedem agilidade na assinatura do acordo rebaixado, aguardando o encaminhamento ao Congresso Nacional. Faz bravata sobre mobilização, quando não constrói nada envolvendo as bases. Além disso, cada uma anuncia que pretende abrir negociações setoriais, o caminho do corporativismo. Sem força social para conquistar nem mesmo as pautas corporativas.

De forma vergonhosa, as direções dizem que vão dar início à campanha salarial de 2024, mas as bases precisarão se sublevar contra o burocratismo, pois não podemos depositar nenhuma confiança nas direções capituladoras e, muito menos, no governo federal. Em breve será anunciada a nova “âncora fiscal” do governo, para remodelar o teto dos gastos. O cenário internacional com quebras de bancos e riscos de contágio sinaliza que navegaremos em mares turbulentos. A heroica resistência do povo francês à Reforma da Previdência mostra também as tendências de luta.

A Corrente Proletária na Educação combateu o eleitoralismo das direções que, em vez de organizar a luta em torno das reivindicações, preferiu a via do desgaste eleitoral de Temer e, depois, de Bolsonaro. Denunciamos a capitulação ao governismo demonstrando que para a frente ampla burguesa só importam os compromissos do governo com o grande capital, enquanto os trabalhadores se sacrificam com perdas salariais e de direitos, aumento da exploração e opressão. Seguimos atuando na defesa da reposição integral das perdas inflacionárias do último período e revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, do Ensino Médio, dentre outras legislações que destruíram antigas conquistas. Alertamos a categoria que é preciso rejeitar totalmente os métodos virtuais de deliberação, envolver o conjunto do funcionalismo federal nas assembleias e comitês de luta unificados. É preciso construir uma forte greve, é o único caminho para termos chances reais de recuperar o poder de compra de nossos salários, defender a educação pública da destruição e privatismo e recuperar os direitos perdidos. E, do ponto de vista da unidade com os demais trabalhadores, devemos exigir das centrais e sindicatos que convoquem um verdadeiro dia nacional de lutas, em torno de uma plataforma de reivindicações unificada, direcionada aos governos e patronato com paralisações e bloqueios.

Balanco da pré-candidatura da chapa 4, próximos passos da Frente Única Andes-SN Classista

Extratos do texto da Frente Única Andes-SN Classista, composta pela ART, CPE-POR e independentes. A frente terá continuidade para além das eleições. Para ler na íntegra, acesse o instagram: @andes.classista



Durante o 41º Congresso do ANDES, militantes da Aliança Revolucionária dos Trabalhadores (ART) e Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) fizeram a inscrição da Chapa 4 Andes-SN Classista: romper com a capitulação para lutar por salários, direitos e pelo socialismo. Até o dia 13 de março, data da inscrição definitiva, com a apresentação da nominata completa, batalhamos para agregar os docentes classistas dispersos na categoria. Infelizmente, porém não conseguimos cumprir as condições de ter 83 nomes, distribuídos nas 12 regionais do sindicato, com paridade ou maioria de mulheres. Porém, temos um balanço positivo sobre a importância de inscrever uma chapa claramente de oposição revolucionária ao governo Lula/Alckmin, em um momento em que

as demais correntes que disputam a direção alimentam ilusões no governo ou, no máximo, se declaram críticas, sem ser oposição. Mostramos que é possível e necessário erguer uma oposição pela esquerda, claramente distinta da oposição golpista da ultradireita. A partir da análise concreta da conjuntura, alertamos que os ataques do governo são inevitáveis, que o arrocho e as contrarreformas de Temer e Bolsonaro não serão derrubados por iniciativa do governo. Isso torna necessária uma resposta classista em torno das nossas reivindicações de defesa dos salários, dos direitos, da Educação Pública. Por sua vez, tal defesa só pode ser consequente quando materializada nos métodos da ação direta, as ocupações, greves e bloqueios de avenidas e rodovias.

(...)

Por que chamamos o voto cr3tico na chapa 2?

(...) N3o h3a a menor possibilidade de apoiarmos a chapa de continuidade da atual direç3o [Resist3ncia/PSOL e PCB], que capitulou abertamente ao governo, chamando o voto no segundo turno, parabenizando Lula pela vit3ria e, principalmente, restringindo as aç3es em torno das negociaç3es com o governo apenas aos m3todos virtuais (tuitaços e lives) ou atos por delegaç3o em Bras3lia. A chapa 3 [PT] expressa uma ades3o ao governo ainda mais acentuada, o que inevitavelmente levar3 a maior imobilismo e burocratizaç3o. (...)

Em relaç3o 3 chapa 2, Andes Classista e de Luta, composta pelo coletivo Rosa Luxemburgo (setores do PSOL) e CAEL (PSTU), temos diferenç3as e pontos de unidade. Nossas diferenç3as se d3o em relaç3o ao programa para a educaç3o que, a nosso ver, para enfrentar a ofensiva destruidora e privatizante do grande capital, precisa ir muito al3m das receitas limitadas e privatistas do Caderno 2 do Andes. 3 preciso levar a s3rio a defesa de que educaç3o n3o deve ser mercadoria, com um programa de expropriaç3o da rede

privada de ensino e criaç3o de um sistema 3nico p3blico, gratuito, cient3fico e controlado pelos que estudam e trabalham. Tamb3m consideramos que esse agrupamento tem aderido 3s respostas 3s opress3es pautadas pela l3gica do empoderamento/desconstruç3o, distanciando-se do enfrentamento das ra3zes de classes da opress3o sobre mulheres, negros, LGBT+, ind3genas, pessoas com defici3ncia, dentre outros. (...)

Os nossos pontos de unidade nos levaram, inclusive a atuarmos conjuntamente contra a desfiliaç3o da CSP-Conlutas, apontamos os preju3zos do divisionismo aparelhista e do governismo por tr3s da decis3o movida pela pol3tica dos grupos da chapa 1 e chapa 3. Quanto 3 resposta 3 continuidade do arrocho salarial e das contrarreformas, nos juntamos na defesa da necessidade de responder com os m3todos de aç3o direta, mobilizando a categoria. Sem isso, n3o h3 negociaç3o real. Somente aceitaç3o das migalhas oferecidas pelo governo, ap3s garantir as maiores fatias do orç3mento para o capital financeiro, grande capital e oligarquias pol3ticas. Diante disso, chamamos o voto cr3tico na chapa 2, ao mesmo tempo em que seguiremos construindo uma frente 3nica classista.

Mairinque/Itu

FORMAÇ3O POL3TICA

O POR tem realizado encontros de formaç3o pol3tica com alguns estudantes secundaristas da regi3o de Mairinque e Itu. O texto abaixo foi elaborado por esses estudantes.

N3s estudantes da regi3o Mairinque/Itu, estamos participando de um estudo de formaç3o pol3tica com base nas ideias do folheto "Cartilha para formaç3o secundarista" onde podemos avançar na compreens3o de alguns conceitos, que est3o relacionados com o dia a dia da juventude estudantil e trabalhadora. Em seguida vamos sintetizar algumas ideias expressas no folheto.

1) Capitalismo: Nesta primeira parte que acabamos de concluir, (capitalismo, crise da educaç3o e a luta pelo socialismo) avançamos na compreens3o sobre o que 3 o capitalismo, como um sistema econ3mico baseado na propriedade privada sobre os meios de produç3o. O objetivo capitalista n3o 3 satisfazer as necessidades da populaç3o, mas a busca pelo lucro, que s3 pode ser obtido se um grande capitalista (empres3rio) montar uma empresa e passar a explorar o trabalho alheio, isto 3, o trabalho de seus oper3rios.

2) A classe capitalista 3 a burguesia: a classe dos propriet3rios dos meios de produç3o, que vive do lucro e explora o trabalho alheio do proletariado.

3) A juventude sob o capitalismo: o capitalismo n3o pode ofere-

cer nada de bom para a juventude. Desde cedo, n3o proporciona as condiç3es para que sua fam3lia possa viver dignamente. A maioria da juventude vive nas periferias, favelas, cortiços, onde os pais, na maioria das vezes, est3o desempregados, subempregados ou possuem um emprego sacrificante com baix3ssimos sal3rios. Por isso, muitos jovens, desde cedo, sentem-se obrigados a ajudar no sustento de casa e, assim, v3o em busca de trabalho. A maioria, por3m, n3o encontra um trabalho e permanece desempregada. E a minoria que consegue, muitas vezes s3o "bicos", trabalhos informais. Esses jovens, na maioria das vezes, acabam abandonando as escolas.

4) Opress3o: A opress3o dentro das escolas s3o manifestaç3es do capitalismo. A desigualdade econ3mica, desigualdade racial e a desigualdade sexual s3o todos fatores da opress3o que o capitalismo traz. Os alunos n3o t3m seus direitos, ou sua voz, na maioria das vezes as escolas est3o mal estruturadas, professores com sal3rios baix3ssimos e falta de material para os pr3prios alunos. Essas opress3es s3o resolvidas com o fim do capitalismo. Para isso, 3 preciso lutar pelas necessidades da maioria oprimida e pela revoluç3o prolet3ria.

N3o podemos abandonar os jovens, alunos e trabalhadores. Pela luta do socialismo, o fim das crises na educaç3o e o fim do capitalismo!!!

S3o Paulo

2ª PLEN3RIA DA OPOSIC3O COMBATIVA DO SINPEEM

No dia 18 de març3o, ocorreu a 2ª Plen3ria de Construç3o da Oposiç3o Combativa do Sinpeem. O objetivo da plen3ria era traçar os elementos pol3ticos comuns que permitissem a unidade frentista das correntes presentes. Diante da extrema burocratizaç3o do sindicato, com fechamento das inst3ncias de deliberaç3o e, principalmente, as manobras eleitorais para a perpetuaç3o da atual direç3o, setores de oposiç3o buscam a construç3o de uma chapa frentista, sob a base de dois princ3pios: democracia oper3ria e independ3ncia de classe diante dos governos e dos partidos burgueses, al3m da defesa do m3todo da aç3o direta.

A Corrente Prolet3ria exp3s o cont3udo de uma Plataforma Pol3tica, contendo a an3lise sobre a situaç3o internacional e nacional; defesa da educaç3o p3blica e das condiç3es de vida dos trabalha-

dores em educaç3o. Defendeu enfaticamente a unidade na aç3o e no processo eleitoral, que ocorrer3 em 05 de maio, reforçando a necessidade de que a construç3o de uma oposiç3o unificada. Por isso, defendeu a participaç3o do conjunto das correntes na convenç3o das oposiç3es no dia 02 de abril.

A eleiç3o na Apeoesp, sindicato dos professores estaduais, cuja oposiç3o 3 composta majoritariamente pelas correntes ligadas ao PSOL influenciou nas eleiç3es do Sinpeem. Visto que a maioria das correntes do PSOL est3o alinhadas em uma frente com a burocracia do PT e do PCdoB. Enquanto que no Sinpeem, defendem a unidade da oposiç3o para derrotar o burocrata Cl3udio Fonseca. Isso provocou uma certa resist3ncia de alguns agrupamentos, que usam a justificativa de que o PSOL comp3e o governo Lula. Depois

de intensa discussão, decidiu-se pela unidade, que inclui o PSOL, condicionada aos princípios da democracia operária e da independência de classe.

Sinteticamente, a Plataforma Política apresentada pela Corrente Proletária trouxe os seguintes pontos de defesa: 1) defesa da unidade das oposições no Sinpeem, como forma de fortalecer o conjunto da Oposição para enfrentar o processo de burocratização do sindicato; 2) a defesa de um sistema único, público, gratuito, laico, científico, vinculado à produção social, sob o controle de quem trabalha e estuda. Concluindo com a bandeira de expropriação da rede privada de ensino sem indenização; 3) a defesa da vida dos trabalhadores em educação, com a luta pela elevação salarial com a bandeira de Salário Mínimo Vital, aprovado em assembleia. Assim como a defesa da melhoria das condições de trabalho e

ensino através do método da ação direta; 4) em defesa da democracia operária, independência de classe como forma de garantir a unidade das oposições, reforçando a importância do sindicato para o conjunto dos trabalhadores e sua luta pelas reivindicações vitais como emprego, salário e direitos; 5) oposição revolucionária ao governo Lula/PT e o combate aos direitistas Tarcísio e Nunes com os métodos da luta de classes. Caracterizou que o governo de frente ampla de Lula/PT será de ataque à vida das massas e por isso, a necessidade da bandeira de revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária e outras, com os métodos próprios da classe operária; 6) expressou a campanha do CERQUI e do POR pelo fim da guerra na Ucrânia e a defesa da paz sem anexações. Por último, defendeu colocar abaixo o capitalismo putrefato e por uma sociedade socialista.

Há 50 anos, a ditadura assassinava o estudante Alexandre Vannucchi Leme



O contexto era de uma brutal ditadura. Cerca de nove anos antes do assassinato, mais precisamente no dia 1º de abril de 1964, deu-se um golpe militar no Brasil, que destituiu o presidente eleito, João Goulart, e empossou, poucos dias depois, o general Castelo Branco. Logo vieram os primeiros Atos Institucionais, foram instituídos os Inquéritos Policial-Militares (IPMs) e foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI, idealizado por Golbery do Couto e Silva). Com esses

instrumentos, vieram os expurgos de oposicionistas, os sindicatos e a UNE foram colocados na ilegalidade, foi desfechada uma brutal repressão sobre as Ligas Camponesas, mandatos parlamentares foram cassados, instituiu-se o método da tortura para obter delações, enfim, o regime ditatorial foi sendo montado.

Em março de 1968, quando a presidência já era ocupada pelo general Costa e Silva, deu-se o assassinato do secundarista Edson Luís, de 18 anos, durante um protesto contra a má alimentação fornecida pelo restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. O enterro e a missa, realizada na Igreja da Candelária, reuniram milhares de pessoas. Após o primeiro impacto da repressão, a oposição começava e se reerguer. Em 25 de junho, realizou-se a passeata dos 100 mil, contra a ditadura. Na sequência, vieram as greves operárias de Contagem-MG e Osasco-SP. Parte da oposição começou a articular as ações da luta armada. Utilizando-se, como subterfúgio, de um discurso do deputado Moreira Alves, a ditadura procurou a via do endurecimento, impondo o AI-5, em dezembro de 1968, com o fechamento do Congresso, suspensão de vários direitos individuais etc. Em julho de 1969, foi criada a Operação Bandeirante (Oban), que funcionava à margem da lei e foi financiada por capitalistas, e acabou sendo sucedida, em 1970, pelos DOI-CODI. Ambos, na prática, não passavam de órgãos de repressão política, baseados na tortura, prisões ilegais, assassinatos e todo tipo de barbaridade contra os opositores do regime.

Em agosto de 1969, Costa e Silva sofreu um derrame, assumindo imediatamente uma junta militar – contrariando a regra constitucional, que dizia que o vice devia assumir. O problema é que o vice em questão, o civil Pedro Aleixo, posicionou-se contra o AI-5. Poucos dias depois, no começo de setembro, a ALN, de Carlos Marighella, e o MR-8 capturaram o embaixador americano Charles

Elbrick nas ruas do Rio de Janeiro, em troca da libertação de presos políticos. Alexandre Vannucchi Leme era militante da ALN, em São Paulo. Em 30 de outubro, Emílio Garrastazu Médici assumiu a presidência, recrudescendo ainda mais a ditadura. Foi durante seu governo que a esquerda armada entrou em declínio, abatida por uma cruenta repressão, em certo modo facilitada pelo autoisolamento, resultado da desastrosa política do foquismo. E isso vale para a guerrilha urbana, também para as iniciativas foquistas no campo, sendo a experiência no Araguaia a mais significativa, com uma trágica derrota imposta pelas forças da ditadura.

Vannucchi Leme foi assassinado no final do governo Médici, antes da posse do futuro presidente, Ernesto Geisel. Era um estudante de Geologia da USP. Os anos 1960 e 70 foram de grande efervescência no meio universitário e em relação à Educação, de modo geral. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de caráter conservador, fora aprovada poucos anos antes, em 1961. Havia a discussão em torno à reforma universitária. A UNE criou o seu Centro Popular de Cultura (CPC). Foram dados os primeiros passos para a fundação da Universidade de Brasília (UnB). Em 6 de janeiro de 1962, um grupo paramilitar denominado Movimento Anticomunista (MAC) invadiu a sede da UNE e a metralhou. Houve a Greve do 1/3, em julho de 1962 (“1/3” pois se referia à paridade nos órgãos colegiados nas universidades). Em abril de 1964, instaurou-se a CPI da UNE, seguida da Lei Suplicy de Lacerda (conhecida por esse nome em alusão ao ministro da Educação e Cultura), que visava ampliar o cerco sobre o movimento estudantil. Pouco depois vieram os acordos MEC-USAID, que caminhavam no sentido da mercantilização e do controle ideológico. Conforme foi recrudescendo a ditadura, os expurgos, as invasões violentas dos campi, ameaças, prisões, “desaparecimentos” e assassinatos foram se tornando cada vez mais frequentes. Um caso emblemático foi o da intervenção policial sobre o 30º Congresso da UNE, realizado clandestinamente em Ibiúna, que culminou com a prisão de cerca de mil estudantes, em outubro de 1968.

O assassinato de Alexandre foi outro desses casos emblemáticos. Foi preso no dia 16 de março de 1973, foi torturado e acabou perecendo nas dependências do DOI-CODI/II Exército, na rua Tutóia, nº 921, São Paulo, no dia 17. Tinha 22 anos – faria 23 no dia 5/10. A notícia de sua morte se espalhou rapidamente, provocando paralisações e manifestações na USP. O Conselho de Centros Acadêmicos acatou uma proposta dos próprios colegas de curso do Alexandre, de fazer uma missa em sua homenagem. Dom Paulo Evaristo Arns aprovou o pedido e a cerimônia se realizou no dia 30 de março, na Catedral da Sé. A praça, bem como os seus arredores, foi cercada por um po-

deroso aparato militar. O ato reuniu entre 3 e 5 mil pessoas, sendo considerada a primeira grande manifestação após o AI-5.

A primeira versão de sua morte que circulou nos meios de comunicação, manipulada pela ditadura, como foi comprovado posteriormente, foi de que ele teria sido atropelado por um caminhão, na região do Brás, após uma tentativa de fuga. Não cabe entrar nos detalhes da guerra de informações travada em torno às circunstâncias de sua morte, elementos que estão fartamente documentados no Relatório Final (Volume III) da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Vale apenas registrar que a ditadura mentiu, aliciou falsas testemunhas e utilizou mais um sem-número de artimanhas para ocultar seu crime. Hoje já são sabidos até o nome dos agentes da repressão que participaram das sessões de tortura. Segundo o referido Relatório da CNV, “ao meio-dia de 17 de março, Alexandre foi jogado na cela-forte e por volta das 17h, o carcereiro foi buscá-lo para uma nova sessão, quando descobriu que estava morto. As celas próximas àquela ocupada pelo militante foram evacuadas e o corpo ensanguentado, retirado”. Ele foi enterrado no cemitério Dom Bosco, de Perus, como indigente, sem caixão, em uma cova rasa forrada de cal. Seus restos mortais foram trasladados 10 anos depois e, em sua homenagem, foi celebrada uma missa na Igreja dos Dominicanos, em Perdizes, também em memória do frei Tito, que se suicidou na França, devido às sequelas da tortura, à qual também fora submetido.

Os autores do crime, inclusive a cadeia de comando envolvendo políticos e militares, permanecem impunes, resguardados pela Lei da Anistia, de 1979. Mais do que isso, a ascensão do bol-

sonarismo se deu ao lado do fortalecimento das tendências mais reacionárias da política nacional, que tiveram e ainda têm a ousadia de reivindicar o rastro de sangue deixado pelos torturadores e assassinos a mando da ditadura – como fez o próprio Bolsonaro, no fatídico discurso proferido no Parlamento na votação do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, quando elogiou Carlos Brilhante Ustra, que era justamente o Comandante do DOI-CODI do II Exército quando do caso do Alexandre, Ustra que, pelo que indicam os autos do processo, participou do sequestro, tortura e morte do estudante.

Esses fatos revoltantes demonstram a ingenuidade que há em alimentar ilusões numa justiça por meio do Estado burguês. A própria Comissão Nacional da Verdade, por mais importante que tenha sido o levantamento das informações e a apuração dos acontecimentos, demonstrou ser inócua. Trata-se de mais um crime de classe da burguesia. Alexandre foi assassinado porque era militante da ALN. Em que pese nossas divergências com a linha foquista da organização de Marighella, Alexandre lutava contra uma ditadura sanguinária, entreguista e que expressava os interesses do capital financeiro, do imperialismo, também das oligarquias e todas as forças reacionárias do país. Nesses 50 anos, o POR presta a sua homenagem a Alexandre Vannucchi Leme e a todos que tomaram lutando contra a ditadura, e o fazemos como deve fazer todo revolucionário: mantendo bem alto a luta contra a repressão, contra o Estado burguês, contra o capitalismo, contra a burguesia, trabalhando por erguer os tribunais populares, e em defesa da revolução e da construção do socialismo.

São Paulo - ABC

Balanco das assembleias do SinTUFABC de 2023

Em fevereiro ocorreram duas assembleias do SinTUFABC, uma no dia 2, referente a mudança do estatuto, e outra no dia 28 sobre a campanha salarial e a eleição da delegação à Plenária Nacional da FASUBRA que ocorreu nos dias 10 e 11 de março em Brasília. Em 8 de março e 14 de março também ocorreram assembleias. A CPE/POR participou e interveio em ambas e expõe o seu balanço.

Assembleia Estatutária

A Assembleia Estatutária teve baixa participação. No início, apresentou-se a pauta, justificando-a com base na consideração de que o sindicato, fundado em 2012, completou dez anos, período em que houve diversas mudanças. Então a mesa, encarregou-se de apresentar as propostas de modificação do estatuto, sugerindo que os destaques e discussões ocorressem ao final, no que houve acordo do plenário, apesar de ter havido algumas intervenções durante a apresentação.

A divergência fundamental se deu em torno da implementação de reuniões, assembleias e eleições virtuais. O POR se posicionou de forma contrária, levantando os argumentos expostos na Edição N.º 4 do Boletim da Corrente Proletária na Educação da UFABC, distribuído para todos no início da assembleia, que, por uma questão legal, ocorreu de forma presencial, visto que as anteriores já estavam ocorrendo de forma híbrida. Em síntese, neste boletim argumentamos que a virtualidade dissipava a força coletiva dos trabalhadores; é incapaz de erguer a força social necessária para conquistar as reivindicações; cinde o processo de discussão, deliberação e execução; compromete a democracia operária e a segurança das ações. No caso das eleições remotas, afirmamos que a pessoalidade, o sigilo e o controle da lisura do processo ficam comprometidos; além de desvincular o processo eleitoral do movimento vivo e do processo de politização e mobilização.

A defesa do POR foi rebatida com a ideia de que a virtualidade é só uma possibilidade, ficando a critério da gestão escolher se chama ações presenciais, on-line ou híbridas; que é importante institucionalizá-la considerando a pandemia, tanto porque podem ocorrer outras quanto porque as deliberações realizadas em ações virtuais dependem de respaldo estatutário.

As assembleias em que a pauta incluía deflagração de greve; aprovação de pauta de reivindicações; e suspensão de greve, deverão ocorrer somente de forma presencial ou híbrida, sendo que, se for híbrida, quem estiver no modo virtual não poderá votar. Essa proposta foi aprovada. Além de mostrar que, ao fim e ao cabo, não se deve apostar na virtualidade, por não servir à luta de classes, tal mudança explicitou a cisão entre o processo de discussão, deliberação e execução.

A segunda grande discussão se deu em torno da proposta de implementação da exigência de no mínimo 40% de mulheres nas chapas e na Coordenação Executiva. Também nos posicionamos contrários afirmando que o problema político da baixa participação de mulheres não será resolvido por meio de medidas administrativas, pelo contrário isso pode acarretar artificialismos e distorções, como incluir nomes de mulheres apenas para cumprir a exigência. No final, sob o argumento de garantir a representatividade e a participação das mulheres, ganhou a proposta de instituir 40%.

Houve várias outras mudanças, entre elas a redução da quantidade mínima de pessoas à composição da direção, essa também

uma mudança importante, pois objetivou reduzir a dificuldade à formação de chapas em um contexto de refluxo, e a inclusão de um artigo, a nosso ver amplo e genérico, no item sanções disciplinares. Expusemos que uma grande mudança deveria ocorrer após discussões que amadurecessem as futuras propostas de mudanças, e que a assembleia deveria focar no essencial: garantir o funcionamento do sindicato sem abrir mão dos métodos próprios dos trabalhadores, o que incluía rechaçar a dispersão na virtualidade.

Como se vê, ocorreu o contrário do que defendemos. A assembleia não focou no essencial. Todas as propostas de mudança da coordenação foram aprovadas, sendo algumas com pequenas alterações, em geral improvisadas no momento da assembleia. Instituiu-se as instâncias virtuais, descaracterizando a natureza da atividade sindical, e as quotas para mulheres, uma exigência contraditória com a pretensão de facilitar o processo de formação de chapas. Entendemos que a experiência concreta mostrará a necessidade de rever as mudanças estatutárias.

Assembleia com pauta da FASUBRA

Como costume nos últimos anos, a convocação foi feita para uma assembleia híbrida, agora reconhecida no estatuto. Aprovada a mesa, rapidamente passou-se ao informe sobre o primeiro ponto da pauta: Campanha Salarial, Plano de Carreira e PGD - Programa de Gestão de Desempenho. O governo retomou a mesa permanente de negociação com as entidades sindicais do funcionalismo. Na campanha salarial, inicialmente, a FASUBRA reivindicava aproximadamente 26% de reposição emergencial referente às perdas durante o governo Bolsonaro, mesmo sabendo que as perdas são maiores, pois são cerca de 7 anos sem reposição e reajuste. Nas primeiras mesas de negociação, basicamente o governo ofereceu um reajuste de 9% no salário do funcionalismo federal a partir de maio + 40% (correspondente a R\$ 200,00) de reajuste no valor do Auxílio Alimentação, que não atinge os aposentados, e alegou não ter margem para maiores concessões visto que trabalha com o orçamento aprovado no ano/governo anterior. Com isso, a FASUBRA mudou de linha e passou a entender que deve pressionar para a reposição de 9% ocorrer em março, e para tentar ampliá-la. Ficou clara a renúncia da direção em lutar pela reposição de todas as perdas.

Sobre o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), afirmou-se que há diversas reivindicações que devem ser negociadas junto ao Ministério da Educação (MEC). Esse é um expediente que serve para desviar a luta pelas reivindicações que garantam um salário compatível com a necessidade de todos os trabalhadores e os direitos trabalhista

Acerca do PGD/teletrabalho, de fato, nada foi encaminhado. A luta pelo trabalho presencial está completamente fora dos objetivos da burocracia sindical.

Finalmente, a mesa confirmou o procedimento para eleição de delegados à Plenária Nacional (PN) da FASUBRA, a qual esclareceu que estatutariamente se dá por meio de chapas e de forma proporcional. Duas chapas se candidataram à eleição de delegados à próxima Plenária Nacional da FASUBRA. O que aparentemente ocorreu pela primeira vez, visto o histórico do SinTUFABC de inscrição de uma única chapa. Foi muito importante o lançamento da chapa 2 de oposição, na qual a CPE/POR participou e foi eleito seu representante para a Plenária Nacional.

Assembleia de 8 de março

A CPE/POR participou e interveio com o seu Boletim preparado com as duas pautas e que contém uma nota declarando que o cancelamento da assembleia em virtude do cancelamento da reunião

da mesa nacional de negociação permanente pelo governo foi um erro. O boletim ainda afirma “sem luta não há negociação real”, denuncia a política de conciliação de classes, chama os trabalhadores a não confiar no governo burguês de frente ampla, nem nas direções governistas e capitulações, e se colocar pela defesa do sindicato, da democracia operária e dos seus métodos de luta. Por fim, defende que a assembleia eleitoral garanta a democracia operária por meio de um período razoável para inscrição de chapas, e da ampla divulgação das ações da comissão eleitoral.

A Assembleia, realizada presencialmente, aprovou o calendário e a comissão eleitoral, assim como o formato eletrônico das eleições. O POR se posicionou contra a realização de eleições virtuais. A convocação de instâncias presenciais somente quando são obrigatórias por questões legais ou estatutárias têm demonstrado a naturalização da virtualidade.

Assembleia de aprovação do reajuste salarial

Com a maior participação no último período, a assembleia contou com maior participação dos trabalhadores. A CPE/POR abriu a discussão expondo que as direções não organizaram a campanha salarial, bastando ver que não houve adesivo, faixa, panfleto ou manifestação de rua. Na UFABC essa foi a primeira assembleia para discutirmos a campanha salarial. Evidenciamos o percurso das direções nacionais que abandonaram a reivindicação de 26,94% de reajuste emergencial, valor que considera apenas a inflação de 2019 a 2022, período do governo Bolsonaro, passaram a reivindicar apenas o aumento do montante disponível para o reajuste segundo o governo, além da troca de rubrica para correção do Auxílio-Alimentação, e agora defendem a aceitação da proposta rebaixada do governo, que não cedeu em nada. Afirmamos que, ao contrário do que diz a direção, especialmente da FASUBRA, ainda é possível lutar por um reajuste maior. No ano passado, a FASUBRA reivindicou um aditivo no orçamento, porque agora diz que não tem o que fazer? Como não houve luta, o governo se manteve intransigente. Por fim, expusemos que a proposta do governo é insuficiente, principalmente para a nossa categoria que possui os menores salários do funcionalismo federal. Desta forma, seria importante votar contra a proposta do governo no sentido de mostrarmos nossa insatisfação.

Se a categoria está desorganizada é necessário entender e explicar o porquê. As direções têm responsabilidade sobre esse processo, quando não impulsiona os métodos e as reivindicações próprias dos explorados. Nesta assembleia, por exemplo, notamos que há trabalhadores atuando presencialmente na universidade e participando da assembleia de forma virtual, muitas das vezes sem acompanhar as discussões, apenas para votar. Sem falar que no caso desta assembleia, por se tratar de pauta de reivindicação, a votação deveria ser restrita aos participantes presenciais, de acordo com o estatuto. Colocamos esse problema apenas para mostrar os problemas, embora não altere o resultado da assembleia.

O fato é que a assembleia concluiu aprovando a proposta de reajuste por amplíssima maioria. Embora fosse previsível, foi uma decisão lamentável. Não porque somos contrários ao reajuste, mas por ser uma proposta insuficiente, que foi imposta por não haver luta real. Embora a aprovação estivesse colocada nacionalmente, era importante o SinTUFABC e a categoria dos TAEs rejeitar a proposta no sentido de evidenciar que há insatisfação dos trabalhadores na base.

Essa experiência realizada pela CEP/POR, que recém-inicia a sua organização no interior do SinTUFABC, mostra a importância da luta programática classista e da organização independente dos trabalhadores.

Realizada Conferência do POR na Região Norte

Nos dias 18 e 19 de março, foi realizada em Porto Velho a Conferência do POR na Região Norte. A Conferência realizou-se após a ruptura da fração liquidacionista que trabalhou pela desagregação da organização, o que levou, no período imediatamente anterior, à perda da regional do Amazonas. Por esta razão, a Conferência teve de adaptar suas resoluções e balanços à discussão sobre o trabalho partidário em Rondônia.

A Conferência foi disciplinada e iniciou discutindo, no primeiro dia, as resoluções nacional e regional sobre a situação de Rondônia. Destacou-se a situação da crise política aberta com a eleição de Lula, a profunda divisão da burguesia, as dificuldades de centralização das frações burguesas, as negociações com o centrão, o problema da estatização dos sindicatos e a necessidade de desenvolver a consigna de oposição revolucionária ao governo burguês Lula/Alckmin. A Conferência concluiu que fica evidente, já nos primeiros meses do governo burguês de frente ampla, o caráter continuísta deste em relação às malditas contrarreformas (Trabalhista, Previdenciária, Lei da terceirização, o NEM etc.) impostas nos governos Temer e Bolsonaro.

Na Resolução regional, discutiu-se a situação econômica do estado, a economia combinada (capitalista e pré-capitalista) que marca fortemente a região, a projeção da fração burguesa ligada ao agronegócio e o impulso que tem dado à direitização dos

capitalistas, as tarefas democráticas de acesso à terra por parte dos camponeses e nações indígenas, assim como a tarefa de unir a maioria oprimida sob a direção do proletariado para a vitória da revolução proletária.

No segundo dia, a Conferência dedicou-se ao debate dos problemas organizativos e de atuação. Foi realizado um bom balanço, crítico e autocrítico, sobre a intervenção nas frentes de atuação, a exemplo do trabalho docente e universitário, assim como a necessidade de um trabalho regular junto à classe operária local. Ressaltaram-se, as dificuldades próprias do isolamento do estado em relação aos grandes centros (São Paulo, Rio) e ao Nordeste, tal como a fraqueza geral dos movimentos sociais, o que tem se refletido até mesmo na fraca implantação das esquerdas no estado. A Conferência concluiu que o partido precisa avançar sua capacidade propagandística e que a militância necessita formar os quadros revolucionários, assimilando os clássicos e impulsionando o marxismo-leninismo-trotskismo.

A Conferência finalizou seus trabalhos assinalando que a tarefa histórica de superar a profunda crise de direção exige o combate diuturno à conciliação de classe e em defesa da estratégia da revolução e ditadura proletárias. Encerrou com a execução do hino da Internacional Comunista e com os presentes dando um viva à Conferência Regional e à construção do Partido Operário Revolucionário.

Viva a Conferência da Regional Norte!

Formação política permanente do POR

No dia 12 de março, foi realizado o curso de formação política permanente do POR em São Paulo. O estudo se concentrou na Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) de 1 ano de guerra na Ucrânia. E no estudo de duas notas da campanha do partido junto aos operários, que constam do Boletim Nossa Classe de março: “Somente com a organização da luta, os trabalhadores podem defender seus empregos, salários e direitos” e “Por que votar NULO nas eleições do Sindicato Metalúrgico do ABC?”.

Antes do início do estudo, em grupos, Atilio fez uma breve apresentação sobre o caráter da guerra na Ucrânia. Explicou a diferença entre uma guerra de dominação e uma de libertação. A de dominação visa a apropriação de um território ou um país por parte das potências, enquanto a de libertação se refere ao levante de uma nação oprimida contra a opressão nacional. Exemplificou que a Revolução Russa de 1917 utilizou o momento de uma guerra de dominação (1ª Guerra Mundial) para pôr fim ao domínio do czarismo e pela tomada do poder pelo proletariado por meio da guerra civil.

Outro aspecto colocado foi o de explicitar que toda guerra tem uma raiz histórica. No caso da guerra da Ucrânia, estamos diante, de um lado, da decomposição do capitalismo; e de outro, da consequência do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que ocorreu em dezembro de 1991, do ressurgimento do Estado capitalista russo e do avanço da opressão nacional sobre as ex-repúblicas soviéticas. Portanto, o cerco dos Estados Unidos e OTAN à Rússia obrigou o governo de Putin a decidir pela invasão da Ucrânia, para garantir seu domínio regional.

Destacou, também, que nesse um ano de guerra, abriu-se a discussão sobre o problema da paz. A China apresentou na ONU um plano de paz, como forma de estabelecer um acordo diplomático. O plano foi rejeitado pelos Estados Unidos. A posição do Brasil, Lula, foi de apoiar a resolução imperialista da ONU,

que condena a Rússia como a única responsável pela guerra. O fundamental foi que a posição dos Estados Unidos e de sua aliança resultou no prolongamento e na escalada armamentista do conflito.

Concluiu que o problema da paz é de interesse da classe operária, portanto, trata-se de um problema de classe. No entanto, o proletariado se encontra desorganizado e à mercê da política das direções pró-capitalistas. O CERQUI levantou a bandeira da paz sem anexação, como a única forma de defender verdadeiramente a autodeterminação da Ucrânia, isso tanto em referência ao cerco imperialista quanto à ocupação militar russa. Enfatizou que somente a classe operária, unida e em luta, pode impor uma paz sem anexação. E, por fim, mostrou o esforço do POR em publicar o livro que tem como título: “A Guerra na Ucrânia. Posição e Resposta do Internacionalismo Proletário”.

Em seguida, foram organizados os grupos de estudos. Depois de uma hora, ocorreu uma plenária, onde os grupos expuseram suas principais conclusões. Entre as quais, destacamos: 1) Os Estados Unidos impõem o prolongamento da guerra, exigindo que os países europeus e latino-americanos, como o Brasil, enviem armas e munições à Ucrânia; 2) O caráter da guerra da Ucrânia como uma guerra de dominação; 3) A decomposição do capitalismo obriga os países imperialistas a ampliar a guerra comercial e a escalada militar; 4) A Cúpula de Madri indicou uma virada da OTAN para a região do Indo-Pacífico; 5) A posição de neutralidade do Brasil não impossibilitou que Lula orientasse a diplomacia brasileira a votar na resolução da ONU, imposta pelos Estados Unidos; 6) A sistematicidade da campanha internacionalista do CERQUI e suas bandeiras, conforme a guerra avançava; 7) A bandeira de frente única anti-imperialista lançada no Jornal Massas 684, quando os Estados Unidos exigem maior envolvimento dos países latino-americanos; 8) Somente os marxistas se colocam de fato pela paz sem anexação, portanto

pela autodeterminação de uma nação oprimida, como parte da luta revolucionária pela derrocada do capitalismo e construção do socialismo.

Os grupos também ressaltaram as conclusões sobre as notas do Boletim Nossa Classe, evidenciando a campanha do partido pela independência das organizações sindicais diante do governo Lula e a defesa das reivindicações, que unificam os explorados, emprego, salário, direitos, fim das contrarreformas trabalhista, previdenciária e terceirização, bem como a dos métodos próprios de luta. Concluíram destacando o grau de burocratização do Sindicato Metalúrgico do ABC, que há muito aboliu as eleições diretas para o sindicato e criou normas que impedem a oposição

Grupo de Estudos do Marxismo inicia novo texto

O Grupo de Estudos do POR concluiu o livro de Lênin, “O que fazer?”. No Jornal Massas 684, descrevemos os seus principais aspectos. Nessa semana, o Grupo iniciou uma nova etapa com outro folheto de Lênin: “As três fontes constitutivas do marxismo”. Um texto de base, muito útil para discutir aspectos gerais e introdutórios do materialismo histórico e dialético. O encontro, realizado no dia 21, contou com a presença de diversos simpatizantes, alguns deles fazendo seu primeiro contato com o marxismo. Um simpatizante do partido definiu esse texto como uma espécie de guia para os estudos iniciais do marxismo, isso porque, além das raízes da filosofia alemã, da economia política inglesa e do socialismo francês, traz também recomendações de livros que nos ajudam a compreender cada uma delas, como o livro “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã” e o “Anti-Duhring”, ambos do Engels, que, segundo Lênin, devem ser os livros de cabeceira de todo operário consciente.

Definimos inicialmente o marxismo como a ciência do proletariado, ou melhor, a ciência revolucionária do proletariado. Isso porque não se limita a descrever a sociedade, mas aponta os caminhos para transformá-la. O marxismo parte do mais avançado que a humanidade produziu em termos de conhecimento: reconhece e transforma a filosofia de Hegel, a economia política dos clássicos (Adam Smith e David Ricardo) e as contribuições dos socialistas utópicos franceses, como as de Saint Simon, Fourier e Owen, em uma teoria científica, que servirá de arma nas mãos da classe revolucionária, para transformar o sistema capitalista de produção em sistema comunista.

de lançar chapas para as comissões de fábricas. Mostraram que o partido apoiou a iniciativa de constituir uma chapa na Volks, por parte do grupo “Opção Democrática”, como um passo importante para arrancar a burocracia, que se apropriou do sindicato. Por fim, assinalaram que a única forma foi defender o voto nulo.

A formação política encerrou com a organização dos militantes e simpatizantes para as atividades de 14 de março (ato dos 5 anos do assassinato de Marielle Franco), 15 de março (ato dos secundaristas exigindo que Lula revogue a reforma do ensino médio) e 22 de março (manifestação nacional da educação contra a reforma do ensino médio, BNCC e pelo pagamento integral do Piso Nacional).

O primeiro encontro se limitou à discussão sobre a fonte constitutiva do marxismo, partindo da filosofia alemã. Nos próximos encontros, vamos estudar as outras duas partes. O essencial da introdução ao folheto “As três fontes constitutivas do marxismo” foi discutir com os participantes que a filosofia do marxismo é o materialismo, mas não o materialismo formal da filosofia clássica, mas sim o materialismo histórico e dialético. Fizemos a distinção e contraposição entre materialismo e idealismo, procurando demonstrar que a sociedade de classes, na atual fase de decomposição do capitalismo, está impregnada de respostas idealistas aos problemas, seja nas ciências, seja na política etc. Para isso é preciso discutir os principais aspectos da dialética, como a lei geral do movimento, das transformações, o que nos permite compreender, entre outros aspectos, que a sociedade capitalista não é a última sociedade que se seguiu ao comunismo primitivo, ao escravismo e ao feudalismo. E que dará lugar a uma sociedade superior, que é o comunismo, a sociedade sem classes.

Compreender a filosofia do marxismo é buscar as leis das transformações históricas que se encontram e se manifestam no movimento da realidade material, no mundo objetivo. Assim, se pode reconhecer e perceber que as transformações históricas são fruto das ações concretas, organizadas e conscientes, não deixando margem para esperança em soluções místicas ou milagrosas, nem para as falsas saídas reformistas, de transformação gradual da sociedade, que são oferecidas por setores das esquerdas e que não passam de formas de luta idealista mal disfarçadas.

Grupo de estudos do

MARXISMO

TERÇA-FEIRA • 19H • VIRTUAL

Texto base: **As três fontes constitutivas do Marxismo**

Breve apresentação, elaborado por Lenin, da raiz filosófica, econômica e socialista do Marxismo


Realização: 

POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

Para mais informações, contate-nos através dos canais:


 pormassas.org  [massas.por](https://www.instagram.com/massas.por)  (11) 9 5446-2020


R\$5

 **100 anos da Revolução Russa**

Assimilar os fundamentos do leninismo

Adquira com o distribuidor de Massas:



POR Partido Operário Revolucionário  **MASSAS**

Nesta edição:

França: Trabalhadores franceses mostram o caminho do enfrentamento ao capitalismo em decomposição

Economia mundial: Crise bancária expressa as tendências recessivas

Iraque: 20 anos da invasão sangrenta do Estados Unidos ao Iraque

Bolívia: Desmentindo as declarações de unidade entre Morales e Arce, a crise do MAS se aprofunda

Lênin: “Balanço de uma discussão sobre o direito das nações à autodeterminação”

Uma manifestação em apoio a luta dos franceses contra a reforma da previdência foi convocada pelas organizações ao lado. Convidaram o POR para participar do chamado, que prontamente foi assinado. Contudo, ao chegar no local e horário indicado, o POR ficou sabendo que as organizações dirigentes cancelaram a manifestação, sem comunicar as organizações e fazer uma ampla divulgação do cancelamento. O argumento foi a greve do metrô. Por mais que essa justificativa tenha sentido, o cancelamento sem aviso e sem decisão coletiva não se justifica e mostra a irresponsabilidade das organizações em aplicar a tática frentista, tão necessária para levantar a luta das massas no país.

Publicamos abaixo o Manifesto do POR

Trabalhadores franceses mostram o caminho do enfrentamento ao capitalismo em decomposição

Viva as jornadas de luta, as greves e manifestações dos explorados!

23 de março de 2023

O presidente da França, Emmanuel Macron, teve de recorrer ao Artigo 49-3 da Constituição para impor à força a odiada e combatida contrarreforma previdenciária. Ao não conseguir apoio suficiente no parlamento, evidenciou sua fraqueza política diante da crise que abala a França e a Europa.

O movimento que há dois meses contesta o aumento da idade e do tempo de contribuição para se aposentar é parte das mobilizações em vários países europeus, que se defrontam com a alta do custo de vida, os baixos salários e a degradação geral das condições de existência das massas trabalhadoras.

Desde a longa pandemia, os assalariados, principalmente, vêm se ressentindo da desintegração econômica e social do capitalismo. Mas, é com a guerra na Ucrânia que os explorados passaram a ser mais golpeados pela elevação da inflação e contenção dos salários.

As sanções econômico-financeiras à Rússia vêm afetando amplamente a Europa e o mundo. Os Estados Unidos não deixaram

de ser atingidos, mas comodamente são os principais responsáveis pelo prolongamento da guerra, que adentrou ao segundo ano. A burguesia e os governos europeus, que conformaram a aliança em torno ao imperialismo norte-americano e ao seu braço armado na Europa, a OTAN, assumiram não apenas os perigos de uma conflagração ultrapassar os marcos da Ucrânia, mas também a responsabilidade de descarregar todo o peso da decomposição econômica sobre a maioria da população.

Hoje, mais do que no início da guerra, em 24 de fevereiro de 2022, se tornou mais visível e patente que em sua base se encontram o esgotamento da ordem mundial edificada após a Segunda Guerra e, conseqüentemente, a feroz guerra comercial potenciada no quadro da crise aberta em 2008, precisamente, nos Estados Unidos. A Europa seguiu o curso mundial das tendências da crise de destruir maciçamente parcelas crescentes de forças produtivas. Se viu, forçosamente, do ponto de vista burguês, capitalista, a

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Ato no Consulado

TODO APOIO À LUTA DO POVO FRANCÊS!

ABAIXO A REFORMA
DA PREVIDÊNCIA
E A REPRESSÃO
DE MACRON!

23/03 QUINTA-FEIRA 17H

Av. Paulista, 1842 / São Paulo - SP



seguir as principais determinações traçadas pela potência norte-americana.

A formação do bloco que constituiu a União Europeia não teve como - e nem podia - alcançar independência diante da esmagadora hegemonia norte-americana, que emergiu da Segunda Guerra Mundial. A ruptura causada pelo Reino Unido, com o Brexit, indicou o declínio e o rápido esgotamento da estratégia política que levou à montagem da União Europeia. Um dos sinais mais significativos de que esse caminho, desde sempre, esteve subordinado, em última instância, aos ditames dos Estados Unidos foi a manutenção da OTAN, que, sob as novas condições de desintegração do capitalismo, revelou a sua principal face que é a de servir à hegemonia norte-americana, que passaria a tornar mais poderosa a potenciação da guerra comercial e, inevitavelmente, a sua transformação em escalada militar.

As inúmeras guerras de intervenção, sendo, nesse sentido, a mais sintomática a desfechada contra o Iraque, em 2003, trouxeram à tona as contradições econômico-sociais do capitalismo da fase imperialista, que levariam os Estados Unidos a recrudescerem o cerco econômico-militar à Rússia e a provocarem a guerra de intervenção russa na Ucrânia. O que arrastou e empurrou a União Europeia e a Inglaterra à escalada bélica, como parte e reflexo da guerra comercial desenvolvida contra a ascensão da China. Não bastaram a recuperação do Leste Europeu, a liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a integração da China na órbita do capitalismo mundial, para arrefecerem os choques entre as forças produtivas, as relações de produção e as fronteiras nacionais, que se reconstituíram após a gigantesca destruição de forças produtivas resultante da Segunda Guerra. Se bem que os interesses dos capitalistas e dos Estados europeus se achassem comprimidos, foram os Estados Unidos que gestaram os fatores da guerra na Ucrânia, da mesma forma que vêm gestando os da guerra comercial contra a China e a militarização do Indo-Pacífico.

Não se trata de estabelecer uma relação mecânica entre a guerra, o levante das massas na França e as manifestações que ocorreram recentemente na Inglaterra, Bélgica, Alemanha e República Checa. Trata-se, porém, de reconhecer os vínculos da decomposição do capitalismo com a guerra e a escalada militar e suas consequências sociais. Macron se dispôs a aplicar uma medida autoritária para impor a sua contrarreforma e a correr o risco de desmonte de seu governo, que foi submetido à “moção de desconfiança”, tanto pela esquerda quanto pela direita, em função de duras exigências

da burguesia europeia e norte-americana. Em todos os casos de mobilização dos explorados, os governos europeus se guiam pelos reflexos da guerra e das medidas de retaliação econômico-financeira contra a Rússia.

Na França, a repressão tem sido brutal. Não se permitem vitórias que se contraponham aos esforços de guerra para derrotar a Rússia e abrir caminho a uma livre penetração dos capitais na rica região euroasiática, que até o final de 1991 era controlada pela URSS.

Macron impôs a contrarreforma previdenciária por meio de um decreto e se livrou da “moção de desconfiança”, mas isso ao custo do aumento do descontentamento popular e da radicalização da luta de classes. Com certeza, os trabalhadores franceses despertaram respeito e admiração pelos trabalhadores de toda a Europa, que poderão seguir o seu exemplo nos próximos embates, forçando as direções sindicais burocráticas a recorrerem à luta unitária.

A crise de direção é profunda, o que explica o fato de não se ter estabelecido no seio da classe operária e dos demais explorados o vínculo da guerra com a responsabilidade dos governos, que seguem os interesses da burguesia imperialista.

Aqui estamos em frente ao Consulado para protestar contra a violenta repressão sofrida pelos oprimidos da França e pelo fim da contrarreforma previdenciária. O Partido Operário Revolucionário (POR) participa desta manifestação frentista e defende que as organizações mantenham a frente para responder aos ataques que vêm sofrendo a classe operária no Brasil e à política antiooperária do governo Lula, empossado a pouco mais de dois meses. O POR chama os presentes a este Ato a constituírem uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula, PT e da frente ampla oligárquica.

Viva a luta dos trabalhadores franceses!

Organizar um movimento no Brasil por um programa próprio da classe operária e dos demais explorados!

Chamamos as organizações aqui presentes a se colocarem por uma campanha junto às centrais, sindicatos e movimentos camponês e popular para que convoquem um Dia Nacional de Luta em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas! E para que levantemos bem alto a bandeira de Fim da Guerra Na Ucrânia! Por esse caminho, os explorados em luta impulsionarão a constituição de uma frente única anti-imperialista.

Crise bancária expressa as tendências recessivas, que se aprofundam na economia mundial

No dia 10 de março, o sistema bancário foi golpeado com o anúncio da quebra do banco regional Vale do Silício (SVB), o que imediatamente trouxe a lembrança da quebra do banco Lehman Brothers em 2008. A bancarrota do SVB, causada basicamente pelos efeitos dos aumentos sucessivos da taxa de juros dos EUA pelo Federal Reserve (FED), desencadeou uma corrida dos depositantes do banco, principalmente empresas do ramo da tecnologia, a sacarem seus depósitos. Com a quebra, o governo norte-americano, numa tentativa de estancar a crise, rapidamente assumiu o controle do banco.

A medida emergencial do governo se mostrou insuficiente. No dia 12 de março, dois dias depois do colapso do SVB, foi a vez do Banco Signature, que, ao declarar dificuldades financeiras, foi

fechado por reguladores do estado de Nova Iorque, e assumido pelo governo norte-americano.

Para “proteger” o dinheiro dos depositantes, o Federal Reserve tem anunciado uma linha de crédito especial para esse tipo de situação, oferecendo bilhões aos bancos quebrados. Biden correu para dizer que o dinheiro para socorrer os depósitos não virá dos contribuintes, mas de um fundo originado de taxas cobradas aos bancos e da venda de ativos dos bancos falidos, numa clara tentativa de se diferenciar das medidas impopulares de socorro ao sistema bancário na crise de 2008, que se caracterizaram pela injeção de dinheiro público diretamente nos bancos privados.

Com a quebra de dois bancos norte-americanos, a crise no sistema bancário se internacionalizou. As ações dos bancos

européus também caíram. O banco Credit Suisse, que já vinha há alguns meses com dificuldades de se manter, faliu.

A quebra do Credit Suisse, o segundo maior banco da Suíça, elevou a crise a um novo patamar, com o risco de uma quebra generalizada de todo o sistema bancário mundial. O governo suíço, o governo dos EUA e seu instrumento financeiro, o FED, junto com representantes do Credit Suisse e de seu concorrente, o banco UBS (maior banco da Suíça), se reuniram para discutir como estancar a crise. A solução foi, no dia 19/03, a aquisição do Credit Suisse pelo banco UBS, por apenas 3,2 bilhões de dólares (um valor irrisório para um banco), e a garantia de uma assistência de liquidez de US\$ 108 bilhões por parte do Banco Nacional da Suíça, valor este vindo das contas públicas. Mesmo assim, a bancarrota do Credit Suisse não está equacionada definitivamente. Os investidores em títulos da dívida do banco reclamam que perderam US\$ 17,3 bilhões, e recorrem à Justiça para reaver os valores.

Logo em seguida, os bancos centrais dos EUA (FED), Reino Unido, Suíça, Zona do Euro, Japão e Canadá anunciaram uma ação coordenada, que foi adotada em 2008, e também na pandemia, para impulsionar o fluxo de dólar internacionalmente, numa tentativa para dar liquidez aos bancos e evitar novas quebras.

Nenhuma das medidas (aquisição de bancos pequenos pelos grandes, linha de crédito especial aos bancos em quebra, ações coordenadas entre bancos centrais) tem estancado a sangria que persiste no sistema bancário internacional. Dois outros bancos regionais norte-americanos, o First Republic e o Pacific West, já se encontram à beira da quebra.

A crise no sistema bancário tem acelerado a concentração monopolista no sistema financeiro. Além do caso da compra do Credit Suisse pelo UBS, se tem a compra, pelo HSBC, do braço do Banco Vale do Silício no Reino Unido, pelo preço simbólico de uma libra. Por outro lado, a absorção de bancos menores por bancos maiores eleva a crise a um novo patamar, uma vez que o Estado burguês e os próprios bancos maiores acabam arcando com a perdas dos bancos falidos, no intuito de evitarem uma quebra generalizada do sistema bancário mundial.

A crise bancária, iniciada nos EUA e estendida à economia mundial, é expressão das tendências recessivas que têm se acentuado nos últimos meses. Os efeitos da crise mundial de 2008, momentaneamente contida pela injeção de dinheiro público para socorrer bancos privados, permanecem. O que resultou em um grande endividamento dos Estados nacionais. E que agora pesa diante da necessidade de aumentá-lo ainda mais, nas condições de pressões recessivas, de elevação da inflação e de alta das taxas de juros. A crise econômica e a pandêmica agravaram as tendências de

desaceleração econômica já existentes. A disparada inflacionária impulsionada pela guerra na Ucrânia e pelas sanções dos EUA contra a Rússia trouxe à tona a gravidade da crise.

A política econômica do governo norte-americano, que expressa os interesses do capital monopolista, é incapaz de dar uma solução para a crise, uma vez que preserva os interesses da burguesia imperialista, em detrimento da maioria oprimida. Uma disparada inflacionária sem controle levaria inevitavelmente, a médio prazo, a um colapso da economia norte-americana e mundial. A burguesia monopolista, desesperada, recorre ao aumento dos juros para tentar conter a inflação, medida esta que, por sua vez, se torna mais um fator que impulsiona as tendências recessivas. O anúncio do FED, no dia 22/03 (quarta-feira), de mais um aumento da taxa de juros dos EUA, em 0,25 ponto percentual, é mais uma ação que contribui para o agravamento da crise. A expectativa antes da quebra bancária era de elevação de 0,5%.

A posição privilegiada do capital financeiro, altamente monopolizado, e tendo como núcleo os grandes bancos, permite que, diante da falência dos pequenos e médios capitalistas, possa proteger seu capital, a partir da transferência de seu capital para outros ramos, e utilizar a crise como instrumento para aumentar a concentração monopolista, por meio da aquisição das empresas e bancos menores que quebram.

Sem ter uma política econômica que resolva a crise, a burguesia monopolista necessita agravar a guerra comercial e as tendências bélicas, no intuito de obter novos mercados para a valorização de capital. É nesse sentido que tem sido estratégico para o imperialismo norte-americano a guerra na Ucrânia e a acentuação das tensões em torno de Taiwan, no intuito de destruir o que resta de capitalismo de Estado na Rússia e na China, avançar sobre a Eurásia e dar respiro às suas relações capitalistas de produção sufocadas.

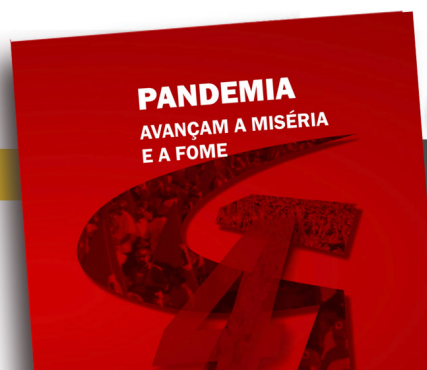
A burguesia, portanto, é impotente para resolver os problemas gerados pela anarquia da produção capitalista. Só tem como recorrer à destruição de forças produtivas e a guerras comerciais e bélicas. A classe operária é a única que pode dar uma solução definitiva para as crises de superprodução e evitar que a humanidade afunde ainda mais em uma barbárie generalizada. A revolução proletária acabará com o capitalismo, expropriando a burguesia e planificando a economia, abrindo o caminho de retomada da transição do capitalismo para o socialismo. Para isso, é necessário resolver o problema da crise de direção revolucionária, que passa pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, que tem como seu embrião o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“ A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$ 40

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Iraque

20 anos da invasão sangrenta do Estados Unidos ao Iraque (março de 2003 - março de 2023)

Nas condições de guerra na Ucrânia, ressalta o significado histórico da intervenção norte-americana no Iraque. Há sem dúvida vínculos que expõem as profundas tendências bélicas encarnadas pelo imperialismo. O posicionamento do Partido Operário Revolucionário (POR) está marcado a fogo como a resposta proletária à guerra de dominação. Resposta que corresponde ao programa da revolução e do internacionalismo desenvolvido pelo marxismo-leninismo-trotskismo. Nesses 20 anos da guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, é importante que a vanguarda com consciência de classe assimile suas lições, para enfrentar a dura e difícil tarefa de lutar pelo fim da guerra na Ucrânia. Esse é o sentido do POR rever seus escritos da época e recolocá-los à luz dos novos acontecimentos.



O Partido Operário Revolucionário publicou, em janeiro de 2003, dois meses antes da guerra, no jornal Massas um artigo “A guerra dos Estados Unidos contra o Iraque- Trabalhar pela derrota do imperialismo”, em que denunciava que “o jogo das potências no Conselho de Segurança da ONU, diante dos preparativos de guerra dos Estados Unidos contra o Iraque está chegando ao fim. O objetivo de guerra do governo Bush tem de ser cumprido. A ocupação do Iraque é parte de uma estratégia mais geral dos Estados Unidos de ampliar seu domínio mundial. O expansionismo territorial sobre diversos pontos da Ásia é uma condição para a maior potência enfrentar a crise de superprodução, o estreitamento de mercados, o acirramento da guerra comercial, e particularmente a dependência externa do petróleo. O imperialismo em crise não pode tolerar governos nacionalistas que tenham em suas mãos fontes de matérias-primas. (...) Está colocado para os explorados do mundo inteiro o combate à ofensiva econômica e bélica do imperialista norte-americano e seus aliados. (...) A autodeterminação dos povos levanta-se como luta anti-imperialista, que só a classe operária e as massas oprimidas podem empunhar. (...) Defender o Iraque contra a guerra imperialista”.

No início de março, o jornal Massas trouxe outro artigo mostrando a ofensiva dos Estados Unidos. Sob o título “As manobras do imperialismo para impor a guerra contra o Iraque”, o POR denuncia a ação dos Estados Unidos visando quebrar a unidade da França e Alemanha, a partir das “votações na OTAN de apoio à Turquia no caso de uma guerra contra o Iraque, estabelecendo um acordo em separado com a Alemanha e isolando a França. Apesar de conseguir a aprovação dessa Resolução, o movimento oposto se deu no Conselho de Segurança, com mais países anunciando a oposição à Resolução de guerra proposta pelos Estados Unidos. E Turquia, que é ponto estratégico para as operações militares ianques, tem utilizado de barganha para obter uma ajuda econômica ianque em troca do uso de seu território. A resistência da França e Alemanha à ação unilateral dos Estados Unidos corresponde às suas necessidades de barganha na disputa de poder político e econômico mundial e nos seus interesses de controle sobre a maior reserva de petróleo do mundo. (...) Estamos do lado do Iraque contra a agressão ianque. A vitória do imperialismo é a vitória da burguesia internacional, e fortalece a ofensiva e a opressão imperialistas

em todo o mundo. Não importa que o Iraque seja governado por um ditador criminoso. O problema de derrubar Saddam Hussein é uma questão que diz respeito aos explorados iraquianos. A autodeterminação também corresponde a essa questão. A conquista da soberania do Iraque depende do armamento da população, para que ela seja capaz de expulsar os invasores ianques e resolver o problema da ditadura da Saddam, e por si mesma é incapaz de defender plenamente a autodeterminação. (...) Apoiar a linha da ONU, como tem feito o governo Lula, é se colocar ao lado da intervenção imperialista sobre o Iraque. Cabe a exigência de que o governo Lula se coloque ao lado do Iraque contra os Estados Unidos e que rompa com as resoluções da ONU”.

Quando iniciou a guerra. O POR trouxe uma Declaração estampada na capa do Jornal Massas 257 de 3 de abril. De 2003. Eis:

Conter a invasão do Iraque e a carnificina

A resistência militar do Iraque, com apoio da população, nos primeiros dias da invasão norte-americana, indicou que o imperialismo terá de impor-se pela carnificina. Terá de matar milhares de soldados e civis iraquianos. Terá de arrasar a capital do País.

O alto comando refez seus cálculos de guerra. A ordem é matar indiscriminadamente. Os bombardeios de mercados, escolas, hospitais, instituições, atingindo pontos de aglomeração, fazem parte da tática dos invasores.

Esmagar para vencer. O imperialismo utiliza-se do gigantesco poderio bélico contra um Iraque sem recursos militares. A capacidade de resistência está no solo da pátria. Está na heroica defesa do povo do seu direito à autodeterminação e soberania nacional.

Esmagar para vencer. O imperialismo precisa do petróleo. Não importa quanto de sangue terá de derramar. O povo iraquiano defende as riquezas naturais de seus país atrasado, que pague então com a vida de mulheres, homens, velhos e crianças.

As potências que levantaram a bandeira branca do desarmamento do Iraque já as tem encharcada de sangue.

Os governos que seguem a hipocrisia da paz imperialista tampam os olhos com vendas brancas frente ao massacre.

Os monarcas árabes pisam os corpos dos iraquianos que tomam com a bandeira de um Iraque para os iraquianos.

Mas no mundo todo levanta-se um movimento de massa contra a guerra imperialista e o genocídio de um povo. A bandeira da paz foi pisoteada pela burguesia dos Estados Unidos, Inglaterra, Itália e Espanha.

Ensinam que sob o capitalismo não pode haver paz. Que sob o imperialismo não pode haver harmonia entre os povos

Ensinam que os trabalhadores e os povos oprimidos têm de ser rebelar e lutar para derrotar no campo de batalha o grande capital.

Ensinam que o povo iraquiano está em guerra contra a invasão imperialista.

Essas lições nos dizem que a vitória do Iraque contra os invasores genocidas exige que os trabalhadores e povos do mundo todo se coloquem no campo de batalha ao lado do povo iraquiano.

Viva o Iraque oprimido!

Em dezembro de 2006, Saddam Hussein foi condenado à morte por enforcamento, depois de ter sido considerado culpado e condenado por crimes contra a humanidade, por um Tribunal armado pelos Estados Unidos.

Bolívia

O MAS em sua agonia

Desmentindo as declarações de unidade entre Morales e Arce, a crise do MAS se aprofunda

O Congresso de Yapacani não pôde ser instalado porque terminou em uma batalha campal entre Renovadores e Radicais. O presidente do MAS de Santa Cruz decidiu prorrogar por mais dois anos e a diretoria nacional (Pedro García) decidiu convocar um novo Congresso com representação legal e não manipulada.

Há poucas horas, Evo Morales e Luis Arce anunciaram a urgência de unificar o MAS, com o argumento de enfrentar a crise econômica e a direita, que anuncia constituir uma candidatura única para as próximas eleições gerais. Muitos desavisados acreditaram que havia chegado a hora dos dois caudilhos em conflito aparárem suas arestas, deixando democraticamente às eleições primárias no interior do MAS a decisão de quem liderará a candidatura do MAS para 2025. Esqueceram que a crise interna do MAS não tem raízes políticas, porque ambos são iguais, desenvolvem uma política burguesa submissa ao imperialismo, são corruptos, antioperários e antipopulares.

A razão das discrepâncias entre eles está em quem controla o aparato do Estado, fonte de vantagens e de dinheiro para satisfazer os interesses materiais de seus militantes, e esse controle se estende para além de 2025. Não entendem que nenhum dos dois cederá ao outro e, se chegarem às primárias, os dois lados acabarão rompendo oficialmente o MAS.

Agora, torna-se acirrada a luta pelo controle do aparato interno do MAS, das organizações sociais e operárias, e quem tem a verdadeira batuta nas mãos é o dono do poder e Evo Morales foi formalmente reduzido a presidente do MAS. Este último, percebendo que está perdendo terreno na disputa, adota uma postura abertamente crítica ao governo e utiliza as organizações que ainda controla, como alguns ayllus de Potosí e os cocaleros dos trópicos de Cochabamba, para armar o adversário com conflitos, que remetem algumas reivindicações regionais e, no que se refere à política geral, conta com a debilidade do governo diante dos graves problemas, que emergem da crise econômica e, por isso, na reunião de Yapacani, coloca a necessidade - por exemplo - de um segundo bônus para idosos neste final de

ano, sabendo que o governo não tem dinheiro para atender a essa nova exigência. O ambicioso adversário de Arce não está interessado nas consequências da crise econômica e no destino do MAS, seu olhar está fixo apenas em seu retorno ao controle do poder político do Estado.

Este último Congresso fracassado em Yapacani é a confirmação da natureza espúria da crise interna do MAS. Os arcistas, com o apoio do poder político, conseguiram inflar a presença de seus adeptos neste evento para controlá-lo e extrair dele uma direção combatível com os renovadores, para o fortalecimento de Arce diante de Evo Morales. Uma nova convocação ao Congresso será igualmente ardilosa, para que a chamada ala "radical" ganhe terreno se os donos do poder permitirem; os renovadores usarão todos os recursos do Estado para subjugar as reivindicações de Morales e mais uma vez estourará a guerra entre eles.

A tragédia está em que não se encontra nessas condições a direção política revolucionária, que jogue uma pá de terra sobre o cadáver insepulto do MAS, cujas emanções putrefatas envenenam o ambiente. O proletariado, em todos os seus setores, protagoniza ações isoladas entre si, como as mobilizações mineiras para resolver seus problemas e a resistência dos setores fabris contra os abusos dos patrões e as demissões, que estão na ordem do dia. Mas não conseguem apresentar uma perspectiva revolucionária diante da crise econômica e do destino de um governo que mostra repetidamente sua incapacidade de atender às necessidades do país e dos oprimidos. Um proletariado que não conseguiu unir suas mobilizações e que não conseguiu superar a cínica burocracia sindical e subserviente ao governo.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2736, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Pelo fim da guerra na Ucrânia, por uma paz sem anexação

No jornal Massas 683 e 684, publicamos pontos do folheto “Balanço de uma discussão sobre o direito das nações à autodeterminação”, de Lênin. Agora, no jornal Massas 685, damos continuidade à divulgação das formulações de Lênin sobre a autodeterminação, o direito de separação e a anexação. Como dissemos no Jornal Massas 684, o principal objetivo é o de compreender e aplicar a noção de anexação, como resposta prática ao que se passa na guerra da Ucrânia. A bandeira de fim da guerra e paz sem anexação tem sido defendida pelo Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), como parte de um conjunto de bandeiras (Não à guerra, Fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, revogação das sanções econômico-financeiras dos Estados Unidos e aliados à Rússia, autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia). Eis por que o folheto “Balanço de uma discussão sobre o direito das nações à autodeterminação” tornou-se uma fonte de estudo para os marxistas-leninistas-trotskistas. No jornal Massas 683, encontram-se expostas as formulações de Lênin sobre o significado programático da luta do proletariado contra as anexações.



No presente número do jornal, editamos o ponto 7) Marxismo ou proudhonismo? Embora trate da questão do direito de separação, faz parte da concepção marxista sobre o direito à autodeterminação da nação oprimida e a consequente rejeição às anexações. Sublinhamos o fundamento revolucionário desses postulados que contém a tese de Marx e Engels de que: “não pode ser livre um povo que oprime outros povos.” Lênin o aplica rigorosamente diante das guerras de dominação imperialista. Enfatiza o conteúdo programático do socialismo de “educar as massas no espírito antichauvinista, isto é, anti-anexionista, isto é, no espírito da ‘autodeterminação’”.

Na discussão com os socialdemocratas polacos, Lênin demonstra o conteúdo reformista de suas posições quanto à questão da autonomia e da liberdade de separação. Destacamos algumas passagens: “Uma modificação reformista é aquela que não socava os fundamentos do poder da classe dominante, e é somente uma concessão que faz a essa classe, que deixa seu poder intacto. Uma modificação revolucionária socava as bases do poder. O reformista em um programa nacional não anula todos os privilégios da nação dominante, não estabelece a absoluta igualdade de direitos, não suprime toda a opressão nacional” (...) A propósito: a autonomia, como reforma, é totalmente diferente da liberdade de separação, como medida revolucionária. Isso é indubitável. Mas a reforma, como é notório, é quase sempre, na prática, somente um passo para a revolução”. (...) “Temos o dever de educar os operários na “indiferença” diante dos distintos nacionais. Isso é indiscutível. Mas não é a indiferença própria dos anexionistas. A quem pertence uma nação opressora deve ser “indiferente” ao problema de se as pequenas nações pertencem a seu Estado, ao vizinho ou a si mesma, de acordo com suas simpatias; sem esta “indiferença”, não é um socialdemocrata. Para ser um socialdemocrata internacionalista, é preciso pensar não só em sua própria nação, mas colocar por cima dela os interesses de todas as nações, sua liberdade e sua igualdade de direitos. Na teoria, todos estão de acordo com isso,

mas na prática manifestam uma indiferença exatamente anexionista. Nisso reside a raiz do mal.”

Abaixo publicamos o ponto 7 do folheto “Balanço de uma discussão sobre o direito das nações à autodeterminação”

7. Marxismo ou proudhonismo?

Como exceção, os camaradas polacos rechaçam diretamente nossa menção da atitude de Marx em relação à separação da Irlanda. Qual é a sua objeção? De acordo com a sua opinião, as referências à posição de Marx em 1848 -1871 não têm “valor algum”. O motivo dessa afirmação severa e categórica, em alto grau, é que Marx se manifestou “simultaneamente” contra as aspirações de independência “dos tchecos, dos eslavos do sul etc.”

A motivação é particularmente severa, porque é particularmente inconsistente. Segundo os marxistas polacos, Marx foi confuso, pois afirmava “simultaneamente” coisas opostas! Isso é completamente falso, não é marxismo em absoluto. Precisamente, a exigência de uma análise “concreta”, que os camaradas polacos formulam para não a aplicar, nos obriga a examinar se a posição diferente de Marx diante dos distintos movimentos “nacionais” concretos não provinha de uma e a mesma concepção socialista.

Como é sabido, Marx defendeu a independência da Polônia do ponto de vista dos interesses da democracia europeia em sua luta contra a força e a influência – poderíamos dizer onipotente e reacionária influência dominante – do czarismo. A justeza desse ponto de vista foi confirmada de maneira mais evidente e concreta em 1849, quando o exército feudal russo esmagou a insurreição de libertação nacional e democrático-revolucionária na Hungria. E, desde então, até a morte de Marx, e inclusive mais tarde, em 1890, quando existia o perigo de que o czarismo, em aliança com a França, travaria uma guerra reacionária contra a Alemanha, então não imperialista, e nacionalmente independente, Engels esteve, antes de tudo e mais do que nada, pela luta contra o czarismo. Por isso, e somente por isso, Marx e Engels estavam contra o movimento nacional dos tchecos e dos eslavos do sul. Uma simples consulta aos escritos de Marx e Engels de 1848-1849 demonstrará a todos aqueles que se interessam pelo marxismo, não para colocá-lo de lado, que contrapunham então, direta e claramente, “os povos reacionários em sua totalidade”, que serviam como “postos avançados russos” na Europa, “aos povos revolucionários”: alemães, poloneses e húngaros magiares. Isso é fato. E esse fato foi apontado com justeza incontestável: em 1848, os povos revolucionários lutaram pela liberdade, cujo principal inimigo era o czarismo, enquanto os tchecos etc. eram realmente povos reacionários, postos avançados do czarismo.

O que nos diz, portanto, esse exemplo concreto, que é preciso analisar de maneira concreta, se se quer de fato ser um marxista autêntico? Somente que: 1) os interesses da libertação de vários povos grandes e muito grandes da Europa estão por cima dos interesses do movimento de libertação das pequenas nações; 2) que é necessário tomar a reivindicação da democracia em escala europeia (na atualidade em escala mundial), e não isoladamente.

Nada mais. Nem sombra de refutação daquele princípio socialista elementar, que os polacos se esquecem e ao qual Marx sempre foi fiel: não pode ser livre um povo que oprime outros povos. Sim,

se repetisse a situação concreta diante da qual Marx se viu, na época em que o czarismo exercia uma influência dominante na política internacional, por exemplo na seguinte forma: que alguns povos iniciaram a revolução socialista (como em 1848 iniciaram na Europa a revolução democrático-burguesa) e outros povos se tornaram os principais pilares da reação burguesa, também deveríamos estar pela guerra revolucionária contra eles, e “esmagá-los”, para destruir todos os seus postos avançados, não importa que movimentos nacionais tivessem surgido neles. Consequentemente, não devemos pôr de lado os exemplos da tática de Marx – o que significaria professar o marxismo em palavras e romper com ele de fato –, mas sim tirar de sua análise concreta imprescindíveis ensinamentos para o futuro. As distintas reivindicações da democracia, entre elas o direito das nações à autodeterminação, não são, em absoluto, senão uma partícula do movimento mundial democrático (hoje socialista em geral). É provável que nos casos concretos isolados essa partícula contradiga o todo; então é necessário rechaçá-la. É possível que o movimento republicano de algum país seja somente um instrumento de intriga clerical ou monárquico-financeiro de outros países; então, não devemos apoiar esse movimento concreto e determinado, mas seria ridículo eliminar a raiz da consigna de república do programa da socialdemocracia internacional.

Como se modificou exatamente a situação concreta entre 1848-1871 e 1898 -1916 (tomo os principais marcos do imperialismo no período: desde a guerra imperialista hispano-americana até a guerra imperialista europeia)? O czarismo, notório e indiscutivelmente, deixou de ser o principal baluarte da reação; em primeiro lugar, devido ao apoio recebido do capital financeiro internacional, especialmente da França; e, em segundo lugar, como consequência de 1905. Naquele momento, então, o sistema dos grandes Estados nacionais - as democracias da Europa - levava ao mundo a democracia e o socialismo, apesar do czarismo. Marx e Engels não chegaram a viver para ver a época do imperialismo. Na atualidade, se formou o sistema de um punhado (5 a 6) de “grandes” potências imperialistas, cada uma das quais oprime a outras nações, sendo esta opressão uma das causas do atraso artificial da queda do capitalismo, do apoio artificial que dão ao oportunismo e ao socialchauvinismo nas nações imperialistas que dominam o mundo. Então, a democracia da Europa Ocidental, que libertava as nações maiores, se opunha ao czarismo, que utilizava para fins reacionários, alguns pequenos movimentos nacionais. Na atualidade, a aliança entre o imperialismo czarista e o avançado imperialismo capitalista europeu, sobre a base da opressão conjunta de uma série de nações, se enfrenta com o proletariado socialista, dividido em setores chauvinista, “socialimperialista” e revolucionário.

Nisso se encontra a mudança concreta na situação, que é ignorada pelos socialdemocratas polacos, apesar da promessa de ser concretos! Daí a modificação concreta na aplicação desses mesmos princípios socialistas: naquele momento, em primeiro lugar, “contra o czarismo” (e contra alguns pequenos movimentos nacionais que o czarismo utilizava para fins antidemocráticos) e pelos grandes povos revolucionários do Ocidente. Na atualidade, contra a frente única das potências imperialistas, da burguesia imperialista e dos socialimperialistas, para assim se aproveitar, em favor dos objetivos da revolução socialista, de todos os movimentos nacionais contra o imperialismo. Quanto mais puramente for a luta proletária contra a frente comum imperialista, tanto mais vital é, evidentemente, o princípio internacionalista: “não pode ser livre um povo que oprime outros povos”.

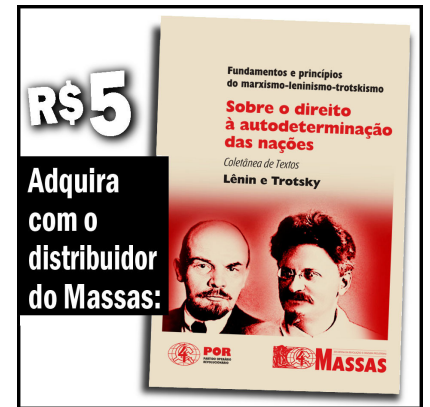
Os proudhonistas, em nome do conceito doutrinário de revolução social, ignoraram o papel internacional da Polônia e desconheciam os movimentos nacionais. Igualmente, como doutrinários, atuam os socialdemocratas polacos, que rompem a frente internacional de luta contra os socialimperialistas, ajudando (objetiva-

mente) esses últimos com suas vacilações diante do problema das anexações. É justamente porque a frente internacional da luta proletária mudou em relação à posição concreta das pequenas nações: naquele momento (1848 -1871), as pequenas nações tinham importância como possível aliados, já fora “da democracia ocidental” e dos povos revolucionários, ou do czarismo; na atualidade (1898 -1914), as pequenas nações perderam essa importância: sua importância está hoje em ser um dos meios que nutre o parasitismo e, como consequência, o socialimperialismo das “grandes” potências. O importante não é se 2 ou 1% das pequenas nações se libertarão antes da revolução socialista; o importante é que o proletariado, na época imperialista, por razões objetivas, se dividiu em dois campos internacionais, um dos quais está corrompido pelas migalhas que caem da mesa da burguesia imperialista das grandes nações - obtidas, entre outras coisas, com a dupla ou tripla exploração das pequenas nações -, e o outro não pode libertar-se sem libertar as pequenas nações, sem educar as massas no espírito antichauvinista, isto é, anti-anexonista, isto é, no espírito da “autodeterminação”.

Esse aspecto, o mais importante da questão, é ignorado pelos camaradas polacos, que não observam os acontecimentos do ponto de vista chave na época do imperialismo, que não os observam tendo em conta a existência de dois campos no proletariado internacional.

Eis aqui outros exemplos palpáveis de seu proudhonismo: 1) a atitude diante da insurreição irlandesa de 1916, que falaremos mais adiante; 2) a declaração nas teses (II, 3, no final do § 3) de que a consigna da revolução socialista “não deve ser acobertada por nada”. A ideia de que a consigna da revolução socialista pode ser “acobertada”, ao vinculá-la com uma posição consequentemente revolucionária em qualquer problema, entre eles o nacional, é profundamente antimarxista.

Os socialdemocratas polacos opinam que nosso programa é “nacional-reformista”. Confrontem duas proposições práticas: 1) pela autonomia (teses polacas, III, 4) e 2) pela liberdade de separação. É o único em que diferem de nossos programas! E não é evidente que precisamente a primeira proposição é reformista, e não a segunda? Uma modificação reformista é aquela que não socava os fundamentos do poder da classe dominante, e é somente uma concessão que faz a essa classe, que deixa seu poder intacto. Uma modificação revolucionária socava as bases do poder. O reformista em um programa nacional não anula todos os privilégios da nação dominante, não estabelece a absoluta igualdade de direitos, não suprime toda a opressão nacional. Uma nação “autônoma” não tem iguais direitos que uma nação “dominante”; os camaradas polacos não podiam deixar de observar isso, se não elucidassem obscuramente (como os nossos velhos economicistas) a análise de conceitos e categorias políticas. A Noruega autônoma, como parte da Suécia, gozava da mais ampla autonomia antes de 1905, mas não tinha direitos iguais à Suécia. Somente com a livre separação se manifestou na prática sua igualdade de direitos e a demonstrou (digamos, entre parênteses, que precisamente essa livre separação criou uma base para uma aproximação mais estreita e mais democrática, baseada na igualdade de direitos). Enquanto a Noruega foi somente autônoma, a aristocracia sueca teve outro privilégio



adicional e a separação não “debilitou” esse privilégio (a essência do reformismo reside em debilitar o mal, em lugar de suprimi-lo), senão que o eliminou por completo (índice principal do caráter revolucionário de um programa).

A propósito: a autonomia, como reforma, é totalmente diferente da liberdade de separação, como medida revolucionária. Isso é indubitável. Mas a reforma, como é notório, é quase sempre, na prática, somente um passo para a revolução. Precisamente, a autonomia permite que uma nação, mantida pela força dentro dos limites de um Estado, constitua-se definitivamente como uma nação, reúna, conheça e organize suas forças, e eleja o momento mais apropriado para uma declaração... ao estilo “norueguês”: nós, o Seim autônomo de tal nação, ou região, declaramos que o imperador de toda a Rússia deixou de ser rei da Polônia etc. Pode-se objetar a isso que tais problemas se resolvem pelas guerras e não pelas declarações. Justo: na grande maioria dos casos só se resolvem por meio de guerras (do mesmo modo que as questões da forma de governo dos grandes Estados se decidem, na maioria dos casos, somente pelas guerras ou revoluções). No entanto, não é demais pensar se é lógica tal “objeção” ao programa político de um partido revolucionário. Por acaso estamos contra as guerras ou revoluções levadas pelo que é justo e útil para o proletariado, pela democracia e o socialismo?

“Mas não podemos defender uma guerra entre grandes nações, uma matança de 20 milhões de pessoas, por causa da libertação de uma nação pequena, cuja população talvez não supere os 10 ou 20 milhões!” Desde já, não podemos! Mas não porque eliminamos do nosso programa a igualdade nacional completa, mas sim porque é necessário subjugar os interesses da democracia de um país aos interesses democráticos de vários ou todos os países. Imaginemos que entre duas grandes monarquias haja uma pequena monarquia cujo reizinho se encontra “ligado”, por vínculos parentescos, a outros, aos monarcas de ambos países vizinhos. Imaginemos que a proclamação da república no país pequeno e o exílio de seu monarca significam na prática uma guerra entre dois grandes países vizinhos, por restabelecer um ou outro monarca no país. Não há dúvida de que toda a socialdemocracia internacional, assim como o setor verdadeiramente internacionalista da socialdemocracia do país pequeno, se oporia a substituição da monarquia por uma república, nesse caso particular. A substituição de uma monarquia por uma república não é, em absoluto, senão uma das reivindicações democráticas subordinadas aos interesses da democracia (e, ainda mais, aos interesses do proletariado socialista) em sua totalidade. Com certeza, um caso semelhante não provocaria nem sombra de divergência entre os socialdemocratas de nenhum país. Mas se aprofundando nesse caso, se algum socialdemocrata propusesse eliminar do programa da socialdemocracia internacional a consigna da república em geral, seguramente o considerariam como louco. Eles diriam: não se deve esquecer a elementar distinção lógica entre o particular e o geral.

Esse exemplo nos leva, focando em um aspecto um pouco diferente, ao problema da educação internacionalista da classe operária. Pode essa educação - sobre cuja necessidade e importância não é possível conceber discrepâncias na esquerda de Zimmerwald - ser concretamente igual nas grandes nações opressoras e nas pequenas nações oprimidas? Nas nações anexionistas e nas nações anexadas?

É evidente que não. O caminho para o único objetivo: a completa igualdade de direitos, a mais estreita aproximação e a subsequente fusão de todas as nações, passa, obviamente, por distintas vias em cada caso concreto, o mesmo que o caminho para um ponto situado no centro de uma página determinada vá à esquerda, a

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

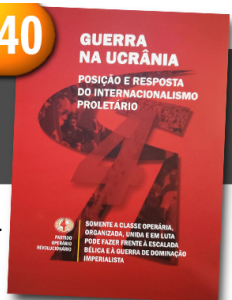
Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

GUERRA NA UCRÂNIA
POSIÇÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.



partir de uma margem da página, e à direita a partir da margem oposta. Se um socialdemocrata, súdito de um grande país opressor e anexionista, professa, em geral, a teoria da fusão das nações, ele esquece, mesmo que por um momento, que o seu Nicolás II, seu Guillermo, Jorge, Poincaré etc., também são partidários da fusão com as pequenas nações (por meio das anexações) - Nicolás II da “fusão” com Galícia, Guillermo II da “fusão” com a Bélgica etc. - então semelhante socialdemocrata seria um ridículo doutrinário na teoria, e um cúmplice do imperialismo na prática.

Na educação internacionalista dos operários de países opressores a ênfase deve ser posta, inevitavelmente, na prédica e defesa, por parte deles, da liberdade de separação para os países oprimidos. Sem isso não há internacionalismo. Temos o direito e o dever de tratar de imperialista e canalha todo o socialdemocrata de uma nação opressora que não realize essa propaganda. É uma reivindicação inquestionável, mesmo quando somente um caso de separação entre mil fosse possível e “realizável” antes do advento do socialismo.

Temos o dever de educar os operários na “indiferença” diante dos distintos nacionais. Isso é indiscutível. Mas não é a indiferença própria dos anexionistas. A quem pertence uma nação opressora deve ser “indiferente” ao problema de se as pequenas nações pertencem a seu Estado, ao vizinho ou a si mesma, de acordo com suas simpatias; sem esta “indiferença”, não é um socialdemocrata. Para ser um socialdemocrata internacionalista, é preciso pensar não só em sua própria nação, mas colocar por cima dela os interesses de todas as nações, sua liberdade e sua igualdade de direitos. Na teoria, todos estão de acordo com isso, mas na prática manifestam uma indiferença exatamente anexionista. Nisso reside a raiz do mal.

Pelo contrário, o socialdemocrata de uma pequena nação deve colocar a ênfase de sua agitação na segunda palavra de nossa fórmula comum: “voluntária união” das nações. Sem perder as suas obrigações de internacionalista, estar tanto pela independência política de sua nação como pela sua incorporação ao vizinho X, Y, Z etc. Mas em todos os casos deve lutar contra o afastamento, o isolamento, a estreiteza mesquinha nacional, considerar o todo e o geral, subordinar o interesse particular ao interesse geral.

As pessoas que não refletem sobre este problema acham “contraditório” que os socialdemocratas das nações opressoras insistem na “liberdade de separação”, e os socialdemocratas das nações oprimidas, na “liberdade de união”. Mas com um pouco de reflexão demonstra que não há nem pode haver outro caminho para o internacionalismo e a fusão das nações, outro caminho para o objetivo dessa situação presente.

E aqui chegamos a posição particular da socialdemocracia holandesa e polonesa.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXIII, Akal Editor)

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

